

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PAULO CÉSAR DAMASCENA DE OLIVEIRA

AS POLÍTICAS SOBRE ABORÍGENES SEGUNDO A. O. NEVILLE E A. P. ELKIN:

Os discursos que legitimaram a separação de crianças de suas famílias

MARIANA

2021

PAULO CÉSAR DAMASCENA DE OLIVEIRA

AS POLÍTICAS SOBRE ABORÍGENES SEGUNDO A. O. NEVILLE E A. P. ELKIN:

Os discursos que legitimaram a separação de crianças de suas famílias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Mônica Henriques Lopes

MARIANA

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48p Oliveira, Paulo César Damascena de.
As políticas sobre aborígenes segundo A.O. Neville e A.P. Elkin
[manuscrito]: os discursos que legitimaram a separação de crianças de
suas famílias. / Paulo César Damascena de Oliveira. - 2021.
115 f.: il.: , mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Mónica Henriques Lopes.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro
Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em
História.

Área de Concentração: História.

1. Aborígenes australianos - Posse da terra. 2. Austrália. 3. Remoção
(Habitação). I. Lopes, Ana Mónica Henriques. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(9)

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Paulo César Damascena de Oliveira

**As Políticas Sobre Aborígenes Segundo A. O. Neville e A. P. Elkin: Os Discursos
que Legitimaram a Separação de Crianças de Suas Famílias**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Aprovada em 10 de dezembro de 2021

Membros da banca

Profa. Dra. Ana Mônica Henriques Lopes - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Sílvia Maria Favero Arend - Universidade do Estado de Santa Catarina
Profa. Dra. Luisa Rauter Pereira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Profa. Dra. Ana Mônica Henriques Lopes, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em
05/04/2022



Documento assinado eletronicamente por **Ana Monica Henriques Lopes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/04/2022, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0306177** e o código CRC **A80CB139**.

Às pessoas que tiveram suas vidas roubadas pelo atual governo do Brasil, principalmente alvo pela sua classe, cor e etnia.

AGRADECIMENTOS

À minha família quero deixar meus primeiros agradecimentos. Em primeiro lugar porque foi através do carinho e dedicação dos meus pais, mais a companhia e parceria de meus irmãos, que eu pude ter estabilidade para chegar até aqui. Porém, mais do que isso, deixo sobre minha família a declaração do privilégio no qual me encontro em poder ter tido a minha disposição as bases educacionais e de capital para alcançar este prestígio. Desta feita, agradeço por essa oportunidade em um país infelizmente desigual.

Nestas circunstâncias, agradeço à instituição CAPES* pelo fomento desta pesquisa. Principalmente devido a este período de pandemia, este financiamento foi de suma importância em minha vida. Por esta razão, deixo aqui expresso meu desejo pela ampliação do investimento à educação, tão recorrentemente cortado ao longo dos últimos anos, para que mais estudantes possam ter esta oportunidade. Ademais, manifesto a favor da ampliação das cotas para maior inclusão de acesso à pesquisa, pois o que a mim foi muito importante, às pessoas vítimas da desigualdade é vital.

Agradeço à minha orientadora, prof.^a Ana Mónica, por ter confiado em mim para a realização desta pesquisa. Foi um projeto ambicioso, incomum à historiografia brasileira, e que ela não somente aceitou me orientar como também me motivou a prosseguir com a elaboração do projeto. O Departamento de História da UFOP e seus alunos têm sorte em tê-la como professora.

Também deixo meus agradecimentos a minha banca de qualificação: as professoras Luísa Rauter Pereira (UFOP) e Sílvia Arend (UDESC); e o professor Melliandro Galinari (UFOP). A contribuição de todos foi preciosa para esta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos, que por vezes souberam lidar comigo em tempos que eu mesmo não sabia. Tenho apreço pelo carinho que me dão, e fico feliz em dizer que tenho muita sorte em tê-los conhecido.

Por fim, agradeço à Larissa. Como namorada, esteve presente desde quando esta pesquisa começou a ser cogitada e sempre me ajudou a ter coragem para executá-la, e por isso posso dizer que a existência desta dissertação se deu em parte graças a ela. Por constantemente me tirar do estado de paralisia e medo; por demonstrar amor mesmo em minhas fases mais sombrias; por sempre me trazer alegrias... muito, muito obrigado.

* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

RESUMO

Esta dissertação propõe contribuir para os estudos sobre as políticas realizadas sobre os aborígenes na Austrália da primeira metade do século XX. Dedicada a observar, principalmente, sobre a prática de remoção forçada das crianças aborígenes de seus lares, tem-se o objetivo de analisar o funcionamento discursivo dos princípios legitimadores das políticas de absorção e assimilação que fundamentaram esta prática. Tendo como principais objetos de pesquisa os livros *Australia's Coloured Minority*, de A. O. Neville, e *Citizenship for the Aborigines*, de A. P. Elkin, buscou-se, através da Análise do Discurso, desenvolver a forma com a qual as diversas ideologias presentes nessas obras se articulavam em prol das propostas políticas de ambas autoridades.

Palavras-chave: Remoção Forçada; Neville; Elkin; Discurso

ABSTRACT

This dissertation proposes to contribute to the studies conducted about the policies on the aborigines in Australia in the first half of the 20th century. Dedicated to observing, mainly, about the practice of forced removal of aboriginal children from their homes, the objective is to analyze the discursive functioning of the legitimizing principles of the absorption and assimilation policies that founded this practice. Having as main research objects the books *Australia's Coloured Minority*, by A. O. Neville, and *Citizenship for the Aborigines*, by A. P. Elkin, we sought, through Discourse Analysis, to develop the way in which the various ideologies present in these works were articulated. in favor of the political proposals of both authorities.

Key words: Forced Removal; Neville; Elkin; Discourse

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Político Australiano e Pontos de Interesse.....	9
Figura 2 – Excertos de Elkin na apresentação da obra de Neville (na vertical: texto em sequência).....	72
Figura 3 – Excerto de Neville em discurso paternalista.....	76
Figura 4 – Discurso de Elkin sobre acessos a Serviços Sociais.....	80
Figura 5 – Contradições aparentes em Neville.....	86
Figura 6 – A apresentação de uma “quadroon” na obra de Neville.....	89
Figura 7 – Fotografia de Neville como prova de sucesso da absorção.....	89
Figura 8 – Discurso de Neville para adesão ao projeto de remoção infantil.....	95
Figura 9 – Discurso de Neville em defesa à crítica contra o projeto de remoção.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 APRESENTAÇÃO SOBRE A REMOÇÃO FORÇADA E OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	15
1.1 UMA BREVE HISTÓRIA COLONIAL E CONTATO COM ABORÍGENES NA AUSTRÁLIA.....	15
1.2 A URGÊNCIA QUANTO AOS MESTIÇOS E A PRÁTICA DE REMOÇÃO FORÇADA.....	17
1.3 O ENCONTRO DO RACISMO DE ESTADO COM O UNIVERSALISMO LIBERAL	22
1.4 SOBRE A PESQUISA.....	26
1.5 APROFUNDAMENTO DO OBJETIVO E MÉTODO.....	28
2 DESCRIÇÃO DOS AUTORES E DAS OBRAS – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	35
2.1 LEGISLAÇÃO SOBRE OS ABORÍGENES NA AUSTRÁLIA OCIDENTAL E A CHEGADA DE A. O. NEVILLE.....	35
2.2 A CONFERÊNCIA DE 1937 E A TRAJETÓRIA DE NEVILLE.....	42
2.3 <i>AUSTRALIA’S COLOURED MINORITY</i> : UMA ANÁLISE GERAL DA OBRA	47
2.4 ANTROPOLOGIA EM A.P. ELKIN E O PROJETO DE ASSIMILAÇÃO.....	56
2.5 <i>CITIZENSHIP FOR THE ABORIGINES</i> : UMA ABORDAGEM GERAL.....	64
3 APROFUNDAMENTO DA ANÁLISE: AS ABORDAGENS DAS AUTORIDADES.....	70
3.1 A FIGURA DE ELKIN NA OBRA DE NEVILLE E CONCEITOS RACIAIS....	70
3.2 FORMAS DE PATERNALISMO ENTRE OS AUTORES.....	75
3.3 NEVILLE ENTRE “FRONTEIRAS”: ABSORÇÃO E ASSIMILAÇÃO.....	83
3.4 “SABEMOS O QUE QUEREM/PRECISAM”.....	92
3.5 REPOSTA À RESISTÊNCIA.....	97
CONCLUSÃO.....	105

INTRODUÇÃO

Este trabalho se encontra dentro dos debates sobre as “Gerações Roubadas”, termo designado aos aborígenes que foram separados de suas famílias desde a infância, tanto por ação de agências governamentais, quanto pela Igreja¹. Logo, o princípio pelo qual parte esta dissertação é sobre a prática de remoção forçada destas crianças aborígenes, que foi sistêmica desde o início do século XX até a década de 1970. Neste cenário, concentramos na investigação, pela Análise do Discurso, sobre os fatores que legitimaram esta prática em seu nível discursivo, ou seja, tem como problema: como foram realizados os atos de fala, de propostas e defesas da remoção, para que pudessem ser aceitos nos meios oficiais e em uma parcela dos cidadãos europeus-australianos².

Mas a fim de melhor orientar sobre o objeto da pesquisa, compreende-se ser necessário trazer um conhecimento mais basal sobre o lugar, a Austrália. Sendo hoje um país de área continental localizado na Oceania, nos interessa saber a partir de quando se torna uma colônia penal britânica no fim do século XVIII. Sua fundação como tal tem como algumas das explicações a recente independência das Treze Colônias na América do Norte, conseqüentemente não sendo mais destino de novos detentos que cresciam conforme enrijecimento penal britânico (MACINTYRE, 2009: 28-30).

A figura a seguir apresenta o mapa político da Austrália, sem considerar o Território da Capital Australiana e o Território da Baía de Jervis, a fim de orientar sobre os Estados e regiões citados no trabalho. É uma vez que as mudanças territoriais a partir de 1911 não têm relevância na construção deste trabalho, é seguro se orientar através deste mapa disponibilizado.

1 Como este trabalho não se concentra na atuação das igrejas na prática de remoção, as diferentes igrejas que tiveram papel neste episódio foram designadas generalizadamente como agora. Cabe dizer, ao menos, que incluem agências da Igreja Católica Romana, Anglicana e Batista, seja em nível de protagonismo ou cumplicidade, conforme reconhecido por elas mesmas. Cf. HREOC, 1997: 250-253.

2 Refiro-me, por este termo, à população de colonizadores no território, dos imigrantes e de suas futuras gerações. Trata-se de uma população branca, convidada a trabalhar sobre as terras e a ter seus direitos de cidadania.

Figura 1 – Mapa Político Australiano e Pontos de Interesse



A segunda metade do século XIX no território australiano marca uma série de avanços sociopolíticos: a partir do fim do transporte de detentos no final da década de 1940, o neoclássico se apresenta como expressão artística do “avanço” da civilização na transformação da natureza, e a corrida do ouro a partir da década de 1850 resulta em maior imigração e modernização (*idem*: 76-87). A década de 1850 marca também o advento do autogoverno, ainda que reservado maior parte do poder imperial na forma de controle das relações externas e da mediação do Ministério das Colônias em situações econômicas – como comércio – ou morais – como casamento (*idem*: 91-92).

No fim do século, junto com o crescimento dos movimentos trabalhistas e das mulheres, a ideia de nação se fortalecia, processo que resultou, no dia 01 de Janeiro de 1901, com a federação das colônias e formando ao que conhecemos hoje como Comunidade da Austrália (*idem*: 136-138). Em 1907, a Austrália é designada como Domínio, significando autonomia de seu governo, até o termo ser abandonado após a Segunda Guerra (DOMINION, 2011) e a partir de então o país ser conhecido como um dos membros da Comunidade das Nações.

Por outra perspectiva, se incluirmos a figura do nativo na história da colonização, a formação da nação australiana caminhou com ataques a esse. As primeiras décadas do século XIX marcam um maior encontro dos colonos com os povos aborígenes, configurando violências e massacres dos últimos. Em consciência desta violência, pressões humanitárias fazem com que a chamada para a proteção dos aborígenes fosse buscada, repercutindo tal exigência em uma carta do ministro das colônias ao governador de Nova Gales do Sul em 1837 (MACINTYRE, 2009: 59-66).

Recebendo essas pressões, os governos percebiam a figura do nativo como um “estorvo”, uma raça condenada segundo preceitos do Darwinismo Social (HREOC, 1997: 23). E para respondê-las, foram determinados, em diferentes Estados, maiores formas de poder sobre os aborígenes:

The government response was to reserve land for the exclusive use of Indigenous people and assign responsibility for their welfare to a Chief Protector or Protection Board. By 1911 the Northern Territory and every State except Tasmania had ‘protectionist legislation’ giving the Chief Protector or Protection Board extensive power to control Indigenous people. In some States and in the Northern Territory the Chief Protector was made the legal guardian of all Aboriginal children, displacing the rights of parents. (...) In the name of protection Indigenous people were subject to near-total control. (...) With a view to encouraging the conversion of the children to Christianity and distancing them from their Indigenous lifestyle, children were housed in dormitories and contact with their families strictly limited.³ (*ibidem*)

A remoção de crianças, assim, começa a ser sistêmica no início do século XX. E conforme veremos ao longo deste trabalho, as racionalidades para explicar esta prática foram ganhando mais camadas, em um emaranhado de ideologias entre o projeto civilizatório, a visão eugenista e as correntes humanitárias.

3 “A resposta governamental foi reservar terras para uso exclusivo dos povos indígenas e atribuir a responsabilidade por seu bem-estar a um Protetor-Chefe ou Comitê de Proteção. Em 1911, o Território do Norte e todos os Estados, exceto a Tasmânia, tinham uma ‘legislação protecionista’, dando ao Protetor-Chefe ou Comitê de Proteção extenso poder para controlar os povos indígenas. Em alguns Estados e no Território do Norte, o Protetor Chefe foi nomeado o guardião legal de todas as crianças aborígenes, substituindo os direitos dos pais. (...)”

“Em nome da proteção, os indígenas foram submetidos a um controle quase total. (...) Com o objetivo de estimular a conversão das crianças ao cristianismo e afastá-las do estilo de vida indígena, as crianças eram alojadas em dormitórios e o contato com suas famílias era estritamente limitado.” (tradução minha)

Não compõe, neste trabalho, a narrativa de como se desenvolveu o trabalho de justiça de transição deste quadro da história australiana. De maneira breve, em 1969 todos os Estados revogaram a lei que permitia a remoção de crianças aborígenes, e a partir de então foram se desenvolvendo processos com proposta de reparação e memória, no qual se inclui o relatório *Bringing Them Home*, que faz parte da bibliografia deste trabalho e é resultado de inquérito nacional que reuniu testemunhas aborígenes e dados para traçar a história da política de remoção e seus efeitos, além de avaliar compensações já feitas e recomendar outras. Mais que novas políticas, simbolicamente o governo australiano tem feito promoção da memória em forma de dias comemorativos e desculpas oficiais⁴.

É necessário destacar, já nessas primeiras páginas do trabalho, que a prática colonial de remoção infantil não foi exclusivo no território australiano, a que podemos listar sua incidência nos Estados Unidos e Canadá e em governos coloniais na Índia, Ruanda, Burundi, Índias Orientais e Timor-Leste, por exemplo. Esta abrangência com que a prática de remoção infantil foi realizada no mundo colonial diz de como ela foi uma ferramenta de governo, ainda que as diferentes formas de colonialismo tivessem distintos propósitos com esta prática. Por exemplo, enquanto que nos Estados Unidos, Canadá e Austrália a prática obedecia à “lógica de eliminação” em desapropriar a terra dos povos indígenas e a repopular com colonizadores de descendência europeia, o colonialismo francês na Indochina (em lugares hoje conhecidos como Vietnã, Cambodja e Laos) buscou na remoção infantil uma ferramenta para resolver desafios demográficos, como colocar os mestiços em posição de elite na ordem colonial. Deste modo, a remoção forçada pode ser vista como dentro de uma rede global da colonização, haja vista que diferentes administrações (e metrópoles) recorreram a ela para seus projetos⁵.

A fim de apresentação, este trabalho investiga as condições discursivas que deram garantia da prática de remoção forçada de crianças aborígenes de suas famílias no século XX. Para este objetivo, nos parágrafos seguintes discorreremos sobre as bases que compuseram a pesquisa: o método, as fontes e a teoria.

4 Para uma boa referência sobre o trabalho de justiça que vem se desenvolvendo no país, sugere-se a leitura de uma breve linha do tempo da história da Geração Roubada desenvolvida pela Comissão Australiana de Direitos Humanos. Cf. AHRC, s.d.

5 Todo este parágrafo tomou como referência o artigo escrito por Margaret Jacobs e Christina Firpo. Ambas autoras já haviam feito pesquisa a respeito da remoção infantil por diferentes países e idiomas, com livros já publicados por cada uma delas, e reúnem neste artigo suas análises para discutir sobre a natureza global da remoção infantil. Cf. FIRPO & JACOBS, 2018.

Embora já tenha sido apresentado a Análise do Discurso como método, as diferentes linhas de análise fazem com que seja necessário explicitar sobre ela. Em linhas gerais, a pesquisa se desenvolveu no amálgama de duas correntes metodológicas: uma pecheutiana, que analisa o processo discursivo nas lentes da ideologia em um lugar social e tempo determinado; e outra argumentativa, que se volta às técnicas dentro do discurso para a adesão do público.

E por que da Análise do Discurso? A escolha em se analisar práticas discursivas se justifica na compreensão de que discursar em favor da remoção infantil também é agir sobre sentidos, constituídos social e historicamente, para que se afirme o posicionamento. Ou seja, na prática os sujeitos atuaram sobre conceitos elementares como o de família, infância, liberdade e bem-estar, por exemplo, para que estas formulações estivessem configuradas em prol de seus argumentos. Isto é o que é atuar sobre os sentidos já constituídos, pois todo dizer “se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)” (ORLANDI, 2009: 33). Discursar, portanto, é uma ação. É agir sobre sentidos constituídos, e esta natureza do discurso é o que explica o fato da língua estar relacionada com um contexto social e histórico próprio.

Ainda sobre o método, cabe destacar que algumas análises são apresentadas em observação de excertos dispostos neste trabalho. Estes excertos estão apresentados no formato de figuras, como fac-símile da cópia digital das obras, tal como foram obtidas para pesquisa. Além de deixar disponível para avaliação na forma precisa da gramática utilizada, preocupou-se que, devido a extensão destes excertos, fosse possível localizar os trechos conforme se discorre a análise.

As fontes determinam o escopo da análise, haja vista que é preciso delimitar quais são os discursos escolhidos para cumprir a proposta da pesquisa, mas antes é necessário evidenciar sobre o objeto. Foi concentrado o estudo em torno de dois personagens históricos, ambos considerados autoridades quanto em relação ao destino dos aborígenes na primeira metade do século XX: o primeiro é Auber Octavius Neville, burocrata que atuou na administração dos assuntos aborígenes na Austrália Ocidental entre os anos de 1915 e 1940; e outro é Adolphus Peter Elkin, professor de antropologia na Universidade de Sydney entre 1934 e 1956 que desempenhou forte influência na estruturação de políticas aborígenes pelos Estados da Austrália neste período.

A partir destes dois personagens, foram escolhidas as mais relevantes das produções de cada um deles em critério de alcance e extensão, sendo estas o livro *Australia's Coloured Minority* (1947), de A. O. Neville, e *Citizenship for the Aborigines* (1944), de A. P. Elkin.

Por um lado, temos no livro de Neville as notas dele como um burocrata recém-aposentado, frustrado com sua trajetória enquanto responsável pela administração dos aborígenes. Em *Australia's Coloured Minority*, o autor fala de seus desafios de quando estava em serviço, defende-se das críticas contra a forma de sua administração (inclusive a que diz respeito da remoção forçada) e aponta os caminhos de como, a considerar sua experiência, deveria seguir as políticas referentes à “minoridade de cor”.

A obra de Elkin, por outro lado, destaca um retrato de seu autor de maneira quase contrária a *Austrália's Coloured Minority*. O professor de antropologia se encontra em um grande marco de sua carreira, e o livro *Citizenship for the Aborigines* desempenha assim um papel de divulgação de ideias deste que foi considerado uma das maiores autoridades a falar sobre os povos nativos da Austrália.

Junto a essas obras, alguns artigos escritos por estes autores compuseram nossos estudos, acompanhando também com as leituras sobre a história da Geração Roubada.

Quanto ao embasamento teórico, este trabalho se direcionou principalmente aos estudos pós-coloniais, utilizando-se principalmente das discussões de Achille Mbembe, em diálogo com a biopolítica de Foucault, com Albert Memmi e Franz Fanon. Em síntese, busca-se contribuir na discussão do papel do racismo no governo da vida e da morte de uma população, através não somente da exploração e aniquilação dos corpos, mas antes disso das imagens construídas sobre eles, tornando-lhes distintos em essência do colonizador.

Depois desta introdução, esta dissertação se desenvolve em três capítulos. O primeiro capítulo se dedica em aprofundar sobre o passado colonial australiano quanto aos aborígenes, além de desenvolver o objetivo da pesquisa e seu método. No segundo capítulo discorre-se sobre os elementos anteriores aos dos livros selecionados para análise, narrando a vida dos respectivos autores de modo a inseri-los no contexto da sociedade australiana na primeira metade do século XX. É também no segundo capítulo que serão apresentadas as obras de maneira geral, em razão de ser necessário ter uma abordagem ampla das obras para melhor entendimento dos recortes discursivos utilizados para análise.

O terceiro capítulo, por fim, apresenta análises de excertos das obras, operando os discursos dos autores em função das ideologias que lhes permeiam, além de oferecer destaque

às performances linguageiras em busca de persuasão. Deste modo, no encerramento desta dissertação, é provocada a questão a que esta pesquisa se propôs importante, do retorno dos estudos da dominação colonial à materialidade das ideologias, ao discurso, como espaço de maior compreensão dos dispositivos de poder nos atos de fala e suas inteirações com a sociedade.

1 APRESENTAÇÃO SOBRE A REMOÇÃO FORÇADA E OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.1 UMA BREVE HISTÓRIA COLONIAL E CONTATO COM ABORÍGENES NA AUSTRÁLIA

Construir uma breve narrativa que esclareça a prática da remoção forçada de crianças aborígenes de suas famílias em todo território australiano é uma proposta sujeita ao engano em pensar que as políticas realizadas foram projetadas uniformemente e sem relação com o tempo e o espaço nos quais foram pensadas. Uma formulação “breve”, portanto, envolve ter de deixar lacunas sobre a prática colonial inglesa sobre os diversos povos nativos por todo território que hoje entendemos como Comunidade da Austrália, haja vista que a busca de uma política para os assuntos aborígenes em nível nacional teve início somente a partir do ano de 1937. Desta forma, é necessário fazer observação que a violência colonial em territórios como o Território do Norte ou a Tasmânia, com histórias de extermínio da população aborígene, merece uma atenção particular que não caberia neste trabalho.

Desde quando foi fundada como uma colônia penal no final do século XVIII, o contato com os europeus e os indígenas australianos é marcada por uma tensão sobre como seriam tratados aqueles cuja terra se invadia. Segundo sociólogo Robert Van Krieken, esta tensão se resumia em ou se definia os aborígenes como sujeitos como os demais habitantes britânicos ou se preocupava com a posse de terras que poderia levá-los a eliminação, de modo que a segunda opção era a mais imperativa (VAN KRIEKEN, 1999a: 303). Contudo, se considerarmos mais profundamente os fundamentos do colonialismo, podemos discutir uma relação mais complexa entre estes dois valores.

O sistema colonial australiano se assemelha ao que foi feito na América do Norte pelo estabelecimento de uma “sociedade colonial”, ou seja, um estabelecimento de imigrantes europeus com o propósito de atender a metrópole para interesses econômicos, militares e penais (HAEBICH, 2000: 66). Para os colonos, o interesse por terras e por enriquecimento

através da exploração destas era estimulado pela ideia de progresso econômico e de humanidade. Quanto ao encontro com os povos nativos, foi projetada uma efabulação, através da corrente iluminista de uma identidade genérica, que mais promoveu uma legitimidade para a expropriação e eliminação do que fez um embate com estas práticas.

Tomados pelo conceito de serem o “centro” da humanidade, aos demais povos configurou-se o “resto”, aquele que é o diferente, uma “existência objectal” (MBEMBE, 2014: 28). Assim como a outros povos isolados, aproximavam sua existência a de um animal uma vez que a diferença ontológica a qual lhes foram imposta os distanciaram do que se compreende como humano. Desprovendo-lhes de seres de razão e consciência, a empresa colonial foi assim colocada como uma utilidade pública para justificar a expropriação (CESAIRE, 1978: 21). Ao não incluir o aborígene na universalidade que defende, os colonos ingleses aderiram também à lógica de extermínio, privando-lhe de sua soberania, autodeterminação e cultura (HAEBICH, 2015: 20), enquanto convenientemente fizeram de si os legítimos donos da terra.

Assim que se encontra em novas terras onde lhe dá direito pela busca do lucro, privilégio e usurpação, o colonizador assume uma dupla ilegitimidade: tanto é considerado um privilegiado ilegítimo aos olhos dos povos colonizados quanto assim se considera a si mesmo (MEMMI, 1977: 42). A empresa colonial precisa ser justificada moralmente. Logo, se considerar que os colonizados, estas “entidades humanas incapazes de se despir de vez da figura animal”, possam não estar inteiramente desprovidas de humanidade, ao papel da colonização se inclui resgatar estes seres para a “humanidade”, civilizando-os.(MBEMBE, 2014: 28-29).

A doutrina cristã teve forte papel para o processo civilizatório que propuseram sobre os colonizados, na forma de movimentos de evangelização. Se o colonizado precisa ser “elevado” ao nível europeu, precisa ser expurgado de sua depravação constitucional em forma de suas tradições e mitos (FANON, 1968: 31).

O discurso humanista e cristão em defesa aos aborígenes, desta forma, se apresenta menos como uma tensão e mais como artifício para legitimidade, atribuindo ao colonizador um sentimento de superioridade ontológica em relação às “raças inferiores” não só econômica e militar mas também moral (SHOHAT, 2006: 45). E ao aproximar os povos nativos com o europeu, uma postura de lamentação diante de seus “protegidos” toma forma

Testemunhando os massacres que afligiram aos colonizados, junto às doenças e à miséria, a conclusão alcançada se deu através de teorias raciais que advogaram por uma diferença biológica na capacitação física e moral dos indivíduos. A conclusão seria, portanto, que pouco se podia fazer pelo impacto da redução populacional dos nativos, considerados como uma “raça condenada”⁶, inevitavelmente.

A inevitabilidade da extinção aborígene aparecia como conveniente para os colonizadores australianos. Afinal, vigorava a ideia de Darwinismo Social segundo a qual a noção de “sobrevivência dos mais aptos” era um processo natural, e em meados do século XIX e principalmente no início do XX se desenvolve a ideia de que a política mais misericordiosa a se fazer é permitir com que a população de negros dentro do território se extinga em paz, filosofia a que mais tarde foi resumida como “smooth the dying pillow”⁷.

Mas nos finais do século XIX, a diminuição demográfica dos povos nativos da Austrália não foi sendo a única preocupação dos colonizadores. Conforme a população branca assentava pelo continente, o contato entre os brancos e os aborígenes se fazia mais frequente e, como resultado, crescia o número de crianças mestiças no território.

1.2 A URGÊNCIA QUANTO AOS MESTIÇOS E A PRÁTICA DE REMOÇÃO FORÇADA

O surgimento de mestiços na Austrália criou um problema lógico dentro dos termos do Darwinismo Social. A partir do instante em que estas crianças dentro da população aborígene possuem “sangue branco”, o destino natural de extinção poderia não mais caber a elas. Mas é preciso observar que este questionamento somente se fortaleceu na medida que o crescimento demográfico de mestiços foi se tornando uma constante.

Conforme Charles Rowley observou, a princípio as categorias de aborígenes e mestiços para o censo demográfico não foram bem definidas, o que leva a entender que os

6 Trouxe do termo conhecido em inglês de “dying race”. Busquei por uma aproximação semântica de acordo com as narrativas próprias da Geração Roubada na Austrália, que a exemplo do Inquérito Nacional “Bringing them Home” ou da obra “Broken Circles” de Anna Haebich, descrevem que o imaginário era que o destino dos aborígenes estivesse condenado (“doomed”)

7 Termo atribuído a Daisy Bates, jornalista e etnógrafa considerada uma importante figura para a divulgação do imaginário pejorativo sobre os aborígenes e da presença de mestiços (WALLER, 2010). Atualmente, emprega-se este termo para se referir a políticas de proteção aborígene no início do século XX (HAEBICH, 2000: 630)

mestiços eram vistos pelos governos como um fenômeno de transição e que logo se diluiriam na sociedade branca (ROWLEY, 1971: 03). O “alívio” diante deste fenômeno se justifica pela imagem que se construiu em torno dos mestiços, algo a que desde a Comissão Parlamentar para Aborígenes⁸ já se condenava as crianças mestiças como manifestação da imoralidade (TOMLINSON, 2018: 62). Mas conforme a população de mestiços crescia, não se podia mais ignorar o fato de que estes não desapareceriam junto com os demais nativos, o que levou a uma preocupação:

A crescente presença de aborígenes mestiços no final do século XIX, muitos vivendo em circunstâncias desesperadoras, era uma fonte persistente de ansiedade na nova nação. Eles eram um lembrete visível dos padrões de ‘captura e estupro, prostituição e concubinato’ em que as mulheres aborígenes foram atraídas pelos desejos sexuais dos homens brancos. A presença deles também ameaçava noções apreciadas de pureza racial e atiçava medos de ‘degeneração europeia e decadência moral’ por meio da mistura racial. Eles sugeriam aos australianos brancos que ‘a linha da cor estava sendo abordada em proporções enormes – e que a descendência de “raça mista” estava obscurecendo as importantes distinções de cor e fisiológicas entre os grupos raciais’. Essa preocupação crescente refletiu-se na expansão da ‘linguagem da raça’. O termo ‘mestiço’ apareceu pela primeira vez no final do século XVIII e a ‘miscigenação’ foi introduzida durante a Guerra Civil Americana para substituir ‘amalgama’ e, assim, evitar confusão com fusões políticas. Refinamentos em graus de mistura de raças também foram expressos em termos como ‘quadroon’ e ‘octoroon’ (HAEBICH, 2000: 133. tradução minha)

O esclarecimento da preocupação com a mestiçagem realizada pela Anna Haebich oferece importantes tópicos a explorar. O primeiro diz respeito a marca da imoralidade europeia na imagem da criança mestiça, explicitamente confessada pelas autoridades das questões aborígenes. Temos como exemplo a fala de John William Bleakley (1879-1957), uma dentre estas autoridades na primeira metade do século XX, em uma comissão de 1937 com o propósito de discutir as políticas que envolvam o destino dos aborígenes em nível nacional. Segundo ele, é necessário tomar medidas de controle moral, proteção das mulheres e supressão da miscigenação, haja vista que homens inescrupulosos tiram proveito da sedução dos aborígenes à vida civilizada (COMMONWEALTH, 1937: 08).

⁸ Trata-se de um Comitê da Câmara dos Comuns apontado em 1835 para considerar medidas necessárias para proteger o direito dos nativos nos assentamentos britânicos e para trazê-los a civilização e cristandade (TOMLINSON, 2008: 59)

Frutos do que se considerava uma união imoral, comumente foi ligado aos mestiços a ideia de que estes herdaram de ambas as raças seus vícios, enquanto pouco obtiveram de suas virtudes. No final do século XIX a preocupação com o aumento de mestiços é apresentada como uma ameaça ao caráter da civilização vez que se apresenta como uma desordem social, moral, cultural e física (VAN KRIEKEN, 1999a: 304). O projeto de uma Austrália Branca é assombrado por estes sujeitos, e a “aventura espiritual” rumo a história do Mundo pode ser freada por estes que quebram a suposta distância entre o presente e o passado, entre o homem branco e aquele que é a sua ausência ou uma presença segunda de “monstros e fósseis” (MBEMBE, 2014: 39).

Por fim, Haebich também destaca a “linguagem da raça”, cuja formação linguística para lidar com a miscigenação possibilitou o trabalho de políticas públicas a respeito dos mestiços de acordo com suas categorias. A mestiçagem é quantificada em grau de sangue branco que o indivíduo tem conforme o histórico de casamento de suas gerações anteriores. Quando o aborígene não foi produto de nenhuma mistura com alguém de outra raça, este é chamado de *full-blood* (“sangue puro”⁹). Em contrapartida, se o indivíduo nasceu da mistura de “sangue puro” com um branco, ele será denominado *half-blood* ou *half-caste*. Se as gerações seguintes seguirem com a união com pessoas brancas, então teríamos *quadroons* (*half-blood* + branco) e *octoroons* (*quadroon* + branco), refletindo o caráter matemático do projeto eugenista em vigor nas políticas australianas.

A esta nova emergência para a virada do século XX nomeou-se de “half-caste problem”¹⁰, e não era mais suficiente repetir o *modus operandi* das políticas de segregação que exerciam sobre os aborígenes. Foi necessário um novo projeto para a garantia do nacionalismo australiano de uma nação branca. O novo século se apresentava com otimismo para os brancos na Austrália, com sonhos de prosperidade econômica e cuja presença aborígene não passava de restos de povos conquistados e que deixou de ser um obstáculo para a colonização (HAEBICH, 2000: 130). Portanto, concentraram-se para outro problema, os

9 Devido à particularidade com que a língua inglesa denominou os diferentes graus de mistura, não há uma tradução que atenda bem ao valor semântico próprio do termo. Neste caso, esta tradução se aproximou da definição do próprio glossário da obra de Neville que identifica o termo como referente ao aborígene “pure-blood” (NEVILLE, 1947: 08)

10 Uma tradução aproximada poderia ser “problema da mestiçagem”. Contudo, o termo será deixado na língua original para garantir a formação ideológica na qual se baseia, resumidamente um caráter fixista dos tipos raciais, segundo o qual os sujeitos herdam características de diferentes ordens (fenotípicas, racionais, morais, por exemplo) da raça a que pertencem.

mestiços, que em ordem de não manchar o projeto de uma sociedade branca, a solução seria “absorvê-los” nela.

Assim como houve políticas para regular as relações sexuais “inter-raciais”, a fim de reduzir o caso de nascimento de mestiços, também foram projetadas políticas para a população mestiça existente. A política mais comum empregada por parte dos Estados da Austrália como a Nova Gales do Sul, Território do Norte e Austrália Ocidental, tinha como propósito a “fusão” (“merge”) dos mestiços na população não-indígena (HREOC, 1997: 24). Ou seja, na medida em que convivessem com os brancos, as gerações de mestiços subsequentes perderiam suas identidades nativas e ficariam cada vez mais brancas. E, a fim de que as autoridades obtivessem maior poder no controle dos indígenas, quase todos os Estados da Austrália tiveram legislações protecionistas, assegurando que as crianças aborígenes fossem alojadas em dormitórios, com contato limitado com as suas famílias (*idem*: 23).

Apesar de que as políticas em torno do “half-caste problem” foram amplamente trabalhadas por quase toda a Comunidade, é importante destacar que, pelo menos na primeira metade do século XX, estas como outras políticas sobre os aborígenes foram diferentes em cada Estado. A começar que as autoridades encaminhadas para administrar os aborígenes foram centralizadas nas figuras do Protetor-Chefe e ao Comitê de Proteção, criadas após crítica internacional sobre a brutalidade com que sofriam os aborígenes (HREOC, 1997: 22), e essas respondiam somente à federação onde se encontravam, fazendo sua gestão de acordo com a particularidade demográfica do seu Estado correspondente.

Podemos sintetizar as políticas apresentadas até aqui como “ofensivas civilizatórias”, como Van Krieken bem identificou nos trabalhos de Nobert Elias (VAN KRIEKEN, 1999a). Em suma, trata-se da resolução em práticas e políticas violentas em nome da civilização, além de justificadas por se dizer contribuírem para o “bem-estar” dos aborígenes australianos, colocando em questão a suposta distinção que Elias fez sobre os conceitos de “civilização” (processo cuja violência se sofisticava) e “descivilização” (onde a violência é latente). A ofensiva civilizatória, deste modo, se caracteriza pela aplicação explícita do que é “bárbaro” (violência que está em contraste do que é definido como civilização) para o próprio projeto civilizatório (VAN KRIEKEN, 1999a: 299).

Essa ofensiva civilizatória, empregada tanto pela Igreja quanto pelo Estado a fim de produzir uma “Austrália Branca”, se traduziu em dois elementos: o primeiro pela regulação sexual, o segundo pelo “resgate” da nova geração. Políticas e práticas de remoção das

crianças mestiças de suas famílias atuaram, portanto, segundo duas proposições, uma pela ideia de engenharia social com objetivo de desfazer a cor do corpo e da “mente”, e outra pela ideia de proteção do bem-estar das crianças.

O fato do Estado ter poder em retirar as crianças indígenas de suas famílias na Austrália representa um alcance de nível maior para a violência com que as ofensivas civilizatórias puderam alcançar (VAN KRIEKEN, 1999a: 309). Isso em vista de que a remoção infantil australiana distingue da canadense, não somente em práticas – a política canadense preferiu mais pela educação residencial do que a remoção completa, por exemplo – mas também porque ambas atuam segundo diferentes versões de liberalismo, a que Van Krieken aponta o caso australiano como “liberalismo jurídico” (VAN KRIEKEN, 1999b: 307). O conceito “liberalismo jurídico” é emprestado de Tim Rowse, e é uma versão do liberalismo que visa libertar os indivíduos de laços sociais perniciosos, agindo sobre eles de acordo com uma equivalência universal do ponto de vista do Estado. Em resumo, o ideal de assimilação que guiou a prática de remoção forçada no caso australiano se apresentou, com frequência, como um discurso de igualdade a se buscar, se colocando como uma postura humanitarista.

Van Krieken já identificava o “resgate da nova geração” um conceito central para práticas sobre crianças da classe pobre e proletária desde o século XVI, e depois um elemento central para interseção entre a vida familiar e a cidadania liberal, argumentando que a remoção de crianças aborígenes já se fundamentava em filosofias, políticas e práticas pré-existentes em relação a grupos “problema” (VAN KRIEKEN, 1999a: 306). A novidade com a remoção australiana, no entanto, está na conexão e afinidade entre o racismo e a ideologia de classe.

Nota-se que a remoção infantil pensada para o “half-caste problem”, devido a nova emergência dos colonizadores australianos, se difere dos modelos anteriores. Isso porque a prática de remoção foi realizada nas terras australianas desde o início da ocupação, tanto por ação do Estado quanto o da Igreja, para que as crianças indígenas aprendessem os valores europeus e assim pudessem servir como mão de obra (HREOC, 1997: 22). Mas com o crescimento da população de mestiços, ao discurso de que há crianças necessitadas no qual é preciso uma especial intervenção estatal se mistura a concepção racista de que mestiços estão associados a pobreza, preguiça, criminalidade e outros valores pejorativos, além do temor de

que esta nova geração ascendente devolva a violência racial contra os brancos (HAEBICH, 2000: 135-136).

1.3 O ENCONTRO DO RACISMO DE ESTADO COM O UNIVERSALISMO LIBERAL

Este trabalho propõe se concentrar sobre as políticas de remoção forçada de crianças aborígenes porque acredita que este objeto carrega uma expressão máxima da governamentalidade¹¹. Depois de conhecido o contexto com o qual estas políticas foram construídas, é possível discutir a garantia do poder do Estado sobre a vida familiar segundo a lógica liberal.

Começamos explorando quais as relações das práticas coloniais australianas sobre os aborígenes com a categoria de biopolítica, termo cunhado por Foucault para se referir a racionalização das práticas de uma determinada relação de poder entre o Estado e a população que envolva “fenômenos imanentes a essa população” (NETO, 2007: 112). Em suma, “biopolítica” é o poder do Estado nas questões de saúde, higiene, sexualidade e outras variáveis de viés biológico que agrupam a população em um coletivo, atuando em caráter massificante em direção ao “homem-espécie”¹².

A fim de controlar o número de mestiços no território australiano, foram pensadas políticas de regulação das relações sexuais “inter-raciais”, como medida profilática, e de remoção das crianças para absorção na sociedade. Nos interessa saber a racionalidade que atravessa os discursos a fundamentar estas políticas, e para isso discutiremos sobre a ação da biopolítica pelo dispositivo da sexualidade e tendo o mecanismo do racismo como justificativa.

Antes, contudo, importa esclarecer o que significa um dispositivo, para Foucault:

11 Grosso modo, define-se como “a relação de poder entre Estado e população, o governo da população pelo Estado, os dispositivos postos em prática para o governo da população pelo Estado” (NETO, 2007: 111)

12 Refere-se aqui ao fato de que a atuação sobre os corpos não se dá somente no nível individual, disciplinar, a que Foucault chama de “anátomo-política”. Busca-se agora atuar sobre a multiplicidade dos homens, esta que deva redundar sobre os corpos individuais (FOUCAULT, 2005: 289).

Mas, afinal, o que é um dispositivo? Foucault, em uma entrevista de 1977, divide a resposta em três partes: primeiramente, um dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, enfim: do dito, tanto quanto do não-dito”; em segundo lugar, o dispositivo “é a natureza do elo que pode existir entre esses elementos heterogêneos”; e em terceiro lugar, o dispositivo é uma espécie de “formação, que num dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem, então, uma função estratégica dominante” (NETO, 2007: 63)

A sexualidade é trabalhada como forma de poder que o Estado estabelece em relação a população como um suporte de regulação, cujos discursos relacionam-se na área da medicina, psiquiatria, racismo, afirmação da raça e eugenia (NETO, 2007: 56). Ainda que este dispositivo compreenda todos estes domínios para as políticas que lidavam com o “half-caste problem”, a exemplo de discursos sobre a imoralidade das relações “inter-raciais” pela área da psiquiatria, nos interessa agora a relação da sexualidade com o racismo e seus desmembramentos.

A partir do século XVIII, há uma transformação nos mecanismos de poder que enxergam o sexo não mais como uma questão estritamente moral, mas sob uma perspectiva de regulação social (NETO, 2007: 61). Um exemplo de regulação é através do dispositivo de aliança, que através de pressões da Igreja, da sociedade e do sistema jurídico para valorização do relacionamento monogâmico e da fecundidade, servindo como forma de “homeostase” do corpo social, de reprodução da força de trabalho.

Mas o dispositivo da sexualidade na prática colonial australiana não realiza somente uma face do biopoder, que controla o domínio da vida, pois também opera sobre a produção da morte, pois afinal os discursos, as instituições e as leis buscavam uma engenharia social que extinguisse a população aborígine. As práticas coloniais sobre os povos aborígenes australianos, não obstante do mundo colonial como um todo, amplifica a racionalização do poder do Estado para o que Mbembe atualiza como necropolítica, ou seja, a aplicação de formas de subjugação da vida ao poder da morte. Somente com a presença deste conceito é possível explicar o controle demográfico de mestiços australianos, porque com ela se apreende a proibição de casamentos mistos e o extermínio de povos vencidos no mundo colonial através da concatenação do biopoder, estado de exceção e estado de sítio (MBEMBE, 2016: 132).

Preliminarmente, não podemos continuar esta discussão sem que se apresente a chave que reconverte o poder biopolítico (de operar sobre a vida) em poder soberano (o poder de fazer morrer e deixar viver): o racismo (FOUCAULT, 2005: 304). O racismo aqui apresentado por Foucault diz respeito a um mecanismo fundamental de poder que se inseriu no século XIX e sem o qual não há funcionamento moderno do Estado, porque é a linha que determina o que deve viver e o que deve morrer.

O racismo desempenha um papel para o funcionamento do poder soberano do direito da morte em duas funções. A primeira função é a de fragmentar, através de distinção de raças, hierarquizando-as, qualificando-as, e assim estabelecendo cesura no domínio biológico da população. E a segunda função é fazer funcionar a “relação guerreira” no exercício do biopoder, ou seja, permite uma relação que defenda o axioma “se você viver, é preciso que o outro morra” (FOUCAULT, 2005: 305). Este imperativo da morte numa sociedade de normalização só é possível através do racismo, cuja admissibilidade é em nome do perigo biológico da raça ruim e em defesa da própria raça.

Nos interessa saber que não é somente pelo extermínio direto que se realiza o poder soberano da morte aos considerados de raça inferior. Aos aborígenes australianos, além de massacres, submeteram-lhes à perda de suas terras e à diminuição de seus recursos, e conseqüentemente ao estado de miséria e ao risco de morte. Eis que o evolucionismo torna-se uma maneira de pensar as relações da colonização (FOUCAULT, 2005: 307), de modo que não só justifica a morte da raça considerada inferior em termos como o darwinismo social, como produz essa morte em primeiro lugar para estabelecer superioridade sobre o outro conquistado. Desta feita, percebe-se este movimento diante da configuração de “raça condenada” para os aborígenes australianos: depois de aniquilados e submetidos a uma condição de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016: 146), traduzem sua desgraça para o domínio biológico, ao fato de que não conseguiram desvencilhar da natureza animal, e a fim de que esta morte iminente não alcance o colonizador, este recorrerá à relação de guerra.

Foucault já dizia que o racismo se desenvolve com mais potência na colonização pelas práticas de genocídio pelo colonizador, e a racionalidade construída para este genocídio se ancora sob a ideia de destruição da raça adversa que ao mesmo tempo garante a regeneração da própria raça. A essa “relação guerreira”, Mbembe aprofunda o entendimento sobre qual a particularidade desta relação para o mundo colonial, que conclui ser sua ligação com o estado de exceção e o de sítio. Por estado de exceção, diz da suspensão temporal do estado de direito,

enquanto que o estado de sítio significaria o cercamento e isolamento de vilas e cidades que priva do direito de ir e vir. À prática colonial australiana, estes estados se configuram nas políticas de segregação dos aborígenes, de alojamento em “campos de concentração” (ROWLEY, 1971: 07) e, em destaque neste trabalho, de remoção de crianças de suas famílias.

A garantia de que a ordem judicial seja suspensa nas colônias se deve a territorialização do Estado soberano, onde as colônias se tornam semelhantes às fronteiras, o que quer dizer que são consideradas zonas de guerra, habitadas por “selvagens” que devam ser trazidos à “civilização” mesmo que sob o método da violência do estado de exceção (MBEMBE, 2016: 133). A ordem de civilização é um conceito chave porque organiza e distingue os sujeitos do mundo colonial, na qual os europeus são colocados como portadores dessa civilização, enquanto que os aborígenes levam uma vida “bárbara” (VAN KRIEKEN, 1999a: 302) que deve ser transformada. E como estes seres outros devem ser inseridos é o que discute o modelo de “cidadania”.

O sistema dos Estados liberais parte da ideia de que, garantindo que o governo não interfira no mercado, toda a vida não-econômica da população torna-se de seu domínio: “a vida moral e seus vínculos com a saúde física e mental, com pureza racial, com sexualidade adequada” (NETO, 2007: 119). Neste espectro, a política e o programa liberal tiveram como objetivo assegurar o monopólio da lei e da coerção ao Estado moderno, o que incluiu a organização em torno da tolerância dos indivíduos baseados na intolerância a identidades culturais diferentes (VAN KRIEKEN, 2005: 06). Para que estes indivíduos possam ser aceitos na cidadania liberal, é preciso que abandonem sua cultura, seu estilo de vida considerado negativo – justamente por ser particular e abjeto na lógica do humanismo universal¹³. A essa força normalizadora em direção ao uma cidadania monocultural deu-se o nome de assimilação.

Foram sobre os códigos de “fusão” (*merge*), absorção e assimilação que se construíram os discursos para resolução do “half-caste problem” no final do século XIX ao século XX. Em suma, depois que as autoridades governamentais concluíram que os aborígenes estão “convenientemente” morrendo, maior energia deveria ser concentrada para aqueles que carregam o “sangue” europeu, mas que ainda são aborígenes até que percam a identidade cultural adversa aos colonizadores. Centrados em manter o projeto de uma Austrália “branca”, enquanto segregavam os aborígenes da sociedade para evitar que se

13 SARTRE, Jean-Paul. *Préface*. In: FANON. Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 4.

aumente o “problema”, o desaparecimento dos mestiços se daria pela miscigenação subsequente destes – tanto biologicamente, atendido pelos termos de fusão e absorção, quando culturalmente, a que se sofisticou pelo projeto de assimilação na sociedade liberal.

Portanto, as políticas australianas preocupadas com a miscigenação no território articulam o racismo de Estado com o universalismo liberal, ou seja, atendem a premissa de que é legítimo o poder que prive as liberdades e os direitos do que seria uma raça adversa ao mesmo tempo que busca fazer com que um grupo seja assimilado na sociedade assim que tiver expurgado os traços culturais remanescentes. É um denominador comum que expresse ao limite o “duplo discurso” (HAEBICH, 2000: 142) – de preocupação humanitária e de políticas de exclusão – se encontrou na figura da criança.

A prática de remoção infantil é integral na colonização como dissolução da cultura e identidade aborígine (HAEBICH, 2000: 69), mas embora constate a remoção desde o início da colonização, alguns sentidos foram transformados. No início do século XIX, abduzia-as para trabalhos de campo e doméstico, e cuja razão seria salvá-las da fome e da barbaridade e da preguiça (HAEBICH, 2000: 79). Contudo, o início do século XX é marcado pela configuração de discursos de absorção e assimilação, e a salvação agora seria torná-las próximas à cidadania australiana nos parâmetros monoculturais enviesados, e a remoção é necessária não somente pela proteção das condições precárias segundo critérios de saúde e higiene, mas também para evitar a contaminação racial de sua família e comunidade. A articulação do discurso de uma preocupação humanitária com o da relação guerreira do extermínio da outra raça é, portanto, simbiótico.

1.4 SOBRE A PESQUISA

Este trabalho busca refletir sobre a prática de remoção infantil mas sob uma forma particular, uma vez que observamos que esta assume ideologias preexistentes e transformações de acordo com o avanço do pensamento liberal no século XIX e com a determinação do estado de exceção sobre as colônias. Opta-se, portanto, em fazer um estudo sobre esta prática que se tornou sistêmica com a virada do século XX e se intensificou na década de 1930, através da nova orientação para o projeto assimilacionista.

Além disso, há de se considerar mais uma vez que as políticas de remoção infantil, bem como toda a legislação sobre os aborígenes, eram realizadas pelos próprios Estados da Comunidade da Austrália, diferindo umas das outras de acordo com as urgências demográficas de cada um. Com o objetivo de analisar os discursos que promovem e legitimam a remoção infantil, o recorte desta pesquisa se limitou a dois personagens que movimentaram o projeto de assimilação no cenário nacional.

O primeiro personagem é Auber Octavius Neville e ele atuou como Protetor-Chefe dos Aborígenes pela federação da Austrália Ocidental (1915-1936) e Comissário para Assuntos Nativos¹⁴ (1936-1940). Neville é considerado o burocrata mais influente nas políticas australianas em assunto dos aborígenes na primeira metade do século, razão pela qual é amplamente representado em tempos posteriores como uma “sinédoque” na representação “do passado burocrático australiano em relação ao tratamento e tentativa de controle da população indígena” (DORGELO, 2007: 13).

Paralelamente este trabalho busca analisar uma autoridade na área da antropologia. Trata-se de Adolphus Peter Elkin, que assumiu em 1934 o cargo de professor de antropologia na Universidade de Sydney e se manteve no domínio da disciplina até sua aposentadoria em 1956. Durante sua vida profissional, foi conselheiro de governos e editor do jornal Oceania, e apesar de nunca ter sido a favor da prática de remoção infantil, é considerado um dos arquitetos da política de assimilação (HAEBICH, 2000: 453).

Um dos motivos para se debruçar sobre as figuras de Neville e Elkin em conjunto é por elas não serem, em assunto de políticas sobre aborígenes, parecidas. O próprio significado do que significa “assimilação” é diferente entre eles, o que não é estranho uma vez que fora comumente confundida com “absorção” (HAEBICH, 2000: 453), ou seja, que vacilava entre um projeto de trazer os aborígenes à cultura e códigos europeus e outro de uma engenharia social que desvanecesse a cor negra através de mais miscigenação com os mestiços. Essa polissemia é muito bem observada na representação destes dois sujeitos históricos, porque a grosso modo Neville se alinha para a perspectiva de que o problema da raça é inevitável e o melhor a ser feito pelos mestiços é embranquecê-los ao longo das gerações, enquanto que Elkin busca promover a reflexão sobre a possibilidade de cidadania para os aborígenes. Esta distinção, contudo, não é tão precisa, mas se a considerarmos deste modo por um instante, fica aqui algumas questões que este trabalho buscará responder ao longo da análise: como estes

¹⁴ *Commissioner for Native Affairs*

projetos se diferem? Ancorados no mesmo ideal de superioridade racial e de forte sentimento nacional desde a federação na virada do século, como podemos observar o diálogo destes dois principais personagens para se pensar o imaginário sobre os aborígenes e sobre as políticas a respeito destes?

Através de Neville e Elkin este trabalho propõe um estudo mais, digamos, palpável do imaginário colonial australiano. Trata-se de um retorno ao nível discursivo da relação de luta de raças e das políticas de um Estado liberal homogeneizante, da materialidade das ideologias – estas que agem sobre os sujeitos ao mesmo tempo em que estes atuam nelas, relação que só pode ser situada em um determinado contexto sócio-histórico. Propõe-se, portanto, estudar estes atores através da Análise do Discurso.

1.5 APROFUNDAMENTO DO OBJETIVO E MÉTODO

Antes de voltar a falar do método da Análise do Discurso para esta pesquisa, precisamos deixar claro sobre a que ele responde. Esta pesquisa busca, objetivamente, compreender a legitimidade que promoveu as políticas de remoção infantil na primeira metade do século XX. Em outras palavras, não se trata de se debruçar sobre “o que” foram estas políticas, mas sobre “como” que elas puderam ser desempenhadas. E conhecendo que estas políticas não foram uniformes no cenário nacional, resolve-se estudá-las através de somente dois agentes históricos que tiveram forte influência sobre as políticas para aborígenes, que são A.O. Neville e A.P. Elkin. Com este recorte, faz-se a correção de que se trata o objetivo: pretende-se compreender o trabalho discursivo destes dois atores, suas performances linguageiras dentro de uma série de ideologias na discussão das políticas aqui em questão, e assim entender sob quais legitimidades se ancoraram principalmente as práticas de remoção.

A fim de atingir este objetivo, cabe perguntar o que significa a análise do discurso para este fim. Em primeiro lugar, significa se debruçar sobre os sentidos que aparecem nos discursos estudados, estes que não são dados *a priori* mas sim constituídos no discurso (BRANDÃO, 2004: 76) em determinado processo sócio-histórico. Desta forma é trazida a ideia de Formação Discursiva como conceito para avaliar o que é que pode ou não ter sentido

em um contexto. Em segundo lugar, significa localizar o sujeito do discurso em um tempo e lugar e na sua relação com o interlocutor; de modo que analisar os discursos de Neville e Elkin também significa compreender o público, seja aqueles a quem eles possivelmente dirigem suas falas ou mesmo aqueles que eles evocam para defender a si mesmos ou as ideias as quais defendem. Desta feita, é conhecendo o interdiscurso que se pode apreender diferentes entidades que circulam nas obras dos autores, respondendo a questões como: havia resistências ou críticas que se preocupavam para convencer de suas ideias? Quais eram estas que trouxeram a tona?

À vista disso, de que um discurso é essencialmente comunicacional porque é sempre uma interlocução e é dialógico porque preocupa em se adaptar ao auditório, a Análise do Discurso responde bem ao objetivo de compreender as legitimidades buscadas para o projeto de remoção forçada. Atendendo a estes critérios, o modelo de análise que compreende este projeto é a de Análise do Discurso numa linha pecheutiana referenciado pelas linguistas Eni Orlandi e Helena H. Nagamine Brandão em conjunto com o modelo de Análise Argumentativa conforme apresentado pela Ruth Amossy.

A fim de fazer maior esclarecimento de como este trabalho realiza sua análise, a seguir será apresentada um breve acompanhamento das etapas que se propôs seguir. Assim, ao mesmo tempo que se faz maior evidência do método, também é feita uma breve orientação quanto ao percurso da dissertação. Neste propósito, o ponto de partida da análise é a configuração do *corpus*, ou seja, uma série de superfícies linguísticas dominadas por condições de produção estáveis e homogêneas (GADET, 1997: 182). Para este instante, é suficiente dizer que a configuração se concentrou, principalmente, em selecionados discursos dentro das obras *Australia's Coloured Minority* (1947) de A.O Neville e *Citizenship for the Aborigines* (1944) de A.P Elkin.

Considerados as obras, preocupa-se depois sobre as condições de produção do discurso. Trata-se, portanto, da relação dos autores com o que escreveram, compreendendo suas experiências, o contexto histórico, suas emergências, enfim, deve-se colocá-los como sujeitos na cultura com uma posição determinada (ORLANDI, 2009: 76). Para este propósito, ao mesmo tempo em que se trabalhou conhecer sobre a história da Geração Roubada com trabalhos como o de Anna Haebich, Derrick Tomlinson, C. D. Rowley, Robert Van Krieken e o relatório *Bringing them Home*, preocupou-se também em localizar os autores em questão neste contexto, razão pela qual também se tornam importantes suas biografias, sendo elas

Mister Neville: A Biography (1990), de Pat Jacobs, e *The Self-Made Anthropologist: A life of A.P. Elkin* (1985), de Tigger Wise.

Depois de analisados elementos anteriores ao próprio texto que é possível voltar-se ao nível discursivo. Em outras palavras, Neville e Elkin escrevem de um lugar e um tempo determinado com intenções próprias para suas escritas, e conhecer o que isto significa é de suma importância para compreender seus discursos. Neste trabalho, após apresentar a relação entre a vida dos autores e o contexto sobre o qual levaram a escrever suas obras, adentraremos em seus discursos para analisar elementos que compõem a força ilocucionária em prol das políticas sobre os aborígenes.

Para o propósito deste trabalho, o dispositivo analítico se concentrou em formações discursivas que se julga importantes para a configuração das políticas de remoção. Em primeiro lugar, cabe explicar sobre a categoria de “Formação Discursiva” (FD) e seu propósito dentro da Análise do Discurso. A FD é um termo cunhado por Foucault para designar um conjunto de enunciados que remetem a uma mesma formação ideológica, e que a partir da elaboração de Pêcheux passou-se a relacioná-la na articulação entre língua e discurso (BRANDÃO, 2004: 48). Em outras palavras, trata-se de uma categoria que permite entender “o que pode e deve ser dito’ a partir de um lugar social historicamente determinado” (*idem*: 107). Todo sujeito é afetado pela ideologia, logo o mesmo se diz de seus discursos, e é considerando este descentramento do sujeito (de que não é totalmente livre em suas falas) que a categoria de FD se destaca, porque permite que localize a ideologia materializada em suas falas. Para melhor compreender o papel da FD neste trabalho, podemos formular a seguinte pergunta retórica que, através desta categoria, será possível responder: afinal, sobre quais formações ideológicas e de que diferente formas de se expressá-las se ancorou o projeto de remoção forçada de crianças aborígenes australianas?

É preciso deixar claro que este trabalho não pretende categorizar “todas” as FDs enunciadas nas obras de Elkin e Neville, tampouco apresentar alguma com uma cadeia encerrada de enunciados possíveis, uma vez que a própria natureza heterogênea das FDs impossibilitaria este processo. Cabe aqui encontrar as formas sobre as quais se apresentaram determinadas formações que, novamente, podem ser consideradas importantes para os discursos a favor da política de remoção que apareceram no *corpus*. É certo afirmar que a seleção destas FDs são de escolha do analista, contudo é possível compreender sobre qual

critério se avaliou essa importância, uma vez que acompanha os estudos sobre a história das políticas sobre os aborígenes australianos bem como as teorias pós-coloniais.

Em poucas palavras, as formações discursivas que esta pesquisa buscou analisar dizem respeito às ideologias que permitiram o direito de dominação sobre a vida e a morte do colonizado. Conforme brevemente apresentado no início deste capítulo, resume-se estas ideologias ao humanismo, ao liberalismo, ao darwinismo social e ao racismo. Para este trabalho, não se trata de estender sobre o que se trata estas ideologias mas sim se voltar à materialidade delas, especificamente na voz de sujeitos específicos, em um *corpus* determinado. Tamanho recorte por um lado explica o rigor do dispositivo analítico, mas poderia fazer questionar sobre o alcance dos resultados em contribuição à história de repressão dos aborígenes australianos, e por isso cabe explicar sobre uma categoria fundamental para este trabalho, o interdiscurso na noção de sujeito:

Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo) (BRANDÃO, 2004: 59)

Sob o entendimento do nível interdiscursivo nas obras de Elkin e Neville, compreende-se que não só é possível observar diferentes formações discursivas em torno de uma ou mais ideologias como também é possível analisar sobre outros discursos com os quais dialogavam. A consciência de um “outro” como já foi explicado citação acima faz entender que o ato de fala significa formar enunciados que somente podem ser feitos em uma forma específica que não poderia ser outra, tanto porque é nisso que se configura uma formação discursiva quanto que também trata-se de adicionar este “outro” como interlocutor desses enunciados, uma vez que sem ele não fariam sentido. Portanto, estudar o discurso destes autores é também observar uma parte da sociedade australiana dentro de um contexto sócio-histórico determinado. Uma parte, repito, porque cada obra pretende se comunicar a um público ideal sobre o qual os autores desejam que façam adesão de suas ideias ou que mudem seus modos de ver e sentir diante de uma ideia.

Tanto o trabalho de aderir o público a uma tese (visada argumentativa) quanto o de modificar a orientação dos modos de ver e sentir (dimensão argumentativa) são de produção do discurso (AMOSSY, 2020: 07). A função de se realizar uma Análise Argumentativa é trazer maior visibilidade da presença do interlocutor no discurso, porque para além de evidenciar o funcionamento das ideologias no discurso também se integra a este trabalho a análise do esforço argumentativo para a legitimidade da remoção forçada, e para isto é evidente que mais um conceito se torne fundamental para esta pesquisa: a argumentação.

Argumentar consiste em “modificar as diversas representações que são atribuídas ao interlocutor” (*idem*: 28). Mais uma vez cabe reforçar que não há discurso sem que haja este quadro figurativo (“eu” – “tu”), um dialogismo que garante o lugar da “argumentatividade” ou orientação, ou seja, de fazer o outro a compartilhar uma tese ou um modo de ver e sentir (*idem*: 12). Isto significa que aquele que discursa tem alguma consciência de seu auditório, pois afinal este é sempre construído por ele (*idem*: 55). Depois de um exame pré-discursivo sobre a vida dos autores e seu contexto sócio-histórico, é possível ter algum conhecimento sobre o auditório em questão uma vez que a “construção do auditório” se efetua no próprio texto (*idem*: 58), o que nos faz atentar para um mecanismo importante na produção de discurso: o imaginário.

O mecanismo imaginário está implicado nas condições de produção do discurso e diz respeito às imagens dos sujeitos, sejam eles locutor ou interlocutor, bem como a do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2009: 40). Estas representações permite estabelecer um quadro de formações imaginárias que nos permite compreender a imagem que é feita para cada parte integrante do discurso. Importa, por exemplo: 1) conhecer a imagem que cada um dos autores fazem de si mesmos para entender a construção de seu *ethos*; 2) a imagem prévia que eles antecipam que seu auditório tenha deles para compreender o trabalho de modificação de um *ethos* prévio; 3) a imagem que os autores têm de seu auditório, e como este mesmo auditório, na noção deste autores, atribuem a imagem de seu objeto de discurso.

A partir das formações imaginárias presentes nas obras, podemos estudar nelas o que está em jogo quando se trata da política sobre os aborígenes segundo os autores. Com o amparo do conhecimento sobre o contexto de cada publicação, o entendimento das imagens nos permite entender algumas das questões que movimentam a argumentação, tais como: a atmosfera com o interlocutor no discurso a favor das políticas de remoção é consensual ou

polêmica? Quem seria o auditório que cada autor pensou em seu discurso (sua escolaridade e classe social, por exemplo)? Qual imagem cada autor têm de seus interlocutores em relação ao pensamento sobre os aborígenes? Enfim, compreender esta relação entre o locutor e o auditório é essencial para que se analise o que era necessário para legitimar a política de remoção. E assim como a imagem do autor sobre o auditório e o que este tem sobre o objeto de enunciação, em primeiro lugar devemos observar qual a imagem que os autores têm de si e, paralelamente, a imagem que antecipam que seus auditórios teriam deles, ou seja, qual é a posição do *ethos* de cada um.

Neville e Elkin ocupam lugares institucionais diferentes no momento de escrita e publicação de suas obras, tendo o primeiro se apresentando enquanto autoridade burocrática por ter ocupado cargo como Protetor-Chefe e o segundo sendo considerado um antropólogo importante para comunicação sobre a vida dos aborígenes. Me adianta em dizer que o papel social de ambos, apesar de oficialmente relevante, não é o suficiente para colocá-los como posição de autoridade por si só em suas obras, algo que se evidencia tanto na trajetória dos dois quanto na formulação de seus próprios discursos, onde a construção da imagem de si é bastante presente. O que está em jogo é a compreensão que os locutores têm de seu *ethos* prévio – a ideia da imagem que público tem deles antes da leitura de suas obras – em relação com o trabalho de ambos na construção de seu *ethos* discursivo:

A encenação verbal do eu manifesta modalidades segundo as quais o orador se esforça para colocar em evidência, corrigir ou apagar os traços que, presumidamente, lhe são atribuídos. É a partir daí que se pode ver como a imagem prévia do locutor é remodelada por um discurso que ora a reforça, ora se dedica a transformá-la. (AMOSSY, 2020: 92)

Conforme analisarmos o lugar do *ethos* de cada locutor, podemos relacionar quais são os valores compartilhados para a reprodução de uma boa imagem de si. Estes valores com os quais o locutor tende a se situar participa da estereotipagem que ele mesmo deve levar em conta em seu argumento para que tenha maior chance de convencer ou orientar seu público, e portanto são elementos para a garantia da legitimidade das políticas discutidas nas obras de cada autor:

A estereotipagem permite encontrar, em função do grupo-alvo, ideias, crenças, evidências, preconceitos que o orador deve levar em conta. Procuraremos tocar o inglês conservador apoiando-nos em premissas éticas e políticas às quais ele é suscetível de aderir imediatamente..(AMOSSY, 2020: 59)

Por fim, conforme conhecemos a atitude ilocucionária dos autores diante da *doxa*¹⁵ de seus interlocutores, também podemos responder sobre quais valores se empenhavam a legitimidade das políticas sobre os aborígenes. Logo, cabe também avaliar a estratégia discursiva pelo *pathos*, ou seja, que incide diretamente sobre o auditório na tentativa de provocar nele alguma emoção.

Em suma, este trabalho busca a compreensão das ideologias articuladas em nível discursivo nas obras de A.O. Neville e A.P. Elkin e a maneira como elas se mostraram. Como parte dos elementos que garantem a legitimidade sobre o que se fala a respeito dos aborígenes, cabe também descrever o caráter do público esperado como interlocutor destas obras, e sobre quais valores os locutores acreditam que terão sucesso em sua força argumentativa. É pensando na língua em conjunto com a história e a ideologia que se pretende responder o que pôde significar, para uma parte da sociedade australiana, a remoção forçada de crianças aborígenes de suas famílias.

¹⁵ Grosso modo, trata-se da opinião pública, do senso comum, da ideia preconcebida que permite comunicação entre o locutor e o interlocutor.

2 DESCRIÇÃO DOS AUTORES E DAS OBRAS – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

2.1 LEGISLAÇÃO SOBRE OS ABORÍGENES NA AUSTRÁLIA OCIDENTAL E A CHEGADA DE A. O. NEVILLE

Conforme já introduzido no capítulo anterior, antes de voltarmos às obras sujeitas a análise é de preferência fazer um acompanhamento das condições de produção de cada uma. Isto significa dizer que a biografia de Neville e Elkin, inseridos no contexto sócio-histórico australiano, devem ser investigados até onde importa para a produção de seus livros. Neste momento, aprofundaremos sobre a vida de A. O. Neville e o que o levou a escrever seu livro.

Auber Octavius Neville (1875-1954) trabalhou como Protetor-Chefe dos Aborígenes pela federação da Austrália Ocidental (1915-1936) e em seguida exerceu o cargo de Comissário de Assuntos Nativos (1936-1940). Nascido em Nortúmbria, Inglaterra, sua família se muda para Austrália Ocidental em 1897 aos 22 anos de idade, imbuído pelo espírito da aventura colonial conforme frequentemente a biógrafa Pat Jacobs busca evidenciar, como em um segmento que extraiu do livro *Australia's Coloured Minority*:

Naturally I imbibed quite a romantic view of the mission field and the workers of the great missionary societies, as well as of such men as Stanley, Livingstone, Carey and Gordon – heroes all to us boys, thirsting for the adventure; and there were eight of us, all but one of whom left England for one or another part of the Empire¹⁶ (NEVILLE, 1947: 95 *apud* JACOBS, 1990: 22)

Importa falar sobre este espírito que acompanha a chegada de Neville à Austrália, mas numa perspectiva diferente da que explora Pat Jacobs. É justa sua abordagem historicista, que acompanha a vida de Neville de acordo com os ideais do século XX, algo a que o historiador

¹⁶ “Naturalmente, eu incorporei uma visão bastante romântica do campo missionário e dos trabalhadores das grandes sociedades missionárias, bem como de homens como Stanley, Livingstone, Carey e Gordon – heróis para todos nós, garotos, sedentos por aventura; e havia oito de nós, todos menos um dos quais deixou a Inglaterra para uma ou outra parte do Império.” (tradução minha)

Geoffrey Bolton escreve no prefácio da biografia o mérito de se observar para além de uma imagem negativa constantemente reconstruída de Neville, compreendendo que ele se insere no ideal do “fardo do homem branco” (JACOBS, 1990: 14). Contudo, esta aventura em novos territórios também pode ser observada pela estrutura colonial de enriquecimento e expropriação, como escreve Albert Memmi.

Em “Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador”, Memmi trabalha o retrato do colonizador e a primeira questão é sobre as motivações que levaram os europeus a se expatriarem para uma terra nova. Ele não ignora o caráter de missão cultural e moral, mas admite que esta proposição não merece crédito. A resposta mais coerente é a busca pelo lucro, ainda que duvidoso. É confortável se manter fora da metrópole devido às facilidades de acesso e de enriquecimento que possui. Mas sua reflexão não é ingênua em não pensar que toda sua comodidade está apoiada na exploração do colonizado:

Se seu nível de vida é elevado, é porque o do colonizado é baixo; se pode se beneficiar de uma mão-de-obra, de uma criadagem numerosa e pouco exigente, é porque o colonizado é explorável à vontade e não é protegido pelas leis da colônia; (...) quanto mais ele respira à vontade, mais o colonizado sufoca. (MEMMI, 1977: 41-42)

Sobre como isto se apresenta com a chegada de Neville, se resume na ignorância em relação às formas de vida dos aborígenes em primeiro lugar. A biografia escrita por Jacobs demonstra que até a entrada de Neville no Departamento dos Aborígenes ele se encontrava alheio a vida dos nativos, contato que talvez se resumisse a ter visto alguns como pedintes pela cidade (JACOBS, 1990: 30). Afinal, apesar do que quer que tenha aprendido das sociedades missionárias, suas primeiras ambições de vida desde a chegada a Austrália em nada se cruza com a vida dos aborígenes.

O primeiro emprego de Neville foi de despachante, depois como funcionário do Departamento de Obras Públicas. E o destaque que pode se fazer sobre Neville é a competência com que realiza os trabalhos administrativos, porque foi assim que, segundo Jacobs, ele conseguiu consecutivas promoções: a primeira como Escrivão em um sub-departamento do Gabinete do Primeiro-Ministro, depois como Escrivão do novo Departamento da Secretaria Colonial. Tendo seu auge no Serviço Civil como Secretário para

Imigração em 1908, foi responsável por organizar o fluxo de imigrantes depois da abertura de aquisição de terras e empréstimos, a que vinham em milhares (*idem*: 35).

O trabalho com imigração seguia corrente, que em seguida passou a gerenciar o Departamento de Imigração, Turismo e Informação Geral. Só em 1914 que começa a virada da vida burocrática de Neville, quando em conjunto com a falha das plantações de trigo se inicia a Primeira Guerra, dois fatores com os quais resultam na queda da imigração e turismo na região, tornando Neville um Secretário de um departamento ocioso (*idem*: 53).

Enquanto que o departamento onde atuava Neville minguava, a preocupação com os aborígenes aumentava. O atual ministro para Assuntos Aborígenes, Rufus Henry Underwood, determinado com mudanças mais profundas na administração de aborígenes nomeou Neville como novo Protetor-Chefe dos Aborígenes a partir de 1915 por conhecimento de sua competência:

He was a break with tradition – neither a ‘friendly amateur’ nor an ‘odd chum’ of the pastoral lobby but a British-born career public servant with an impressive track record of determined and energetic action in immigration but no previous experience of Aborigines¹⁷ (HAEBICH, 2000: 257)

Esta nomeação chegou a Neville com desagrado. Afinal, trata-se de um sub-departamento com baixo financiamento e número de funcionários (JACOBS, 1990: 54), mas mesmo sendo contra o que ansiava, em sua biografia é respondido que não lhe restava muita escolha. Esta reviravolta na vida de Neville nos importa neste momento em que se entende que a escolha de Underwood em nomeá-lo como novo Protetor-Chefe dos Aborígenes tinha como uma das razões a implementação da Lei de 1905¹⁸ e de se voltar ao “half-caste problem” (HAEBICH, 2000: 257), de forma que será necessário que especifiquemos sobre o contexto das políticas aborígenes até a posse de Neville para depois compreender sua gestão como Protetor-Chefe.

A primeira vez que oficialmente se reconhece a urgência de mestiços na Austrália Ocidental, estado a que vem a ser a região onde Neville atuaria como Protetor-Chefe, foi com

¹⁷ “Ele era uma ruptura com a tradição – nem um ‘amador amigável’ nem um ‘amigo estranho’ do lobby pastoral, mas um nascido na Grã-Bretanha e funcionário público de carreira com um histórico impressionante de ação determinada e enérgica na imigração, mas sem experiência anterior com aborígenes” (tradução minha)

¹⁸ Me refiro a “*Aborigines Act 1905*”, a que será descrita mais adiante.

a Lei de Proteção de Aborígenes de 1886¹⁹, que determinou a definição de quem seriam os aborígenes e com especificação aos “*half-castes*” de modo que não se restringia apenas ao fenótipo como também a fatores sociais – tais como linhagem, habitação e associação com outros aborígenes (TOMLINSON 62-64).

Na Austrália Ocidental, a administração sob os aborígenes passou por bastante mudanças na década de 1890. Em primeiro lugar porque os primeiros anos desde seu autogoverno em 1889 foram marcados por um período de prosperidade econômica e desenvolvimento que conseqüentemente emergiam ideais como o de uma “Austrália Branca” (HAEBICH 208-209). Com a Lei de Aborígenes de 1897²⁰, desloca-se a autoridade sobre os aborígenes para o Protetor-Chefe e para o Departamento dos Aborígenes, respondendo a partir de então ao Governo Colonial (TOMLINSON, 2008: 72). Em específico à Austrália Ocidental, o departamento já se inaugurou com pouca força e sem muita importância a não ser distribuir “rações” (HAEBICH, 2000: 212), sob primeira gestão com Henry Prinsep.

A maior preocupação de Prinsep se dirigia às crianças mestiças, enquanto era negligente em relação ao tratamento abusivo das demais crianças aborígenes, pelo que seu objetivo era remover as primeiras forçadamente de suas famílias para educá-las ao trabalho (HAEBICH, 2000: 213). Conforme sua indiferença aos demais aborígenes prosseguia em sua gestão, os maus-tratos seguiram ao ponto de tornarem-se públicas as notícias pela imprensa, alcançando relatos de escravidão na indústria pastoral. Diante deste quadro, foi realizada uma Comissão Real em 1904 para fazer inquérito das condições dos aborígenes na Austrália Ocidental.

Como resultado da Comissão, uma nova lei para definição e administração dos aborígenes se estabeleceu no ano seguinte. Em assunto dos mestiços, a Lei de 1905 atendeu aos projetos de Prinsep uma vez que regulava os contatos sexuais com mulheres aborígenes para lidar com as relações “inter-raciais”:

No marriage of a female aboriginal with any person other than an aboriginal shall be celebrated without the permission, in writing, of the Chief Protector²¹
(WESTERN AUSTRALIA, 1905: 61)

¹⁹ *The Aborigines Protection Act 1886*

²⁰ *The Aborigines Act 1897*

²¹ “Nenhum casamento de uma mulher aborígine com qualquer pessoa que não seja um aborígine deve ser celebrado sem a permissão, por escrito, do Protetor-Chefe” (tradução minha)

A regulação dos casamentos partia do pressuposto de que naturalmente haveria uma extinção dos aborígenes, um dispositivo – a sexualidade – para cumprimento da governamentalidade dos aborígenes, mas não para um governo desta população e sim para sua morte. Este pressuposto se resume ao próprio Darwinismo Social segundo o qual o contato dos aborígenes com a sociedade branca inevitavelmente os incapacitaria de sobreviver. Contudo esta regulação se provou fútil (TOMLINSON, 2008: 172) e a taxa de crescimento de mestiços ainda aumentava. Ainda que Prinsep tivesse sua atenção neste “problema”, e cuja opinião era de que estas crianças, por compartilharem sangue britânico, não deveriam estar próximas às mães aborígenes porque temia que estas gerações pudessem ser uma desgraça e ameaça à civilização, ele ainda não tinha poderes para que executasse remoções delas (TOMLINSON, 2008: 73).

O sucessor de Prinsep foi Charles F. Gale, e pouco cabe aqui falar sobre sua gestão a não ser que nela houve um maior poder do Protetor Chefe sobre as crianças mestiças do que as mães a partir de 1911 através de uma emenda na lei vigente (HAEBICH, 2000: 242), realizada devido o medo de uma contaminação racial (TOMLINSON, 2008: 75). Foi demitido em 1915 por Underwood, que por sua vez já nomeava Neville para o cargo.

Dois fatores são fundamentais a saber sobre a posse de Neville como Protetor-Chefe dos Aborígenes. O primeiro é que o departamento onde passa a trabalhar tratava-se de um órgão subfinanciado capaz de fornecer somente o mínimo aos aborígenes, observando assim que a preocupação do Estado sobre o bem-estar destes seria superficial somente a satisfazer a opinião pública e midiática a respeito das notícias de abusos e maus-tratos. O segundo fator é que a maior pressão sobre o departamento não estava em cuidar do bem-estar dos aborígenes mas em atender o interesses da população branca, dentre os quais se incluem a segregação dos primeiros até a resolução da mestiçagem (HAEBICH, 2000: 223)

Vale ressaltar que antes de Neville a prática de remoção forçada já era regularmente realizada pelo Departamento, com apoio do Departamento Estadual da Criança²² e se direcionava às crianças consideradas negligenciadas ou que sofriam abusos de suas famílias (HAEBICH, 2000: 225). Na biografia de Neville, a primeira descrição da prática de remoção realizada sob sua gestão foi feita de uma maneira discreta, porque narra o projeto dele e de Underwood de fazer um assentamento aborígene autossustentável em Carrolup, local hoje conhecido por ter sido um dos maiores assentamentos para indígenas como meio de

22 *State Children's Department*

segregação, mas por eles entendido como reserva onde aborígenes poderiam “manter sua identidade tribal sob controle benigno do branco” (JACOBS, 1990: 72. tradução minha).

The ideal of an orderly, thriving, contented village, with the Aboriginal men working and producing from the land, their children being educated and their women happily assisting in the domestic work was an image Neville repeated in his reports. In reality it was not a replication of the English village system where the order and patterns of life had the impress of centuries. (...) Children whom Neville considered required care and protection were often rebellious and ran away to find their families. ²³ (*idem*: 85)

Conforme crescia a população aborígene o preconceito aumentava, principalmente devido a disputa de emprego. Isso foi um incentivo para a remoção de aborígenes para os assentamentos, como uma espécie de “limpeza” das cidades deixando os mal quistos – os aborígenes e mestiços – em “campos de concentração” (ROWLEY, 1971: 07). Em 1928 a Austrália Ocidental já passava por uma recessão econômica, que junto a chegada de novos imigrantes tornou a disputa por emprego maior, e a ameaça do “half-caste problem” na vida social se fortalecia em outros Estados como na Austrália Central²⁴ (JACOBS, 1990: 160-161).

Em 1929 o relatório anual de Neville reportava o aumento do número de mestiços, e o jornal *West Australian* em dezembro comentava sobre o “half-caste problem”, e as preocupações do nacionalismo australiano na formação de uma sociedade branca faziam pressão face ao “problema” (ROWLEY, 1971: 07). Soma-se a isto que na década de 30, notícias sobre a miséria dos povos Noongares²⁵ provocava medo nos brancos de que estourasse uma violência racial tal como tinham notícia da população negra nos Estados Unidos, de modo que mais uma vez o Departamento se via pressionado para promover a segregação (HAEBICH, 2000: 268). Cedendo às pressões, Neville removia as crianças mesmo sabendo ultrapassar seus poderes legais (*idem*: 269)

²³ “O ideal de uma aldeia ordeira, próspera e satisfeita, com os homens aborígenes trabalhando e produzindo nessa terra, seus filhos sendo educados e suas mulheres ajudando alegremente no trabalho doméstico foi uma imagem que Neville repetiu em seus relatórios. Na realidade, não era uma réplica do sistema de vilas inglesas, onde a ordem e os padrões de vida tinham a impressão de séculos. (...) As crianças que Neville considerava precisar de cuidados e proteção muitas vezes se rebelavam e fugiam para encontrar suas famílias.” (tradução minha)

²⁴ Enquanto território, Austrália Central existiu, entre os anos de 1927 e 1931, em uma divisão do Território do Norte até ser reintegrada novamente (TRENGOVE, 2011).

²⁵ Nativos da região oeste australiana (DPC, 2020)

O ano de 1930 marca seus esforços de levar a público o redirecionamento da preocupação com o bem-estar dos aborígenes, a fim de que consiga convencer um maior financiamento para o Departamento. Fez sua primeira publicação em Janeiro para o jornal *West Australian* um artigo com o título “How Can They Be Saved”, onde busca incentivar a ideia de que trata-se de um dever moral em salvar a “raça” negra da extinção, e em abril publica outro artigo com o título “Our Coloured Folk” (JACOBS, 1990: 187-188), onde levanta a ideia de “assimilação biológica” como solução do “problema”.

‘Biological assimilation’ fused the ‘scientific’ preoccupation with race and the forces that were making Aborigines a problem for government, not only in Western Australia. (...) he could see an eventual end to the separate, disadvantaged status of Aborigines by their absorption into the white community.²⁶ (JACOBS, 1990: 192)

Neville baseou sua proposta pelos avanços científicos no campo da genética e a reconsideração do ideal eugenista de não-miscigenação. As teorias cromossômico-mendelianas²⁷ transformam o conhecimento sobre a hereditariedade e a ideia de mestiçagem na espécie humana. A partir dela, a ideologia de embranquecimento passa a se desenvolver pelo mundo como forma de eliminar a população não-branca da sociedade conforme se mistura com “sangue branco”, como foi o projeto pensado no Brasil (HAEBICH, 2000: 270).

A resolução pela absorção da população mestiça na sociedade australiana seduziu Neville para que direcionasse seus esforços para este caminho, e buscou reformas legislativas para este fim. Foi com a emenda da Lei de Aborígenes em 1936 na Austrália Ocidental que se alcançou uma nova definição de aborígenes, quando a categoria “native” passa a incluir gerações de até ¼ do “sangue branco” (ROWLEY, 1971: 46). Esta expansão permitiu com que mais aborígenes se enquadrassem na lei vigente e que tivessem seus direitos civis negados (TOMLINSON, 2008: 172), que mais mestiços fossem removidos e assim cumprindo com a falta administrativa quanto aos mestiços, uma vez que não estavam previstos em 1905.

26 “A ‘assimilação biológica’ fundiu a preocupação ‘científica’ com a raça e as forças que estavam tornando os aborígenes um problema para o governo, não apenas na Austrália Ocidental. (...) ele podia ver um eventual fim para o status separado e desvantajoso dos aborígenes pela sua absorção na comunidade branca.” (tradução minha)

27 Melhor conhecida como teoria cromossômica da herança, basicamente une os princípios desenvolvidos por Gregor Mendel (1822-1844) ao conhecimento sobre os cromossomos desenvolvido no início do século XX (SANTOS et al., 2015)

Trata-se de uma aceitação de um projeto de absorção e foi no modelo desta emenda que Neville discutiu sobre a regularização das leis sobre os aborígenes em nível nacional na Conferência de 1937.

2.2 A CONFERÊNCIA DE 1937 E A TRAJETÓRIA DE NEVILLE

No ano de 1937 em Camberra foi realizada a “Initial Conference of Commonwealth and State Aboriginal Authorities”, conferência que inaugurou a discussão das questões aborígenes em nível nacional. A participação de Neville nesta conferência se traduz na importância com que guia suas propostas políticas em nível nacional, tendo como modelo as políticas aplicadas no próprio Estado onde atuava.

Até esta Conferência, Neville fez o possível para formalizar seus discursos a favor do maior controle sobre a população aborígene e da realização do projeto de absorver a população de mestiços conforme novas gerações se relacionem com a população branca. A Emenda de 1936 não foi somente o modelo para atuar sobre o nível nacional como também foi um produto da insistência de Neville em seus projetos após a Comissão Real de Moseley²⁸, realizada em 1934 na Austrália Ocidental para fazer inquérito do tratamento dos povos aborígenes. O que se configura nesta Comissão é a sofisticação das ideias de Neville para a elaboração da emenda:

When we look below the surface effects of the actual legislative success of 1936, and include failed 1929 Bill, we see evidence of an evolution and expansion of ideas, rather than a sudden change of departmental plan. The changes suggested by the Moseley Report can be seen as one set of suggestions received by the department. What really mattered was that Neville was the constant in all attempts to change the Act, and that all other suggestions were either ignored or, more rarely, adopted by him in his search for solutions to the ‘problem’²⁹ (CHARLTON, 2002: 282)

²⁸ *Moseley Royal Commission*

²⁹ “Quando olhamos a fundo os efeitos superficiais do real sucesso legislativo de 1936 e incluímos o projeto de lei fracassado de 1929, vemos evidências de uma evolução e expansão de ideias, em vez de uma mudança repentina no plano departamental. As mudanças sugeridas pelo Relatório Moseley podem ser vistas como um conjunto de sugestões recebidas pelo departamento. O que importava mesmo era que Neville era a constante em todas as tentativas de alteração da Lei, e que todas as outras sugestões eram ou ignoradas ou, mais raramente,

A Comissão de Moseley foi mais um espaço para que Neville advogasse a favor do projeto de absorção, apoiada sobre a teoria proto-caucasiana sobre os aborígenes australianos. Segundo esta visão, estes povos em especial são biologicamente próximos dos brancos, e que portanto não teria risco algum de atavismo ou degenerescência nas futuras gerações (HAEBICH, 2000: 272). Em outras palavras, Neville apresenta a teoria proto-caucasiana pela necessidade de afrouxar a resistência de certos grupos australianos em aceitar uma política de casamento “inter-racial”. A absorção pensada por Neville, desta feita, é essencialmente biológica, porque busca pelo clareamento da população no território, sustentada também pela premissa de que seria natural esta absorção haja vista que o desaparecimento da raça aborígene é inevitável, tratando-se assim de uma forma de Darwinismo Social (a inevitabilidade da extinção da raça considerada “inferior”) configurando uma engenharia social (o modelo de absorção) que alinhe ao progresso da aventura do espírito (CHARLTON, 2002: 183-184).

O relatório da Comissão de Moseley trouxe algumas sugestões legislativas, mas é certo dizer que elas foram pouco determinantes na Emenda de 1936, enquanto que Neville foi o autor mais significativo na escrita dela (*idem*: 284). É considerada o auge de Neville na obtenção de autoridade sobre os aborígenes, sobretudo no que diz respeito aos mestiços (*idem*: 285). Quando a Conferência de 1937 foi realizada, uma das participações de Neville na sua resolução foi em orientar em nível nacional a política de absorção já realizada na Austrália Ocidental:

That this Conference believes that the destiny of the natives of aboriginal origin, but not of the full blood, lies in their ultimate absorption by the people of the Commonwealth, and it therefore recommends that all efforts be directed to that end.³⁰ (Commonwealth of Australia, 1937: 03)

A concentração de Neville permaneceu sobre os mestiços. Diferente de seus colegas burocratas na Conferência, pouco lhe interessava a pauta de preservação dos aborígenes pois uma vez que estavam destinados à extinção o problema com eles se resolveria por si mesmo,

adotadas por ele em sua busca de soluções para o ‘problema’.” (tradução minha)

30 “Que esta Conferência acredita que o destino dos nativos de origem aborígene, mas não de sangue puro, está em sua absorção final pelo povo da Comunidade e, portanto, recomenda que todos os esforços sejam direcionados para esse fim.” (tradução minha)

enquanto que são os mestiços que têm aumentado em número e que precisam de atenção (TOMLINSON, 2008: 238-239).

A resolução pela absorção pensada na Conferência de 1937 parte de uma mesma premissa de Neville: de que é inalterável o preconceito popular sobre os aborígenes, e igualmente é inevitável a miscigenação (ROWLEY, 1971: 27-29), considerados todas as experiências de tentativa de regulação das relações sexuais. Assim como os demais oficiais presentes na Conferência que buscavam pelo maior financiamento da Comunidade na gestão dos aborígenes (TOMLINSON, 2008: 243), Neville preocupou-se em evidenciar o problema com os mestiços, cujo aumento significaria uma “ameaça da cor” (HAEBICH, 2000: 132), para que sua conclusão pela questão financeira pudesse ser atendida:

An important aspect of this policy is the cost. The different States are creating institutions for the welfare of the native race, and, as the result of this policy, the native population is increasing. What is to be the limit? Are we going to have a population of 1,000,000 blacks in the Commonwealth, or are we going to merge them into our white community and eventually forget that there ever were any aborigines in Australia? ³¹ (Commonwealth of Australia, 1937: 11)

É necessário fazer destaque a este momento do discurso de Neville porque nele fica mais claro o modo com que o problema com os aborígenes se configura em uma ameaça. Superficialmente, uma interpretação diante desta assertiva de Neville poderia considerar o problema administrativo quanto ao prejuízo de manter o sustento de reservas com uma população cada vez maior, e este raciocínio não estaria equivocado. Parte do que Neville considera para seu projeto, como ele mesmo descreve na Conferência, é do treinamento de crianças para que possam se tornar produtivos na sociedade em vez de limitarem-se a sobreviver com as rações fornecidas. Contudo esta interpretação estaria incompleta uma vez que ignoraria os pressupostos configurados na relação de Neville com os demais oficiais.

Conforme observado por Charles Rowley, o ambiente da Conferência era permeada pela suposição implícita de que a população inevitavelmente se miscigenaria (ROWLEY, 1971: 27), razão pela qual as resoluções se dividiriam em dois problemas: um dos “sangue

³¹ “Um aspecto importante desta política é o custo. Os diferentes Estados estão criando instituições para o bem-estar da raça nativa e, como resultado dessa política, a população indígena está aumentando. Qual deve ser o limite? Teremos uma população de 1.000.000 de negros na Comunidade ou vamos fundi-los em nossa comunidade branca e, eventualmente, esquecer que já houve aborígenes na Austrália?” (tradução minha)

puro” e outro dos mestiços. A estes últimos, já se compreende que a intenção de Neville para a Conferência de 1937 era de promover sua ideia de absorção biológica de modo a apagar as características aborígenes da tão desejada “Austrália Branca” (HAEBICH, 2000: 272-277), com conhecimento de que outros oficiais, seus interlocutores, compartilham deste ideal ainda que sob métodos diferentes, a exemplo de John W. Bleakley, Protetor-Chefe dos Aborígenes do Estado de Queensland entre 1913 e 1942, e Cecil Cook, de mesmo cargo mas do Estado do Território do Norte entre 1929 e 1937 (TOMLINSON, 2008: 240-241).

Quando Neville pergunta sobre qual deve ser o limite para o crescimento no número de nativos, esta pergunta carrega um pressuposto de que há um limite. Como explica Ruth Amossy, pressupostos são informações inscritas no enunciado intrinsecamente, e “desempenha papel importante na argumentação tomada em seu sentido amplo como tentativa de persuasão” (AMOSSY, 2000: 181). Quando pressupõe que há um limite, não há como seus interlocutores negarem esta assertiva, e é pela sua formulação mesma que se compreende a comunhão de Neville com os ideais dos demais oficiais.

Neste mesmo enunciado, Neville realiza uma pergunta sob forma de oração coordenada sindética alternativa marcada pelo conectivo “ou”. Isto significa que propõe duas opções nas quais seus interlocutores devem decidir, sendo elas a opção de ter um milhão de negros ou fundí-los na sociedade. A forma desta pergunta, como podemos observar, não é ingênua, porque podemos nos perguntar sobre a hierarquia de valores com que Neville opera para cada uma destas opções quando partimos do princípio de que a relação entre as duas opções não é de igualdade:

Com efeito, as conjunções coordenativas como “et”, “ou”, “ni”, “donc” podem ser consideradas a expressão de uma relação lógica. Mas será apenas em certas condições bem definidas que essa relação lógica deixará as orações assim ligadas em pé de igualdade. De um modo geral, verifica-se que, na prática do discurso, quase sempre, sob a forma de uma coordenação, insere-se uma intenção de subordinação. (PERELMAN, 1996: 177)

Trata-se de construção argumentativa sindética, ou seja, uma forma de guiar o ouvinte a aderir a uma tese através de uma estratégia marcada por uso de um síndeto, neste caso o conectivo “ou”. Como afirmam Perelman e Obrechts-Tyteca, o síndeto obriga com que o interlocutor tome uma posição, limita suas interpretações a favor do que deseja locutor

(PERELMAN, 1996: 178) e, portanto, quando Neville limita as opções para a realidade do crescimento populacional dos aborígenes em duas, concomitantemente guia para que apenas uma opção tenha o maior valor, de modo que resta aos interlocutores concordarem com sua tese: deve-se fundir os aborígenes na sociedade e esquecer de que alguma vez já existiram.

Para marcar estas hierarquias de valores, na primeira das opções Neville recorre ao exagero dos fatos em perguntar se haverá um milhão de negros na sociedade. Estes números em nada condizem com a taxa de crescimento de aborígenes segundo dados que ele e outros protetores-chefe elencaram na Comissão, de modo que sua atribuição se resume apenas a uma hipérbole como marca de efeito. Este efeito pode ser interpretado como negativo, cuja força ilocutória pode significar a uma fatalidade ou tragédia, porque compreende que seus interlocutores compartilham da ideia de que não se deseja um milhão de negros, já que existe o pressuposto de que fere o projeto de uma Austrália Branca. É através deste mesmo pressuposto que Neville formula a segunda opção, da absorção biológica, de modo a pretender com que o ideal eugenista compartilhado sirva de argumento para seu projeto. Na forma de uma pergunta, portanto, Neville faz convite à comunhão com os interlocutores:

As perguntas são, em geral, apenas uma forma hábil para encetar raciocínios, notadamente usando da alternativa ou da divisão, com a cumplicidade, por assim dizer, do interlocutor que se compromete, por suas respostas, a adotar esse modo de argumentação.

Os pressupostos implícitos em certas perguntas fazem com que a forma interrogativa possa ser considerada um procedimento bastante hipócrita para expressar certas crenças. (PERELMAN, 1996: 180)

E por último, Neville insere em sua pergunta sua proposta de absorção. Na segunda opção elencada, ele viola a máxima de relação, regra dentro do princípio de cooperação que regula a pertinência do propósito (AMOSSY, 2020: 182), porque a alternativa de fusão não responde sobre o limite do crescimento demográfico mas sim à extinção dos aborígenes. O projeto de absorção fica implicado na questão, elaborado de modo que o deixe atraente aos interlocutores ao mesmo tempo que reitera seu valor mais como biológico do que social.

A historiadora Anna Haebich resume bem o final da trajetória de Neville. Depois de se aposentar em 1940 o projeto de embranquecimento enfraqueceu com a Segunda Guerra, tanto pela urgência de destinar recursos a ela quanto, em seguida, pela revelação das atrocidades

eugenistas do regime nazista que deram lugar maior ao projeto social de assimilação – e mesmo assim, seu modelo se manteve no departamento até o final da década (HAEBICH, 2000: 278). É nesta fase que ele escreve seu livro, que terminou de ser escrito em 1943 mas só veio a ser publicado quatro anos depois, e que segundo a biógrafa Pat Jacobs fora escrito com as seguintes intenções:

He wanted something different to the formality of official euphemisms about part-Aboriginal people and to expose the failure of Australia, as he saw it, to confront its prejudices and deal honestly and humanely with its coloured minority³².(JACOBS, 1990: 273)

Neste livro ele escreveu suas ideias, contou suas experiências e quis orientar como ele gostaria que fossem feitas as políticas em direcionamento aos aborígenes. Em razão da magnitude com que Neville compilou e organizou suas ideias em sua obra, ela foi escolhida como objeto de estudo a ser analisado neste trabalho. A seguir, abordaremos sobre a produção do livro.

2.3 AUSTRALIA'S COLOURED MINORITY: UMA ANÁLISE GERAL DA OBRA

O título que A. O. Neville deu ao seu livro é “*Australia's Coloured Minority: It's Place in the Community*”, e primeiramente começamos a debruçar sobre a definição escolhida por ele para a atribuição aos mestiços. A escolha de Neville para tratar dos aborígenes é curiosa a partir do uso da palavra “*colour*”. Alan Charlton fez uma breve história do uso do termo *coloured* na Austrália:

By 1947 there was some history of use of the term 'coloured' in Australia, but it is hard to conceive of the term as common or uniform. The first recorded use of 'coloured' in Australia was in 1816 in Hobart, but that instance seems not to have

32 “Ele queria algo diferente da formalidade dos eufemismos oficiais sobre pessoas parcialmente aborígenes e expor o fracasso da Austrália, como ele via, de enfrentar seus preconceitos e lidar honestamente e humanamente com suas minorias de cor.” (tradução minha)

involved an Aborigine. In 1936, when introducing the Aborigines Act Amendmeent Bill for the second reading in the Western Australian Legislative Assembly, Kitson spoke of 'what we now term coloured people', and while he was not the only member to use it in the following debates, the term was used interchangeably with many other terms. At the 1937 Conference, Neville equated 'coloured people' with 'half-castes'. Of nine Australian sources surveyed, only the Oxford Australian Words and their origins refers to Aborigines in its definition of 'coloured'. All other refer to either Negro or South African examples, refer generically to 'non-white', or do not refer to 'coloured' in terms of people at all³³. (CHARLTON, 2002: 343-344)

Segundo a biógrafa Pat Jacobs, a escolha por essa palavra foi usada por Neville a partir de 1930 depois de ter publicado um artigo intitulado *Our Coloured Folk* em abril, tendo sido considerada uma boa estratégia para lidar com os obstáculos que o racismo apresentava em seu trabalho de Protetor-Chefe dos Aborígenes, porque seria um termo que permitia pensar uma possibilidade de mudança desses indivíduos sem que ferisse a *naturalidade da desigualdade de raças* (JACOBS, 1990: 186-189, grifo do autor). Portanto, tratá-los como *coloured* no título significaria afrouxar uma resistência à assimilação, pois mesmo que esta política tenha sido decidida a nível nacional pela Conferência de Camberra em 1937, a ideia de segregação pairava.

A palavra *coloured* lança, ainda, o direcionamento quanto a quem ele dedica falar em seu livro. Adiante no livro, no Glossário, ele define quem seriam aqueles que se enquadram neste termo: “people of aboriginal descent but not of the full-blood”³⁴ (NEVILLE, 1947: 08).

Segundo R. Dorgelo, a escolha desta palavra liga o trabalho de Neville às classificações raciais dos Estados Unidos e da África do Sul (DORGELLO, 2007: 23-24). Observamos, aqui, que o termo não se aplica aos descendentes de aborígenes que fossem de “sangue puro”. Bem como em sua carreira, seu livro se debruça sobre o “half-caste problem”, deixando aqueles que não fossem mestiços como um problema menor a se preocupar uma vez que a extinção destes é vista como iminente.

33 “Em 1947 havia um histórico de uso do termo ‘de cor’ na Austrália, mas é difícil conceber o termo como comum ou uniforme. O primeiro uso registrado de ‘de cor’ na Austrália foi em 1816 em Hobart, mas este caso parece não ter envolvido um aborígene. Em 1936, ao apresentar o Projeto de Emenda da Lei dos Aborígenes para a segunda leitura na Assembleia Legislativa da Austrália Ocidental, Kitson falou sobre ‘o que chamamos de pessoas de cor’ e, embora ele não tenha sido o único membro a usá-lo nos debates a seguir, o termo foi usado de forma intercambiável com muitos outros termos. Na Conferência de 1937, Neville igualou ‘pessoas de cor’ a ‘mestiços’. Das nove fontes australianas pesquisadas, apenas o *Oxford Australian Words and their origins* se refere aos aborígenes na definição de ‘de cor’. Todos os demais se referem a exemplos de negro ou sul africano, genericamente a ‘não brancos’ ou não se referem a ‘de cor’ em termos de pessoas.” (tradução minha)

34 “pessoas de descendência aborígene, mas não sendo *full-blood*” (tradução minha)

Em última observação a este conceito, vale apresentar a contradição que Alan Charlton identificou entre as ideias por trás de *coloured* e *people*. O adjetivo *coloured* surge em uma ideia eugenista, enquanto que o substantivo *people* seria uma face humanitária, e o adjunto adnominal como um todo apresenta, ainda, uma parte administrativa (CHARLTON, 2002: 331). Esta chamada contradição com que identifica Alan Charlton, todavia, pode aqui ser colocada somente a nível discursivo; e embora continue a ser considerada assim neste trabalho, cabe ressaltar que a eugenia e humanitarismo também estiveram em simbiose. Afinal, conforme já discutido no primeiro capítulo deste trabalho, a lógica humanitária responde, antes de tudo, à diferença imbricada na universalidade das subjetividades³⁵. Nas palavras de Sartre, estas noções irreconciliáveis de que Charlton aponta funcionam de modo que o “humanismo nos supõe universais e vossas práticas racistas nos particularizam”³⁶.

Sobre a estrutura de escrita do livro de Neville, trata-se de uma obra bem objetiva e compartimentada, sendo dividida em oito sessões, dentre elas a Introdução escrita por A. P. Elkin e a Conclusão. Pode-se dizer que Neville soube organizar os temas nos quais gostaria de discutir em relação às políticas sobre os aborígenes, de modo que é possível descrevê-los de maneira simples neste trabalho.

Após a introdução de Elkin, o primeiro capítulo, *The Charge*, se dedica, basicamente, em ressaltar a necessidade de fazer algo para o problema dos aborígenes, fazendo apelo às más condições com que vivem. Às vezes apresentando as dificuldades que enfrentou enquanto burocrata, Neville apresenta os fundamentos com que delega a todos o dever de que algo seja feito.

É sobre o sentimento de dever que podemos entender o título. Sem arriscar uma tradução, *charge* aqui está relacionado com responsabilidade e dever, e o sentido nela trazido, segundo Alan Charlton, possui uma carga “velho mundista” (CHARLTON, 2002: 340). Podemos entender esta carga quando na biografia de Neville ele é considerado pertencente à geração de ingleses que cresceu com ideais de um Império benevolente e paternalista em que

35 Uma boa complementação dessa discussão se encontra no ensaio de Sanjay Seth, que discute o conceito de “modernidade” como mais uma narrativa sobre si mesma do que um fato objetivo, como já propuseram Frederic Jameson e Bruno Latour. Esta narrativa é a base que promove a diferença dos assim autodeclarados modernos dos não-modernos (ou pré-modernos), de modo a promover um desejo de levar a modernidade a estes últimos. Cf. SETH, 2021.

36 SARTRE, Jean-Paul. *Prefácio*. In: FANON. Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 4.

o “fardo do homem branco”³⁷ o encorajava (JACOBS, 1990: 14). Trata-se, portanto, do dever, como guia o poema de Kipling, para com povos considerados infantis, evocando assim um tropo da infantilização – suscita uma imagem dentro do discurso que “representa os colonizados como se corporificassem um estágio primitivo do progresso humano individual ou do vasto desenvolvimento cultural” (SHOHAT, 2006: 203). Em outras palavras, Neville busca com seus interlocutores o sentimento de que há um dever para com o bem-estar dos aborígenes, haja vista que somente a eles – postos como colonizadores e portanto mais aptos – cabe esta tarefa.

If we ignore the military, heraldic, farriery, electrical, financial, and precise legal definitions, there are still numerous ways in which the term may be interpreted. These tends towards a quasi-moral tone, relating to the holding of and/or the imposition of a duty or task.³⁸ (CHARLTON, 2002: 340)

Esta moralidade com que carrega o termo acompanha o sentimento da cultura colonialista de superioridade. Este sentimento se constrói pela ideia ontológica de que as demais raças são inferiores e atrasadas, não somente em nível de estrutura social como também moral (CURTIN, 1971: 194-195 *apud* SHOHAT, 2006: 45). Desde o título, mas compreendendo também a narrativa sobre povos dependentes da dominação branca dentro do capítulo, o vocabulário com que propõe atitudes políticas a favor de seus projetos também responde a uma campanha colonialista que integra seus interlocutores:

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade” (SAID, 1995: 39)

37 Em referência ao poema de Rudyard Kipling, *The White Man's Burden* (1899), que parece celebrar o “altruísmo” da missão civilizadora (CHAPMAN, 2002: 436).

38 “Se ignorarmos as definições militares, heráldicas, ferozes, elétricas, financeiras e legais precisas, ainda existem inúmeras maneiras em que o termo pode ser interpretado. Estas tendem a um tom quase moral, relacionado com a realização e/ou a imposição de um dever ou tarefa.” (tradução minha)

Por fim, é neste primeiro capítulo que Neville faz maior apelo aos leitores para o compadecimento destes povos miseráveis e condenados – aqui quando consideramos, mais uma vez, o lugar-comum de “dying race”. Como sugere o título, ao longo do capítulo Neville busca pela imagem de si, o *ethos*, como uma figura paternalista como a que gostaria de afirmar como autoridade dos aborígenes. Esta ideologia, conhecida como *in loco parentis* (no lugar dos pais) permite o controle do corpo e da psique dos aborígenes para que acompanhem os tempos modernos (SHOHAT, 2006: 204-205), e a sua função no discurso, desta maneira, permite que permeie o princípio legitimador das políticas sobre os aborígenes, incluindo também a prática de remoção forçada.

O capítulo seguinte do livro de A. O. Neville tem um objetivo simples: falar sobre os conhecimentos e os caminhos a respeito de relações “inter-raciais”; perspectivas legislativas e jurídicas; e reflexões sobre a restauração do aborígine na sociedade branca. Neste capítulo nos encontramos com os debates eugenistas em torno do “problema” de miscigenação, contudo sob um título ambíguo se considerarmos a trajetória de Neville. Intitulado como *Assimilation*, percebe-se que a obra de Neville sustenta a confusão entre os projetos de absorção e assimilação.

A importância deste capítulo se faz pelos jogos de significados com que Neville configura seu projeto de absorção, assim como sua noção sobre os aborígenes. Desde a Conferência de 1937, considera-se um maior deslocamento do ideal de assimilação em vez de fusão, e no Inquérito Nacional “Bringing them Home” diz-se que a partir desta Conferência os Estados adotam as políticas de assimilação, resumindo a diferença entre os projetos como que enquanto o modelo de absorção do Neville tem sido de um viés biológico, a assimilação seria um modelo sócio-cultural (HREOC, 1997: 26-27). Contudo, a aproximação de Neville destes dois modelos os fazem ser não mais como distintos e sim como complementares para sua política.

As primeiras páginas do capítulo se dedicam a traçar a trajetória da miscigenação. Ao citar Hitler como suporte para seu argumento a favor de uma legislação de controle sexual, Rebecca Dorgelo comenta que a aceitação de Neville às ideias do ditador sustenta sua ligação com as ideias eugenistas da época (DORGELO, 2007: 26-27). Mas ainda que não o citasse, a forma com que Neville sustenta a noção de darwinismo social segundo o qual os aborígenes de “sangue puro” estariam condenados, ou a diferença ontológica pela qual os negros são falhos em muitos aspectos – a que, pela sua teoria, os mestiços têm herdado as virtudes

brancas – revela que seu propósito se mantém biológico. Como Mbembe explica, a distinção do corpo negro do signo humano tem herança no Iluminismo:

O lado mais sombrio do Iluminismo via no signo africano algo único, e até mesmo indestrutível, que o separava de todos os outros signos humanos. A melhor testemunha desta especificidade era o corpo negro, que supostamente não continha nenhuma forma de consciência, nem tinha nenhuma das características da razão ou da beleza. Conseqüentemente, ele não poderia ser considerado um corpo composto de carne como o meu, porque pertenceria unicamente à ordem da extensão material e do objeto condenado à morte e à destruição. A centralidade do corpo no cálculo da sujeição política explica a importância dada, ao longo do século XIX, pelas teorias da regeneração física, moral e política dos negros e, mais tarde, dos judeus. (MBEMBE, 2001: 178)

Ao mesmo tempo, Neville narra exemplos de desigualdades sociais dos aborígenes. Pautando nestes problemas, responde pela assimilação como a alternativa em trazê-los para a sociedade, onde podem usufruir da oportunidade de educação, recursos e liberdades que nela são fornecidos. Aqui a assimilação se encaixa como a terceira variante do modo de ver se os negros são humanos como todos os outros, que se funda na ideia de que há uma “experiência de humanidade universal baseada na similaridade essencial entre os seres humanos” (MBEMBE, 2001: 179). Para que esta similaridade seja concretizada, o projeto de assimilação tem como objetivo converter os aborígenes a ela, abandonando suas individualidades marcadas pelos costumes em função de se encaixarem na sociedade civil.

A política de Neville sobre os aborígenes em si não é confusa: o projeto de absorção biológica deve acontecer sobre os mestiços ao passo em que também ocorra o projeto de assimilação. Deve-se, portanto, embranquecê-los de cor e de “mente”³⁹. Contudo, a apropriação dos termos de “absorção” e “assimilação” se confundem de sentido constantemente, como se fosse apropriado que sejam homogêneos – e seria, porque conforme já foi comentado, o contexto pós-guerra tem questionado políticas de embranquecimento como o que faz o modelo de absorção. Somente pelo contexto é possível compreender a que projeto específico compreende cada uso dos termos, como podemos ver a seguir:

39 A colocação de “cor da mente” esteve no repertório dos administradores dos aborígenes australianos neste período. A forma como a expressão foi utilizada por J. W. Bleakley, Protetor-Chefe de Queensland e contemporâneo de A. O. Neville, e a sua ligação com a área da psicologia na defesa de diferenças raciais fica aqui referenciada. Cf. ROWLEY, 1971, pp. 14-15.

It was the increasing numbers of near-white children which finally turned the scales in giving the deciding answer to the question as to whether the coloureds should be encouraged to go back to black, or be advanced to white status to be eventually assimilated into our race..⁴⁰.(NEVILLE, 1947: 54)

Quando Neville apresenta duas respostas para o aumento de crianças “quase brancas”, nos indagamos mais uma vez sobre a relação entre elas. A primeira resposta é objetivamente biológica, uma vez que se resume a um processo de “voltar a ser negro”, ou seja, que enquanto estas crianças continuarem vivendo com os demais aborígenes, suas próximas gerações serão da união destas pessoas miscigenadas com pessoas negras, resultando na volta da negritude. A segunda opção, todavia, é mais ambígua. Em primeiro lugar porque ela se divide em duas relações de causa – uma de avançar os “de cor” aos padrões dos brancos e outra de assimilação –, e ainda que possa parecer que dizem respeito a uma mesma tese, elas se distinguem.

Quando Neville sugere a ideia de avançar os mestiços, ele parte do princípio base do projeto social de assimilação de avançar à civilização eliminando a aboriginalidade (VAN KRIEKEN, 1999a: 305), atendendo a ideia de que, dotados de palavras, é necessário partir da inferioridade dos negros e elevá-los até nós (MBEMBE, 2014: 134). Constantemente na obra de Neville se pode pensar sobre este modo particular de binarismo reforçador sobre o qual se diferencia os negros pelo tropo espacial de avançados/não-avançados e elevados/não-elevados, que abarca desde noções de cultura até a psique (SHOHAT, 2006: 205). Esta forma de expressar o projeto assimilacionista sempre sugere a diferença ontológica dos povos negros como seres inferiores, e estimula o sentimento de dever de uma missão civilizadora.

Por outro lado, quando Neville conclui, por fim, que os mestiços sejam assimilados, a dimensão eugenista de embranquecimento fica implícita. A razão disto se encontra no sintagma preposicional “into our race”, tanto pela escolha da preposição “into” – preposição com sentido de profundidade, em referência ao que se encontra dentro ou pelo objeto – quanto pelo sintagma nominal “our race” – tendo raça entendida como propriedades fisiológicas visíveis e características morais discerníveis (MBEMBE, 2001: 182). Ou seja, a regência verbal e o complemento implicam mais o projeto de absorção (e.g., absorver “em nossa raça”) do que o de assimilação (e.g., assimilar “à nossa sociedade”).

40 “Foi o número crescente de crianças quase brancas que finalmente mudou a balança ao dar a resposta decisiva à questão de se os de cor deveriam ser encorajados a voltar a ser negro, ou serem avançados para o status de branco para serem eventualmente assimilados em nossa raça.” (tradução minha)

Os próximos capítulos de Neville, com exceção de *Youth, Work and Wages*, são menos relevantes para o que propõe esta pesquisa – em compreender os recursos linguísticos que sustentam as práticas de remoção forçada. Não significa que nestes capítulos não há uma busca de Neville em argumentar a favor das políticas de remoção, pois, pelo contrário, a narrativa em torno das condições aborígenes têm sido uma estratégia constante nestes capítulos bem como em toda sua obra. Contudo este recurso pode ser menos explorado a favor de deslocar a atenção sobre outras práticas argumentativas, haja vista que ele também se apresenta em outros objetos de análise desta pesquisa. Portanto, apresentaremos estes capítulos através de uma introdução a eles.

Em *Institutions*, Neville fala sobre a necessidade de estabelecimentos encarregados pelo acolhimento e treinamento profissional dos mestiços. São estas instituições, segundo ele, que são capazes de lidar com os nativos indigentes pelo território. Dessa forma, Neville descreve sobre como devem ser as instalações e a administração dessas instituições, aponta para o objetivo de preparar os nativos a viverem com a sociedade, diferencia a função das instituições com o trabalho das igrejas e como as divergências com estas últimas têm atrapalhado o serviço dos administradores tal como atrapalharam a ele e, por fim, defende das críticas que são feitas às instituições.

Depois de falar das instituições, o próximo tema tem como título *Camps and Housings*, que consiste em discorrer sobre os acampamentos em que vivem uma parte dos nativos. Fala das más condições de habitação em que os aborígenes vivem, sendo necessária a oferta de melhores condições a estes grupos e às crianças que, segundo Neville, são deixadas em estado de despreparo para a vida em comunidade por conformismo dos pais e avós delas.

O capítulo seguinte, *Education*, lida com o obstáculo da discriminação pela qual as crianças mestiças ainda não são capazes de serem absorvidas à sociedade. Neville narra que existem poucas crianças nativas na escola, e um dos primeiros problemas se refere ao caso delas estarem sob cuidados de seus respectivos pais. Nestas condições, segundo ele, elas não têm acesso a uma educação regular porque eventualmente os pais delas as retiram das escolas, colocando-as em outras instituições ou não, deixando assim a ideia de que elas ficariam melhores aos cuidados de uma instituição.

Ainda neste capítulo, Neville fala das resistências dos brancos em permitir que crianças mestiças estudem nas mesmas escolas de seus filhos, e além disso, as próprias crianças brancas excluíam as mestiças devido a cor delas, contribuindo, segundo ele, para o

desenvolvimento de um complexo de inferioridade. Em seguida, Neville argumenta que se forem dados os mesmos padrões educacionais de que recebem os brancos, as crianças mestiças podem até ultrapassar os padrões das crianças brancas – tendo em nota de que ele abre esta possibilidade somente para as *quadroon* e *octaroon* – e que, portanto, o problema com a educação se debruça sobre a diferença de oportunidade, uma vez que as capacidades são as mesmas para as crianças mestiças.

Em *Youth, Work and Wages*, concentram-se os discursos a favor da separação das crianças nativas de seus pais. Ele começa dizendo da importância de lidar com essas crianças para o plano de assimilação, de que retirá-las de seus pais é importante para que elas não recuem no desenvolvimento de valores que as permitam conviver na comunidade branca. Ademais, Neville coloca em pauta casos extremos que precisam ser considerados ao pensar nessa política, que são o caso de crianças mestiças com vidas miseráveis que precisam dessa tutela do Estado – uma vez que os pais não conseguem cuidá-las – e o caso de pais imprudentes. E quanto ao caso de resistências, Neville conta como regra que uma vez que os pais percebem o aprimoramento de seus filhos, eles acabam por concordar com este sistema.

Além de discorrer sobre o caso das crianças, este capítulo também se dedica a falar de regularizações de condições de trabalho para nativos, como o direito a salário, relação saudável entre empregador e empregado e a desestigmatização de que nativos são trabalhadores piores. Mais adiante neste trabalho, analisaremos um excerto deste capítulo que compreende os argumentos de Neville a favor da remoção forçada.

Por último, em *National Control*, apresenta suas ideias de uma centralização das políticas de assuntos aborígenes. A primeira parte do capítulo consiste em dizer sobre o atraso da Austrália diante de outros países sobre as políticas para os aborígenes, sobre o problema em se ter um sistema diverso de políticas e que estão em constante transformação, e sobre a falta de financiamento adequado. A segunda parte do capítulo apresenta as ideias que Neville teve de forma organizada em categorias, como quanto a respeito de finanças, benefícios sociais, cidadania e etc.

Até aqui foram apresentados os conteúdos gerais em *Australia's Coloured Minority*. Ao mesmo tempo, aproveitou-se também para explorar as formações ideológicas dentro de noções como “de cor” (*coloured*), dever (*charge*), assimilação e absorção na obra. Mais adiante neste trabalho pontuaremos maiores observações sobre o seu discurso, bem como o impacto da interlocução na obra, mas antes faz-se necessário conhecer sobre o outro espectro

do discurso sobre os aborígenes, desta vez sob a autoridade na área de antropologia: a vida e a voz de A. P. Elkin.

2.4 ANTROPOLOGIA EM A.P. ELKIN E O PROJETO DE ASSIMILAÇÃO

As primeiras linhas para se falar de A. P. Elkin são dedicadas em reiterar que ele não concordava com o processo de absorção tal como defendia A. O. Neville, e tampouco era a favor da remoção forçada de crianças aborígenes de suas famílias. A pertinência em estudar este personagem se apoia no fato de que, mesmo com estas diferenças, Elkin foi capaz de estar próximo a Neville numa relação de “colaboração simpática” (GRAY, 1997: 31). O que interessa, neste trabalho, é pensar a partir desta relação estudada pelo historiador Geoffrey Gray, em que enquanto Elkin busca por um processo de assimilação diferente desta na Austrália Ocidental, ele também se encontra em posição de fazer diálogo com este processo e, conseqüentemente, com as correntes ideológicas que o baseiam. Portanto, cabe aqui discutir como foi a escrita de Elkin para a Introdução do livro *Australia's Coloured Minority* de Neville, e como ele operou em seu próprio livro, *Citizenship for the Aborigines*, escrito ao mesmo tempo que o da obra de Neville, porém publicado mais cedo.

Adolphus Peter Elkin nasceu em 1891 no Estado da Nova Gales do Sul, Austrália. Criado com o avô e as tias desde a morte de sua mãe em 1902, teve oportunidade para concluir os estudos e conseguir o primeiro emprego como novato em um banco, a que lhe conferia algum status (WISE, 1985: 16). Se manteve no cargo por apenas quatro anos, quando em 1912 recebeu uma bolsa para estudar na faculdade St. Paul's College, e em 1916 tornou-se padre.

Em 1919, tornou-se professor em Armidale, cidade em Nova Gales do Sul, para lecionar sobre a História Primitiva do Homem⁴¹ (WISE, 1985: 30-31). Neste período, participou do segundo Congresso Pan-Pacífico de Ciência, realizado em 1923, em que no campo da antropologia se preocupava com as “raças em extinção” (*vanishing races*) no continente, a que se considera ter sido um evento significativo na carreira de Elkin (*idem*: 36). A importância deste evento está na série de acontecimentos que sucederam a partir dele,

41 *Early History of Man*

porque dois anos depois foi fundado o Departamento de Antropologia na Universidade de Sydney graças a reivindicação à Academia de Ciências da Austrália⁴², feita neste congresso, de separar fundos para esta realização.

O primeiro a chefiar o Departamento de Antropologia foi o Professor Alfred Reginald Radcliffe-Brown e, assim que Elkin adquiriu seu título de PhD e agora considerado o “homem com mais conhecimento em aborígenes australianos no mundo” (WISE, 1985: 45), convidou-o para fazer pesquisa de campo na região de Kimberley, localizada ao norte da Austrália Ocidental, em 1927. Tratava-se de uma tarefa a ser feita com urgência, haja vista que, segundo o próprio Radcliffe-Brown, os aborígenes a serem estudados naquela região estão se extinguindo (*ibidem*). Foi nesta oportunidade que Elkin conheceu Neville, que na época se entusiasmava para a promoção de pesquisa científica no Estado (GRAY, 1997: 30). A partir de então, mesmo depois de assumir o Departamento de Antropologia em 1934, a relação entre Elkin e Neville tem sido amistosa, que em nome de garantir uma boa relação entre a pesquisa acadêmica e o Estado da Austrália Ocidental, relevou o bem-estar dos aborígenes e o projeto de embranquecimento que se operava:

Elkin thereafter provided anthropological researchers who would not make public any criticism of government policy and administrative practice or make public their observations of cruelty to Aborigines in Western Australia. Thus Elkin's silence over Piddington's allegations could be taken as complicit acceptance of Neville's whitewashing Aboriginal affairs in Western Australia; after all, when Elkin was in Western Australia, 'the natives [were] happy'.⁴³. (GRAY, 1997: 36)

A primeira experiência de Elkin para com aborígenes para além das bibliotecas foi de bastante cuidado em manter boa relação com Neville, não porque apreciava suas políticas mas porque se fazia necessário para viabilizar suas pesquisas. Em sua posição, Neville era incontestável, e as críticas que Elkin fez sobre sua gestão ficaram reservadas em seu diário, bem como, cerca de quinze anos mais tarde, deixava expresso algum desdém sobre o

⁴² *Australian National Research Council (ANRC)*

⁴³ “Elkin depois disso forneceu antropólogos que não tornariam pública nenhuma crítica às políticas governamentais e práticas administrativas, nem tornariam públicas suas observações sobre a crueldade para com os aborígenes na Austrália Ocidental. Assim, o silêncio de Elkin sobre as alegações de Piddington pode ser interpretado como uma aceitação cúmplice dos casos embranquecimento de aborígenes de Neville na Austrália Ocidental; afinal, quando Elkin estava na Austrália Ocidental, ‘os nativos [eram] felizes’.” (tradução minha)

burocrata em uma carta (WISE, 1985: 57-60). Publicamente, como observa a citação acima, o resultado das expedições de Elkin era de cumprimento pela gestão de Neville, mesmo que sua discordância com a remoção forçada já tenha sido expressa neste período, como foi com reverendo Gribble como veremos a seguir.

A convivência de Elkin com as políticas de Neville não se repetiram quando ele contribuiu com o afastamento do missionário Ernest Gribble da gestão da Missão de Forrest River, localizada em Kimberley. Em um relatório escrito ao Conselho Missionário Australiano⁴⁴, escreveu sobre as condições desumanas nos quais viviam os aborígenes, resultando na demissão de Gribble em 1928 (HAEBICH, 200: 360).

Neste relatório, Elkin apresenta uma crítica à prática de remoção forçada. Por um lado, não se encontra estudos que afirmem que esta crítica em particular tenha contribuído para o sucesso do relatório em afastar o reverendo. Nos interessa, no entanto, conhecer o posicionamento de Elkin quando ainda não tinha receios, tais como teve ao falar da gestão de Neville.

I am not happy about the use of any sort of compulsion in missionary work... this giving up of children means a lot to the blacks. They are very fond of them and they know that once the child is in the mission, he or she will not be allowed out again except for a few hours on a holiday under the supervision of a missionary, that later on the child will be married contrary to the tribal laws and to promises made by parents and that finally the child becomes a complete outsider to all tribal culture.⁴⁵(ELKIN *apud* WISE, 1985: 56)

A projeção de Elkin sobre a remoção forçada é técnica quando discute o problema desta prática em relação aos costumes dos aborígenes. Ele descreve o impacto da vida institucional com relação aos ritos como casamento e ordem familiar, e que esta perda da aboriginalidade tornariam estas crianças *outsiders*, excluídas da cultura tribal. Como resume bem a “Apresentação à Edição Brasileira” do livro “Os Estabelecidos e os Outsiders”, de

⁴⁴ *Australian Board of Missions* (ABM)

⁴⁵ “Não fico contente com o uso de qualquer tipo de coerção no trabalho missionário... esta entrega das crianças significa muito para os negros. Eles gostam muito delas e sabem que uma vez que a criança está na missão, ele ou ela não poderá sair novamente, exceto por algumas horas em um feriado sob a supervisão de um missionário, que mais tarde a criança se casará contra os princípios das leis tribais e as promessas feitas pelos pais até que, finalmente, a criança se torne um completo ‘estranho’ [*outsider*] a toda a cultura tribal.” (tradução minha)

Norbert Elias, o termo *outsiders* é próprio da língua inglesa para definir “um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intenso”⁴⁶. Trata-se de um conceito relativamente recente para o período de Elkin, onde a distinção das formas sociológicas de hereditariedade estavam mais concretas (ELIAS, 2000: 187-188), mas que ele já se fazia entender o efeito da exclusão das crianças não somente na formação própria de sua autoestima como também na manutenção da vida familiar e tribal.

Os efeitos prejudiciais do afastamento das crianças de suas famílias já eram de conhecimento das autoridades desde o século XIX, contudo a preocupação era menos com o bem-estar dos indivíduos do que com o projeto para a perda da aboriginalidade ou a extinção da raça (HAEBICH, 2000: 226). Não foi sobre a remoção forçada que Gribble foi dispensado, mas em denúncia às más condições com as quais submetia os aborígenes, e principalmente em contexto de um agravante: o relatório entregue ao Conselho foi pouco tempo depois do Massacre de Forrest River, evento acontecido em 1926 em que dezenas de aborígenes foram assassinados e tendo seus corpos queimados e cuja tamanha brutalidade repercutiu sobremaneira a ponto de ter sido necessária a organização de uma comissão real (WISE, 1985: 53-54). O calor do massacre ainda estava presente no Conselho Missionário e o relatório de Elkin foi apenas um estopim.

Após sua pesquisa na região da Austrália Ocidental, o início da década de 1930 foi marcada pela proposta de Elkin em propor uma política nacional de preservação dos aborígenes, tanto nas áreas da saúde, educação e emprego, quanto na manutenção de suas tradições (TOMLINSON, 2008: 21-22). Depois que *Oceania*, o primeiro periódico de antropologia australiano, foi inaugurado por Radcliffe-Brown em 1930, Elkin pôde publicar suas propostas com maior liberdade. É neste periódico que podemos encontrar o artigo intitulado “Antropologia e o Futuro dos Aborígenes Australianos”⁴⁷ (tradução minha) como uma das primeiras publicações de Elkin em promover o campo da antropologia a serviço das políticas para os aborígenes, a que nos importa fazer uma breve discussão.

Ainda que disponível em um periódico anichado por ser de um campo ainda em ascensão como a antropologia (lembremo-nos que o departamento foi inaugurado somente a quase uma década), percebe-se que o público buscado por Elkin supera ao dos antropólogos

46 NEIBURG, Federico. *Apresentação à Edição Brasileira: A sociologia das relações de poder de Norbert Elias*. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. p. 7.

47 *Anthropology and the Future of the Australian Aborigines*.

desde a apresentação do artigo. Em primeiro lugar porque apresenta a relação das instituições científicas como o Departamento de Ciências, o Departamento de Antropologia e do periódico, informações desnecessárias à comunidade científica contudo suficientemente para garantir legitimidade da área para o problema do contato cultural e suas mudanças, assim como constrói seu *ethos* por se posicionar como autoridade no campo. Em segundo lugar, porque se preocupa com interdiscursos somente coerentes ao público leigo.

Elkin afirma que o conhecimento adquirido pelos estudos antropológicos podem servir de guia a um “administrador consciente” responsável por gerir a vida nativa. Em seguida, quer deixar “bem claro” que o propósito dos antropólogos do Departamento não têm intenção de preservar as tribos aborígenes como “espécimes de museu”, alegando que esta acusação tem sido bem comum contra os antropólogos, e contra-argumenta que, assim como “todos bons membros da ‘mais elevada’ e confiável raça”, os antropólogos estão preocupados com a tarefa de “elear” as raças primitivas (ELKIN, 1934: 2-3).

Quando observamos, em um quadro de formações imaginárias, o lugar em que Elkin vê de seus interlocutores a respeito do que pensam sobre a antropologia, ele evidencia que parte de seus interlocutores possuem uma opinião compartilhada de que o objetivo seria manter os aborígenes em sua cultura tal como está. Ele, portanto, antecipa em corrigir ao dizer que seus pares (antropólogos do Departamento da Universidade de Sydney) não têm propósito de se opor, em outras palavras, ao projeto de assimilação. Apesar de não excluir a hipótese de que Elkin também destina este artigo a um australiano médio, há razões para acreditar que ele tem entre seu público as autoridades responsáveis pela administração dos aborígenes, não somente porque atribui o propósito da pesquisa antropológica em trabalhar em função de um “administrador consciente”, mas também por propor diálogo sobre o projeto de “elevação” dos aborígenes.

Como Anna Haebich explica, houve diferentes políticas com que a comunidade australiana pensou para lidar com o problema dos aborígenes. A ideia da “política de proteção” pensada pelas regiões da Austrália, por exemplo, é configurada sob uma “dupla fala” em que tanto as pautas humanitárias quanto as pautas mais racistas são atendidas porque, ainda que contraditório, faz intersecção de racionalidades filantrópicas, punitivas e até genocidas (HAEBICH, 2000: 142). Políticas de proteção, portanto, podiam ser entendidos como projetos de segregação, assimilação e práticas de embranquecimento ao mesmo tempo (*idem*: 160), de maneira que a associação destes ideais a diferentes grupos não é tão dividida.

Contudo, por este artigo ser escrito no início da década de 1930, as demandas por segregação para solução do problema com os aborígenes tornaram-se mais fortes na opinião popular devido a crise derivada da Grande Depressão (*idem*: 183), de modo que a solução por assimilação tenha ficado cada vez mais concentrada no meio administrativo.

Ainda se tratando do artigo “Antropologia e o Futuro dos Aborígenes Australianos”, este é dedicado a apresentar as causas para a queda da população aborígine para além da resposta simples do darwinismo social, ao explicar que o contato com os brancos provocou uma série de mudanças geográficas, econômicas, sociais e religiosas, como a exemplo de dificultar ritos de iniciação, de quebrar o sistema de organização social ou de ignorar crenças, mitos e ritos. Estes impactos são explicados na medida que delineiam a organização social, a relação familiar, a relação entre homem e natureza das tribos e o totemismo. No balanço destes quadros que Elkin propõe uma “política positiva”, que considere as diferentes esferas de organização aborígine para a realização de “elevá-los” na civilização, uma vez que uma intervenção sem o devido cuidado poderia agravar a queda populacional.

Em alguns dos exemplos da prática da “política positiva” de Elkin envolvia o estabelecimento de instituições nas reservas que oferecessem educação para que os aborígenes fossem treinados a novas atividades, e que promovesse uma nova perspectiva religiosa e filosófica que substituísse a deles (ELKIN, 1934: 07). Quanto a sexualidade, propõe educação sexual que extinga práticas consideradas questionáveis, como “entrega e troca de mulheres e sua defloração cerimonial antes do casamento” (*ibidem*, tradução minha). Ou seja, a “política positiva” de Elkin parte do mesmo objetivo normalizador do liberalismo jurídico, que visa livrar os indivíduos de seus laços sociais não desejáveis para aceitá-los em sociedade em nome da civilização, com a diferença de haver uma preocupação mais humanitária com o processo.

Podemos ver, ainda neste artigo, a construção de um discurso que associe a “política positiva” a uma figura metonímica que represente o bem-estar dos aborígenes de maneira particular. Em apresentação sobre os costumes, explica que a importância dos ritos de iniciação se configura no encontro do homem com o passado, o presente e o futuro, a que os aborígenes definem como “tempo do sonho eterno”⁴⁸, um tempo em que os heróis do passado se encontram e cuja manutenção depende da continuidade dos ritos (ELKIN, 1934: 13). Segundo Elkin, é pela perda deste sonho eterno, ou seja, a perda de sentido na vida seguida

48 *Eternal dream time*

pela desintegração social, que os aborígenes têm se extinguido. Sua “política positiva”, portanto, busca pela sensibilidade em assegurar a manutenção deste sonho eterno enquanto os aborígenes se assimilam na sociedade, como ele conclui em seu artigo: “In the time of transition, let us safeguard for them their ties to the past, to the land, to one another, and to the ‘eternal dream-time.’”⁴⁹

Conceito próprio dos costumes aborígenes, a evocação por Elkin do “tempo do sonho eterno” na peroração faz com que esta figura seja capaz de movimentar as paixões de seu auditório. Em primeiro lugar, explica-se o porque de ser possível encontrar alguma beleza neste elemento de “feitiçaria” quando consideramos o contexto da crise de consciência ocidental, em que se reavalia a noção de África e a produção do que é o Negro, de modo a haver um crescente interesse pelas culturas ditas exóticas (MBEMBE, 2014: 78-80).

Além do mais, ao simpatizar-se dos significados implicados no termo, como a autoestima dos aborígenes e seu sofrimento pela perda de sentido, Elkin não só atinge o *pathos* pela empatia – que, em tempo de crise, tem estado em baixa (WISE, 1985: 87) – ao processo de civilização dos aborígenes, quanto promove seu *ethos*, em específico pela manifestação da *eúnoia*, ou seja, sua benevolência, para o auditório, colocando-se em maior legitimidade⁵⁰. A dimensão humanitária com que o uso do “tempo do sonho eterno” promoveu começa a desempenhar um papel particular no discurso assimilacionista de Elkin, de modo que se repete em suas outras obras como em *Citizenship for the Aborigines*, até também ser utilizado por Neville (NEVILLE, 1948: 13).

A solução pensada por Elkin era de adaptação dos brancos e aborígenes entre si, mas considerando, é claro, uma maior adaptação dos aborígenes, haja vista que tenham sido conquistados, estão em menor número e têm menor poder (WISE, 1985: 88). De todo modo, não enviesava mudanças genéticas tal como propunha Neville, considerando assim que melhores condições de vida e de acesso estariam associados a uma cidadania comum. Esta diferença pôde ser percebida na política sobre os aborígenes fundada em 1939 no Território do Norte, um dos Estados australianos.

Segundo C. D. Rowley, a política de assimilação realizada pelo Ministro do Interior J. McEwen em 1939 era diferente da Conferência de 1937 porque a princípio não tratava com o mesmo escândalo o aumento de mestiços, ainda que as políticas entre estes e os demais

49 “No tempo da transição, vamos proteger para eles seus laços com o passado, com a terra, uns com os outros e com o ‘tempo do sonho eterno’.” (tradução minha)

50 Há um subcapítulo que resume a análise da manifestação do *pathos* no discurso. Cf. AMOSSY, 2008: 40-44.

aborígenes fossem diferentes. Ademais, além de não buscar por mudanças genéticas, sua política não considerava os aborígenes inferiores (não, ao menos, aos da Nova Guiné) e que portanto poderiam ter oportunidade de “compartilhar” os benefícios da cidadania (ROWLEY, 1971: 31-32). Portanto, a política de assimilação do Território do Norte, bebe da fonte dos ideais de Elkin (WISE, 1985: 100).

Elkin fez um completo contraste com as visões oficiais dominantes, segundo Rowley, porque, como em seu outro artigo, não fazia classificação de “sangue” como as demais autoridades e tinha um viés mais humano que abrangia todos os aborígenes (ROWLEY, 1971: 36). De fato, a preocupação de Elkin estava no modo com que os aborígenes seriam civilizados, e neste artigo de que trata Rowley o objetivo era discutir os velhos costumes os quais os aborígenes ainda estão ligados e em que medida isto os têm feito mal nesta transição. Desta feita, busca por uma sensibilidade: “It should at least quicken our conscience and help us to realize that in modifying aboriginal life we are dealing with human personalities”⁵¹ (ELKIN, 1935: 118).

No ano de 1939, quando é declarada a guerra contra a Alemanha, a crise derivada da Depressão se extinguiu, ao passo que os aborígenes também foram recrutados para guerra, fazendo uma revolução no pensamento de Elkin para a questão dos aborígenes (WISE, 1985: 102-113). Observando um melhor desempenho dos aborígenes em convivência com o exército australiano, elenca três variáveis para um bom processo de assimilação: 1) o respeito ao espaço social particular dos aborígenes após o fim de expediente; 2) o recebimento de status através do recebimento de salário, mesmos uniformes que os brancos e mesma comida, de modo a diminuir o estigma com a qual estavam acostumados; 3) a nova perspectiva sobre o mundo branco, sendo considerada mais atraente (*idem*: 116).

Foi a partir deste contexto que Elkin escreve seu livro após a guerra. Considerado um dos marcos da carreira de Elkin, *Citizenship for the Aborigines* é escrito com a proposta de publicar sua mudança de ideias. Segundo sua biógrafa, o efeito do livro foi imediato no governo, sendo considerado a chave para o sucesso de Elkin nos próximos anos depois da sua publicação, tornando-o uma autoridade máxima (WISE, 1985: 118). Entretanto, apesar de os desdobramentos mais humanitários pensados por Elkin, somente depois de duas décadas podemos discutir sobre uma radical mudança na política sobre os aborígenes. Conforme nos lembra Anna Haebich, a política de assimilação do Estado da Nova Gales do Sul na década de

51 “Deve, ao menos, despertar nossa consciência e nos ajudar a perceber que, ao modificar a vida aborígene, estamos lidando com personalidades humanas” (tradução minha)

1940, encorajada por Elkin, em si não representou nada de particularmente novo, apenas um refinamento da velha política de dispersão que fazia manutenção do projeto de confinamento (HAEBICH, 2000: 501).

2.5 *CITIZENSHIP FOR THE ABORIGINES: UMA ABORDAGEM GERAL*

Publicado em 1944, Elkin escreve seu livro com objetivo de orientar para uma nova política segundo as novas tendências do pós-guerra. “Novas” porque ele difere as políticas realizadas na década de 1930 das da década atual, sem aprofundar de que as primeiras tratavam de uma política negativa, enquanto que agora se deve promover por uma política positiva, a que ele considera que seu livro seja capaz de contribuir. Destinado principalmente às diferentes entidades que respondem pelo bem-estar dos aborígenes (missões, humanitários e governo), seu livro é escrito como um minucioso guia de conceitos e práticas.

O primeiro capítulo do livro, “Opinion and Aboriginal Policy in the 1930’s”⁵², tem como propósito apresentar os avanços da opinião pública e das políticas da década e quais são as racionalidades que têm prejudicado uma proteção efetiva dos aborígenes. De maneira concisa, Elkin se posiciona contra as atuais políticas de proteção que consistem apenas em vigiar e proibir, porque pela sua experiência este modelo não previne a recorrência de abusos ou conflitos, ao passo que também não alcançam regiões mais isoladas. São políticas cujo fracasso consideram aceitável, haja vista que, pela ótica do darwinismo social, os aborígenes já estão condenados:

Acts and regulations for this purpose could be circumvented, and in any case were very difficult to “police” in the marginal and isolated regions. Indeed, why bother, if there is no hope for the native race? This soon leads to the superficial attitude that the best way to solve the problem of the Aborigines is to kill them all off⁵³.(ELKIN, 1944: 12)

52 “Opinião e Política Aborígene nos anos 30” (tradução minha)

53 “Leis e regulamentos com esse propósito podiam ser contornados, e de qualquer forma eram muito difíceis de ‘policiar’ nas regiões marginais e isoladas. Com efeito, por que se preocupar, se não há esperança para a raça nativa? Isto logo leva à atitude superficial de que a melhor maneira de resolver o problema dos aborígenes é matá-los todos.” (tradução minha)

Este fragmento do argumento de Elkin reflete um posicionamento diferente que a política positiva propõe diante das demais, inclusive diferente da política eugenista de Neville. A última partia da ideia de que a condenação dos aborígenes seria inevitável e o que resta é propor políticas que amenizem o processo (*smooth the dying pillow*), com a exceção dos mestiços, que por possuírem sangue branco, são capazes de serem assimilados. Foi com esta noção que se propuseram direções de gestão na Comissão de 1937, a que Elkin foi profundamente contra (WISE, 1985: 99), e através da ironia em seu discurso que ele busca aos leitores o descrédito do que ele considera uma política negativa.

Após enunciar em caráter polifônico⁵⁴ a despreocupação com os aborígenes haja vista que estão condenados, Elkin responde, depois deste excerto, que esta atitude é levada pelo engano de que a presença aborígene é dispensável, porque as indústrias pastorais e de mineração dependem da mão de obra nativa. Ao utilizar-se da figura da ironia, Elkin busca em seu discurso desconstruir a apatia que foi consolidada sobre os aborígenes principalmente nos anos 30 devido a Depressão, para que ao longo de sua obra seu auditório adira a tese de que o problema com os aborígenes é o preconceito e a falta de conhecimento, não uma determinação biológica. Talvez a maior ética da chamada “política positiva” de Elkin é a desconstrução da ideia de *smooth the dying pillow*, a que já era contra pelo menos desde meados dos anos 30 (WISE, 1985: 94), para uma política de assimilação ampla e cuja única distinção entre miscigenados e não-miscigenados fosse diferentes métodos para um mesmo propósito. É por esta desconstrução que se utiliza da ironia:

Assim como, em geometria, o raciocínio pelo absurdo começa supondo-se verdadeira uma proposição A, para mostrar que suas consequências são contraditórias com o que se admitiu por outro lado e passar daí à verdade de não-A, assim também a mais caracterizada argumentação quase-lógica pelo ridículo consistirá em admitir momentaneamente uma tese oposta aquela que se quer defender, em desenvolver-lhe as consequências, em mostrar a incompatibilidade destas com o que se crê por outro lado e em pretender passar daí à verdade da tese que se sustenta. (PERELMAN, 1996: 235)

Além de uma narrativa de que é a ignorância e egoísmo branco que tem provocado a desesperança para o caso dos aborígenes, Elkin também fala de progressos para uma política

54 Entende-se como efeito polifônico quando um discurso dialoga com outros discursos que nele se situam (OLIVEIRA, 2013: 272).

positiva ainda na década de 1930. Ele cita uma conferência realizada em 1933 pelo Conselho Missionário Nacional que, segundo ele, seguiam para o que seria posteriormente uma política positiva, também cita as respostas políticas e da mídia depois dos assassinatos em Caledon Bay em 1934, culminando, por fim, na Conferência de 1937. A esta, entretanto, ele não se aprofundou em detalhes a não ser que ela tem sido um passo para “uma real forma de colaboração, se não unificação” (ELKIN, 1944: 19). Para Elkin, a segunda metade da década é marcada por mudanças, tal como o convite pelo Ministro do Interior McEwen para que o ajudasse nos princípios da nova política no Território do Norte.

No segundo capítulo, podemos ter contato com a forma detalhada com que Elkin propõe ser o seu guia, porque começa introduzindo que tanto os métodos quanto as questões administrativas são considerados de acordo com uma série de fatores tais como: tipos de região; e graus de “destribalização”, civilização e miscigenação. Reitera, também, que contato e miscigenação são inevitáveis, razão pela qual ele sugere seus princípios e métodos. As vinte páginas do capítulo são dedicadas a esclarecer os problemas que fundamentam os dez princípios que ele elenca para uma política positiva, considerando sempre a estrutura social dos aborígenes para o processo de assimilação, como a compreensão do animismo acerca das doenças para que se possa educar sobre saúde e higiene, ou da perda do “sonho eterno” como uma doença psicológica a levar em consideração. Em suma, apresenta a hipótese de que a barreira entre aborígenes e a civilização não é da ordem da ignorância ou da incapacidade biológica, mas da maneira diferente de pensar (ELKIN, 1944: 28).

O terceiro capítulo aborda os objetivos de uma política positiva, sendo estes a cidadania completa para os aborígenes, com todos direitos, privilégios e responsabilidades. Nestes objetivos estão implicados a educação dos aborígenes, o desenvolvimento de comunidades isoladas da comunidade branca, a diminuição da proteção e do paternalismo, e a responsabilidade dos cidadãos australianos em ajudarem a cumprir com esta meta. Mas são principalmente nas diferenças na política de acordo com a região que podemos ter mais clareza sobre a política de assimilação de Elkin.

Diferente de Neville, que separa sua política entre aborígenes “puros” e mestiços, Elkin apresenta diversos objetivos e métodos de acordo com o grau de encontro dos aborígenes à comunidade branca. Neste sentido, o seu direcionamento é coerente com sua ideia de que o contato entre as culturas é de impacto social, e menos racial, de modo que o que deve ser feito nas regiões mais isoladas é diferente para aquelas que estão estreitamente

relacionadas à sociedade branca. Em nenhum dos casos, porém, o objetivo final se altera daquele de fazer com que os aborígenes alcancem a cidadania completa, importando somente as diferentes etapas para um processo mais “humanitário”, desde a formação de reservas inalienáveis e invioláveis, igualdade salarial até ajudar para que consolidem sua dignidade. Dessa distinção entre as regiões, apenas aos aborígenes localizados nas periferias das cidades que Elkin atribui tarefa principalmente ao cidadão comum, colocando de maneira superficial que não se deve tratar aborígenes como “outcastes”⁵⁵.

Ocasionalmente, o último item deste capítulo garante o direito do Governo de remover os aborígenes, incluindo crianças, contanto que magistrado julgue necessário para o bem-estar destes. Trata-se de um item de cinco linhas, sem maiores especificações sobre qual é o nível para se julgar necessário fazer a remoção, tais como julgou necessário fazer para os diferentes níveis de contato cultural. Em geral, esta é a última vez em seu guia que Elkin especifica sobre as remoções – algo a que ele seria considerado contra –, tendo esta sido a segunda vez que ele menciona esta prática enquanto que a primeira vez foi no capítulo anterior, de maneira igualmente superficial quanto aos critérios.

A forma vaga com que Elkin guiou sobre as remoções repercute a convivência dele quanto a esta prática. Na prática, a política de Nova Gales do Sul da década de 1940, a que Elkin participou, significou inclusive um aumento das remoções aborígenes, motivadas por um sistema de inspeção rígido que avaliava as condições das famílias aborígenes, como medida de tempo gasto em casa ou teste de “moralidade” (HAEBICH, 2000: 504). Assim como em seu guia, a legislação que garante o direito de remoção descreve para casos de negligência, sendo que por “negligência” também teve uma definição muito ampla (*ibidem*).

Resumidamente, Elkin não via a prática de remoção infantil como meio para assimilação, tal como fazia Neville, porém participa da premissa liberal de um conceito individualizado de bem-estar e cujo foco sobre os indivíduos se apoia na garantia do “monopólio de coerção” (BAUMAN, 1911: 111 *apud* KRIEKEN, 1999b: 307) do Estado Moderno. É sobre esta ótica liberal que se legitima o poder do Estado sobre a estrutura familiar, maior ainda sobre as crianças aborígenes que, a depender da cor, respondiam a

55 Por ora, uma tradução simples para este termo pode ser “subjugados”. Todavia, no próximo capítulo reservaremos uma discussão própria sobre as atribuições de “casta” para o nível racial.

diferentes departamentos: as mais escuras pelo Conselho de Bem-Estar Aborígine⁵⁶, e as mais claras pelo Departamento de Bem-Estar Infantil⁵⁷ (HAEBICH: 2000, 504).

O quarto capítulo tem como objetivo oferecer propostas para uma administração de uma política nacional para os aborígenes e mestiços. Vale lembrar que uma política nacional só começou a ser discutida a partir da Conferência de 1937, e esta não é senão uma sugestão das autoridades reunidas para que os diferentes Estados desempenhem sua política, e portanto Elkin dedica este capítulo para aprofundar sobre o que ele propõe para um alcance administrativo amplo e que ao mesmo tempo respeite as especificidades de cada território.

Segundo Elkin, existem três formas de controle administrativo: paralelismo, convergência e unificação. Na primeira os Estados aceitam uma série de objetivos e princípios em comum, podendo compartilhar custos igualmente ou de acordo com a base populacional, como o que já estava sendo feito a partir da Conferência de 1937. Por convergência, seria uma administração realizada pelos Estados separadamente, tendo a Comunidade da Austrália como responsável pelo gasto, mas que convirja em uma única política determinada pelo governo nacional. O último controle administrativo, a unificação, seria a centralização política e administrativa para a Comunidade, a que logo ele apresenta problemas de impasses burocráticos. Para cada uma dessas formas, Elkin traz detalhes administrativos como métodos, zonas de administração e funcionários. Por fim, descreve o papel da Antropologia na administração, seu valor prático enquanto pesquisa sobre os efeitos das políticas e métodos e enquanto área de treinamento para administradores.

O quinto capítulo, em resumo, trata sobre o papel das missões, que sejam nas áreas isoladas ou às margens da sociedade elas atuam como amortecedores no processo de assimilação, e que portanto assumem a tarefa de ajudar os aborígenes com a saúde, alimentação, educação e trabalhos como agricultura, pecuária e artesanato. Mais uma vez, sugere que os missionários responsáveis pela educação tenham formação antropológica, ao passo que antropólogos e outros funcionários façam estudos e inspeções do funcionamento das missões.

O último capítulo, por fim, é sobre as diferentes definições de aborígine em cada Estado, como que se enquadram os mestiços e o contexto de cada regulamento. Em seguida, Elkin sugere definições que considera mais apropriadas para “sangue puro”, meio aborígine e

⁵⁶ *Aborigines Welfare Board* (AWB)

⁵⁷ *Child Welfare Department* (CWD)

suas diferentes predominâncias da cor negra, conforme a “linguagem da raça” de termos como *half-blood* e *quadroon*. Nos interessa entender que Elkin mantém a classificação dos indivíduos pelo grau de presença do sangue aborígene, seguindo com que Anna Haebich salienta que mesmo que Elkin compreenda como política de assimilação um projeto de avanço civilizatório, ele também não pôde escapar do ideal racista que “atribui pessoas com características socioculturais com base no sangue” (GRAY, 1998: 119 *apud* HAEBICH, 2000: 453).

As páginas finais do livro são preenchidas com apêndices que aprofundam sobre as recentes legislações sobre os aborígenes nos diferentes Estados, além de tabelas com informações técnicas como o número de população aborígene em cada região e instituições e seus gastos. Mas o que nos interessa agora, depois de apresentado o conteúdo geral de *Citizenship for the Aborigines*, são as determinadas performances linguísticas de Elkin em consideração ao propósito deste trabalho: compreender as performances languageiras dentro de uma série de ideologias na discussão das políticas sobre os aborígenes.

3 APROFUNDAMENTO DA ANÁLISE: AS ABORDAGENS DAS AUTORIDADES

3.1 A FIGURA DE ELKIN NA OBRA DE NEVILLE E CONCEITOS RACIAIS

A pertinência para a compreensão da relação de Elkin e Neville se baseia não somente na contemporaneidade destes dois personagens como também pela proximidade profissional com que eles tiveram. No tempo em que ambas suas obras foram escritas, fazia pouco mais de uma década desde que se conheceram, e a posição de status entre eles teve uma considerável transformação a ponto de ser necessário conhecermos sobre o *ethos* prévio de ambos autores para com seu respectivo público.

Começando por *Australia's Coloured Minority*, a participação de Elkin no livro com a escrita da introdução marca uma inversão nos valores dos papéis. Neville escreveu seu livro depois de aposentado, com seu projeto de absorção sendo cada vez menos interessante com o pós-guerra, escrevendo sobre seus projetos depois de experiências frustradas para maior apoio financeiro, e, por fim, se encontrando em uma redução gradativa de uma conhecida autoridade no assunto. A carreira de Elkin, por outro lado, estava em constante ascensão, sendo considerado publicamente como a única autoridade para se falar sobre os aborígenes e razão pela qual foi solicitado por Neville para que dê em sua obra seu “selo de aprovação” (WISE, 1985: 136).

Os projetos de assimilação de Elkin e Neville são distintos principalmente devido a maior evidência eugenista no projeto de Neville, mas mesmo que objetivamente Elkin não tivesse razões para manter sua “colaboração simpática” em ordem de assegurar as atividades antropológicas na região, ele dispensou quaisquer críticas na gestão da Austrália Ocidental, seja na introdução da obra de Neville, seja em sua própria obra. Mas esta distinção não era inteiramente ignorada, e conforme observado por Pat Jacobs, Elkin não deixou de colocar na introdução os objetivos de seu próprio projeto de assimilação e o estabelecimento de uma hierarquia de autoridade (JACOBS, 1990: 279).

O começo da Introdução de Elkin é marcada por uma breve descrição da “linguagem da raça” com que se utilizava no momento de sua escrita, sendo esta uma oportunidade para conhecermos melhor sobre o valor semântico que envolve os termos utilizados, além da presença ideológica com que são carregados no tempo de sua enunciação. A preocupação sobre a definição envolve principalmente os mestiços, a quem são empregados diferentes referências: “mixed-bloods”, “half-caste”, “half-blood”, “part-aborigines”, e “coloured folk”. O último termo já foi discutido no capítulo anterior, e de maneira resumida é uma definição trazida principalmente por Neville como estratégia de afrouxar a resistência branca em sua aversão a mistura “inter-racial” e portanto ao projeto de absorção, e cujo sentido se refere a todo grupo de mestiços em seus diferentes níveis de descendência para com o branco.

Com exceção do termo próprio de Neville, as demais definições de mestiço são sintagmas nominais com marcadores de distinção diferentes entre si, se referindo a “sangue”, “casta” ou “aborígene” e que remetem, portanto, a racionalidades diferentes sobre o que representa a mestiçagem. A começar com “half-caste” e “-blood”, o glossário no livro de Neville define como a geração proveniente da união de um branco e um aborígene “sangue puro”, razão pela qual se configuram no “meio” (*half*) das categorias, seja de sangue ou de casta, mas é sobre principalmente estas mesmas categorias, em primeiro lugar, que podemos observar sobre a configuração do discurso racial.

A começar com a categoria de “sangue” que frequentemente se apresenta nas teorias raciais, como a teoria da morte inevitável dos aborígenes em seu contato com a população branca e a teoria da degenerescência racial com a mistura. E é por referência a esta última teoria citada que podemos falar da ideia de raça e de um dos seus principais autores com que Neville é identificado: Arthur de Gobineau. O medo com que a sociedade australiana fundamentou o “half-caste problem” em muito se deve, conforme já vem se discutindo neste trabalho, pela aversão da presença do sangue negro entre a população por cujas características selvagens estariam inscritas, teoria principalmente apresentada por Gobineau, considerado como “pai do racismo” (BIDISS, 1970: 13 *apud* CHARLTON, 2002: 347) e autor da noção fixista segundo o qual os tipos raciais seriam fixos, hereditários e permanentes (*ibidem*), que alimentaria imaginações ligadas ao “princípio melaniniano” entre o fim XIX e metade do XX (MBEMBE, 2014: 81-82).

His use of the term 'blood' throughout the book was not metaphorical – the only manner in which it can be explained is that he understood blood to be 'vital' to racial make-up. In this he is in accord with 19th century ideas of blood as a substance providing the intrinsic qualities of a 'race'⁵⁸.(CHARLTON, 2002: 351)

O termo “casta”, por outro lado, possui uma dimensão própria, de modo que é mais comumente localizada na experiência do Império Britânico na Índia. Não se buscou, neste trabalho, operar sobre as diferentes regularidades com que este termo foi empregado no Império, e em vez disso concentrou-se no próprio discurso de Elkin em comentar sobre seu uso. Nos recortes apresentados abaixo, em anexo na Figura 2, é possível acompanhar a análise sobre a urgência com que ele trata o perfil social dos mestiços.

Figura 2 – Excertos de Elkin na apresentação da obra de Neville (na vertical: texto em sequência)

The use of the term caste (half or other), however is effective if it reminds us that we divide our population into Australians proper (that is, our white selves) ; full-blood, who incidentally, are not included in the general census figures ; and, thought and social behaviour, the Aboriginal castes or mixed-bloods. These last are in our midst, and partly of our blood, but they are not yet “of us”. They work and earn wages, provided that there is more work available than our own workers require, or provided that it is work our men and women do not want. But with few

exceptions, they are not part of our economic, let alone our social, recreational and religious life. The lighter castes realise this. Here and there are families who have established themselves in the general community. They feel that they must keep themselves apart from other Coloured Folk, or they will be relegated again to the “outer”, to the “half-caste” group – and so be in the position of outcasts.

Thus, in every aspect of life, the Coloured Folk are made to feel that they belong to a lower caste. Of course, an attempt is made to justify this in various ways : they are not educated ; not clean ; not normal ; not steady at work ; cannot “hold their drink,” and live in undesirable conditions. All this is true in many cases, but does not the cause lie in our prejudices and assumption, and in our refusal to apply the ordinary laws, regulations, and

sanctions to them, as well as to afford them the normal privileges of citizenship? Instead, we assign them to a separate Department of State, the Aborigines’ Welfare or Protection Department, with special Acts, Officers, Reserves, Settlements. And there is no doubt in view of the ice-barrier of bias which meets those of them who strive to improve their position, such help is necessary. The solution to the “Half-caste” problem, however, lies not with Boards and Commissioners, but with ourselves. While we hold the mixed-bloods at arm’s length, few of them will rise in the social and economic scale ; they will be hangers-on and parasites. The

Fonte: NEVILLE, A. O. *Introduction*. In: *Australia’s Coloured Minority*. pp. 11-15

O início do parágrafo abre a discussão do termo como apropriado para a atual estratificação no território, dividindo-se entre os “australianos propriamente ditos” (quem ele considera serem os brancos), os aborígenes de sangue puro e os mestiços, e aqui sua própria descrição se posiciona como estritamente racial, uma vez que compreende que são estas as

58 “Seu uso do termo ‘sangue’ ao longo do livro não era metafórico – a única maneira pela qual isso possa ser explicado é que ele entendia que o sangue era ‘vital’ para a composição racial. Nisso, ele está de acordo com as ideias do século XIX de sangue como substância que fornece as qualidades intrínsecas de uma ‘raça’.” (tradução minha)

dimensões familiares de seu público. Em sequência, porém, Elkin elabora sobre as diferenças sociais com os quais os mestiços são estratificados, compreendendo o conceito de “casta” como uma metáfora comum associada à raça (BÉTEILLE, 2002: 136). Mas o importante a destacar aqui é que a referência a casta não fez encontro com a teoria de Warner nos Estados Unidos.

W. Lloyd Warner foi um antropólogo britânico que na década de 1930 começou a desenvolver uma teoria de classe e casta nas relações raciais nos Estados Unidos, consistindo em, por “casta”, se tratar mais de uma barreira entre brancos e negros que, mesmo se estes últimos fossem assimilados, os status dos negros jamais se equiparariam aos brancos (BANKS, 1996: 60-61). A figura de Warner e sua teoria é pertinente não somente em consideração pela constante referência da população australiana à história das relações raciais norte-americanas, mas também porque sua teoria foi desenvolvida após sua pesquisa de campo realizada na região norte do território australiano por motivação de Radcliffe-Brown (WINTERS 1991: 739 *apud* BANKS, 1996: 60), quem, conforme já observamos, foi uma figura importante na carreira de Elkin.

Quando Elkin desenvolve sobre a relação social dos mestiços, contudo, ele leva a compreender que a barreira da estratificação se constrói pelo preconceito, em vez de situar o racial. Nota-se que o termo “half-caste” é sempre enunciado entre aspas como que em constante evidência à estratificação social com que “casta” sugere na doxa, ao passo que formula sobre a condição social sob o tropo de status “inferior” e “mais baixo” que, diferente da via determinista com que atribuiria o termo, são passíveis de mudança conforme desenvolve a solução pela assimilação.

Em suma, o projeto assimilacionista que Elkin desenvolve busca com a categoria de casta, comum no léxico australiano, um significado metafórico para o lugar dos mestiços na sociedade com propósito de mudança pela assimilação e não por uma manutenção de uma estrutura independente da ascensão de classe do negro como a hipótese levantada por Warner (WARNER, 1936: 236). Compreendendo que o problema com os mestiços australianos, o “half-caste problem”, se trata da adequação racial na prática europeia diante dos grupos “problema”, observa-se assim um isomorfismo entre “raça”, “classe” e “gênero” (STOLER, 1995 *apud* VAN KRIEKEN, 1999a: 306), e que existir enquanto “meia casta” seria, portanto, existir em uma fase de transição para a entrada na sociedade liberal segundo a política de assimilação social.

Em última observação à introdução de Elkin na obra de Neville, podemos encontrar a tentativa de Elkin em ressignificar o “half-caste problem” tal como se conhece desde o fim do século XIX – um problema no aumento de mestiços em ameaça ao ideal de formação de uma sociedade branca. Seu objeto de crítica, contudo, não é a mentalidade eugenista da sociedade mas a administração sobre os aborígenes e o papel dos brancos em assimilar os aborígenes, como resume na seguinte relação de causa:

While we hold the mixed-bloods at arm’s length, few of them will rise in the social and economic scale; they will be hangers-on and parasites⁵⁹.(NEVILLE, 1947: 15)

O estado parasitário com que Elkin define a condição dos aborígenes é a primeira premissa com a qual ele virá a desenvolver a chamada “assimilação inteligente”, que ao contrário do que define como “assimilação protegida” como o sistema atual de segregação e de produção de preconceito, seria uma ação realizada primeiro aos brancos para que aprendam a apreciar a cultura e as circunstâncias aborígenes, e em seguida ajudar os aborígenes a sair deste parasitismo como membros independentes e contribuintes na sociedade, com respectivos direitos e deveres (TOMLINSON, 2008: 222). Definir os mestiços como “parasitas”, portanto, é referir ao seu estado de dependência do Estado com as reservas e rações, não implicando uma noção essencialista. Pelo contrário, Elkin aponta esta condição como resultado da barreira do preconceito que impede que os aborígenes participem da sociedade, ou seja, por agência desta mesma; e sua proposta de assimilação, deste modo, se orienta de outro modo para noções de paternalismo e apoio humanitário como será discorrido a seguir.

⁵⁹ “Enquanto mantemos os mestiços à distância, poucos deles ascenderão na escala social e econômica; eles serão inúteis e parasitas” (tradução minha)

3.2 FORMAS DE PATERNALISMO ENTRE OS AUTORES

O papel do paternalismo dentro do discurso colonial se figura na relação do colonizador em se promover como protetor dos colonizados (SHOHAT, 2006: 146), alimentado pelas noções da infantilização do povo negro e que por isso seriam incapazes de sobreviver depois da chegada dos europeus. Contudo, esta projeção não configurava da mesma forma e acompanhou as transformações dos discursos coloniais ao longo do século XX, de modo que a assistência branca idealizada não se fazia somente em nível social e econômico, como também psicológico. Lembremo-nos, por exemplo, das críticas de Fanon ao psicanalista Octave Manonni de que o “complexo de dependência” sobre o qual este elabora ignora a relação com a chegada do colonizador e por ser algo provocado por ele (FANON: 2008, 101), havendo entendido como algo próprio dos colonizados.

Por se tratarem de projetos diferentes em sua substância (mas não necessariamente em seus métodos), o próprio desenvolvimento dos valores paternalistas de Elkin e Neville são adaptáveis tanto em relação ao objeto de suas políticas – o aborígene e/ou mestiço e sua inadequação à sociedade – quanto ao método – o projeto de assimilação/absorção – para a visada argumentativa de seus discursos. O que buscamos observar são estas diferentes dimensões destes valores.

A começar com Neville, podemos observar o caráter paternalista de seu discurso ainda nas primeiras páginas de seu livro. Como pode ser visto no recorte a seguir na Figura 3, Neville inicia seu discurso dizendo das más condições em que vivem os “coloured people”, como ele mesmo delimita. Após desenvolver o conceito de felicidade, ele elabora como este estado não é possível para os aborígenes uma vez que não gozam da política de bem-estar social.

Figura 3 – Excerto de Neville em discurso paternalista

22	AUSTRALIA'S COLOURED MINORITY	AUSTRALIA'S COLOURED MINORITY	23
<p>in your soul. You cannot experience this happy state when you are excluded from the amenities and graces of life, when perpetual go slights are rankling, when your children cannot go to school or to church, when you cannot even go to the cinema and pay to sit where you like – yet the coloured people of other races may do all these things at will – when you are stared at, jeered at in life and made an object of ridicule in illustrated papers. Welfare is not merely the possession of all material necessities, it connotes security, friendly intercourse, something to think about and something to take pride in – and best of all. Perhaps, the vision of a future now sadly lacking. Given all these then, perhaps, our native people might have “peace in their souls.”</p> <p style="text-align: center;">[...]</p> <p>Governments are not solely to blame for this existing state of affairs ; we are all parties to it. Possibly a State Government which dared to do the right thing to its fullest extent would no longer command the confidence of the public. It would be said “our own people come first” ; indeed, that has been said. That in itself is a specious argument.</p>		<p>Who should come first if it isn't the real owners of the land, its first possessors?</p> <p>We are all newcomers to them, dispossessors, despoilers. Having given them all they needed physically, spiritually, and educationally, then we might have been justified in looking after our own interest. That was the original intention – but it was not fulfilled. If it had been, there would be no native question now. Instead we gradually took all they had, then cast them aside except in so far as they could help or be useful to us. We have exploited them, and all along they have been too feeble to few to resist – that is, to set up a unified moral or physical resistance as representing their people as a whole. They have no leaders amongst themselves able to unite them and to fight their battles. That was recognised from the first – because we selected suitable persons from amongst ourselves to watch over their interests.</p>	

Fonte: NEVILLE, A. O. *The Charge*. In: Australia's Coloured Minority. pp. 22-23

Seu raciocínio, no entanto, desenvolve-se em interlocução com o leitor através da enunciação em 2ª pessoa. Neville realiza uma operação lógica de que a felicidade é irrealizável dentro das condições que ele enumera em seguida, contudo a apresentação dessas condições para o estado de felicidade é enunciado sempre sob o convite de deduzir sobre a vida do leitor quando se é pressuposto de que trata da vida dos mestiços. A figura da enálage da pessoa, que neste caso é a troca dos sujeitos aborígenes pelo auditório, pode ter valor argumentativo quando promove uma comunhão ao fazer com que as diferentes relações do discurso (locutor, interlocutor e, neste caso, objeto) sejam confundidas⁶⁰.

Neville busca persuadir seu auditório ao apresentar situações de subjugação e de negação de liberdades consideradas corriqueiras, sobre as quais não se é capaz de alcançar o estado de felicidade. A persuasão é buscada pela figura da repetição que reforça as condições desiguais dos mestiços, através da anáfora pela repetição da conjunção “when” (quando) e, principalmente, pelo verbo modal “cannot”, representando aqui faltas do que se considera uma essência⁶¹ da sociedade liberal australiana, de direitos considerados inalienáveis a um cidadão. Esta falta denunciada por Neville, no entanto, é feita pelo entrelaçamento dos

60 É relevante observar o papel de algumas figuras de linguagem para o desempenho do argumento, e aqui o trabalho de comunhão com o auditório através de figuras que permite que este participe do argumento. Cf. PERELMAN, 1996: 201-203

61 Por essência, diz-se de valores estimados de um meio social em uma época. Seu recurso, incluindo sob a noção da falta, pode expressar uma força argumentativa. Cf. PERELMAN, 1996: 372-377

direitos de cidadão dos brancos aos mestiços, de modo que se torne proposital que ambos sejam vistos igualmente, em exercício contra a estratificação e portanto consoante ao projeto de assimilação social.

Em resumo, ao fazer com que o auditório se coloque no lugar dos mestiços, o próprio auditório se vê obrigado a aceitar o pressuposto de Neville de que este grupo de aborígenes deveria possuir os mesmos privilégios de direito e acesso à cidadania. Ao chamar seu auditório a participar de seu discurso, vale considerar de quem este se trata: a acessibilidade na obra, a forma simples de estruturação de seus capítulos e temas, e as constantes referências ao senso comum das questões aborígenes sugerem que o público de Neville não é a de administradores mas de cidadãos comuns na sociedade australiana, sendo estes brancos e principalmente habitantes de cidades com presença de aborígenes às margens e que compartilham da preocupação com a presença dos nativos, seja pela concorrência de emprego ou pela “intrusão” no cotidiano urbano. Ao longo da obra, Neville trata seu auditório apenas como alheio à urgência de que se trata seu livro, em contrapartida evoca um terceiro grupo de sujeitos que não necessariamente se relaciona com seu público: são sujeitos regados de valores negativos como egoísmo, associado a um segregacionismo apático sobre a qual enfrenta em seus argumentos.

Podemos observar o aparecimento deste terceiro grupo com o seguinte emprego polifônico “it would be said” (poder-se-ia dizer), em que indica um sujeito indeterminado no enunciado, em forma de um discurso direto delimitado pela utilização das aspas, “our own people come first” (nosso próprio pessoal vem primeiro). A antecipação de Neville esclarece o que ele pode esperar de seus leitores – algo como fundamentalmente indiferente para com a posição dos aborígenes –, porém ele os exime através do uso da indeterminação, sugerindo que os autores da enunciação possam ser alguém terceiro enquanto que mantém a comunhão com seus leitores como quem compartilha de maior altruísmo. Ademais, esta antecipação permite que Neville argumente os fundamentos pelos quais julga um dever moral oferecer assistência aos mestiços.

A resposta de Neville ao comentário antecipado é um retorno ao lugar⁶² da ordem, da afirmação da prioridade ao que vem antes. Em outras palavras, é porque os aborígenes ocuparam primeiro o território que eles teriam o direito legítimo de gozar das terras, enquanto que os colonizadores, a quem Neville enuncia como sendo também ele e seus leitores, os

62 Entende-se como lugares “as premissas mais gerais, aliás amiúde subentendidas, que intervêm para justificar a maior parte de nossas escolhas” (PERELMAN, 1996: 95).

desapossaram de suas terras e expropriaram seus recursos sem lhes oferecer “benefícios da civilização” em troca. Seu projeto, portanto, se justifica pelo sentimento da dívida.

Neville discursa, precisamente, sob a descrição que Albert Memmi faz da dupla ilegitimidade do colonizador (MEMMI, 1977: 42), porque além do privilégio que toma para si de uma terra alheia a dele, ele toma o espaço do habitante nativo daquela terra, substituindo todas as regras aceitas pelas suas somente, tornando-o um privilegiado e usurpador, tanto aos olhos do colonizado quanto aos seus próprios olhos. Contudo, a conclusão sobre o mal que foi feito aos aborígenes, no discurso de Neville, não tem como alvo a sociedade branca, agentes da desigualdade, mas os aborígenes.

Ele afirma a exploração da sociedade branca, marcada pela enunciação “we have exploited them” (nós temos explorado eles), mas o raciocínio que se segue é a contribuição dos nativos nessa exploração. Assim como a exploração é afirmada no presente perfeito, indicando uma prática do passado que permanece no presente, também é mantido o comportamento dos aborígenes em resposta, que é ser fraco demais para formar uma resistência, esclarecendo seu ponto de vista através da modalidade autonímica⁶³ que desenvolve o conceito de resistência, mas também marca uma característica dos aborígenes: não sabem se organizar coletivamente. Neville continua seu discurso e diz que *eles* (colocando-os como uma entidade comum) não têm líderes entre si para que possam se organizar, razão pela qual restou à sociedade europeia-australiana representá-los.

Importa, neste instante, discutir sobre a posição com que se assumiu o passado colonial, sobre a qual buscou provocar o sentimento de dívida. Apesar de observarmos que este lugar-comum⁶⁴ se encontra nos discursos de ambos os autores aqui estudados, estes mesmos salvaguardaram os colonizadores passados da história australiana, deslocando a culpa aos seus contemporâneos. Elkin, por exemplo, admitia o argumento da ignorância europeia sobre as consequências do choque cultural na vida dos aborígenes (ELKIN, 1934: 04). Já Neville se comprometeu mais na defesa de seus antepassados, como ele costuma dizer, dedicando um artigo para dizer que não só a ignorância foi causa para a queda de população de aborígenes na região da Austrália Ocidental, apesar da boa fé dos colonizadores, como também houve contribuição dos próprios aborígenes e seus costumes, como o instinto de se matar, o infanticídio e a mutilação genital (NEVILLE, 1948). Estas ressalvas são fruto não só

63 Refiro-me ao trecho: “that is, to set up a unified-moral or physical resistance as representing their people as a whole” (isto é, de estabelecer uma resistência física ou moral unificada que represente seu povo como um todo)

64 Também entendido como “tema consagrado, ideia fixa confinada em repertório” (AMOSSY, 2020: 122)

de suas próprias personalidades, das quais suas respectivas biógrafas identificam um apreço ao passado colonial, como também em função do sentimento nacional configurado neste período: de enaltecimento do passado em que herda o país em sua recente formação federativa no início do século.

Prosseguindo com a análise, o raciocínio de Neville sobre a incapacidade dos nativos em se organizarem segue todas as regularidades que Albert Memmi escreveu sobre o retrato mítico do colonizado. Esta incapacidade de formar uma resistência organizada dá vazão à caracterização destes como criaturas débeis, através de uma ideologia essencialista e eugenista de que a preguiça lhes são constitutivas (MEMMI, 1977: 119). Refletindo o que Memmi descreveu, só restaria ao aborígine o protetorado do colonizador, e que as responsabilidades para gerir sua própria vida ficaria reservada ao outro (*idem*: 120).

É importante reiterar o sentimento de dívida e dever (*charge*) com que Neville busca provocar em seus leitores que, somado a argumentos que sugerem uma isonomia dos mestiços com a sociedade branca, fortalece pela sua *eúnoia* – a empatia que tem pelos aborígenes – o seu *ethos* como um sujeito paternalista e humanitário, em confronto a indiferença e apatia. No esforço de estimular uma adesão afetiva de culpa e de responsabilidade (colocada em razão de estar em posição de superioridade social), o paternalismo em Neville para promoção de seu projeto assimilacionista é de ordem da reparação e da necessidade da tutela branca (*in loco parentis*).

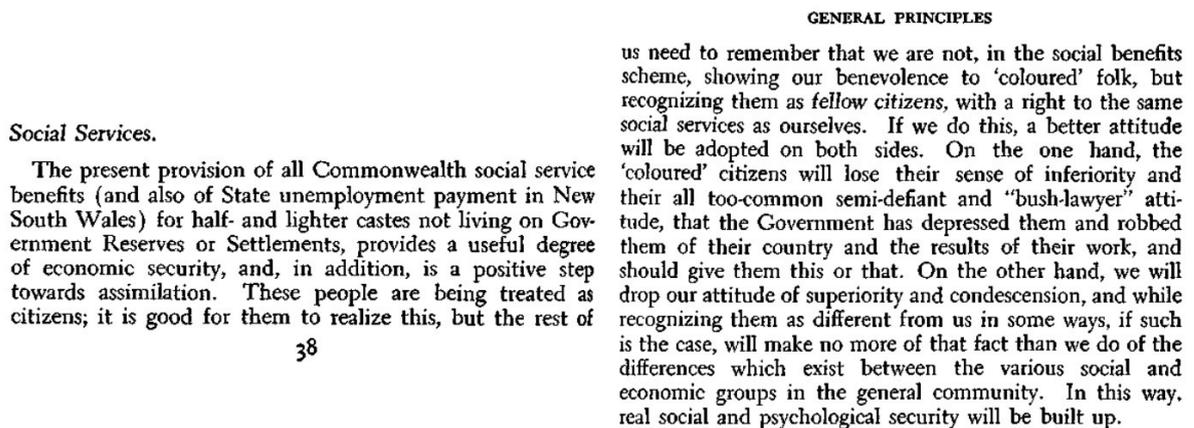
Em primeiro momento, podemos observar com Elkin o mesmo caminho sobre o argumento da culpa para prestar assistência aos aborígenes que, diferente da obra de Neville onde podemos encontrá-lo concentrado em algumas páginas, se encontra distribuído ao longo do livro. Diz, por exemplo, de que a causa da ameaça a extinção está na ignorância, egoísmo e insensibilidade da sociedade branca (ELKIN, 1944: 14) ou que “devemos”, em nome da humanidade, prover comida e atenção médica adequada aos aborígenes haja vista que lhes foi tirado a terra e seus proveitos, ainda mais com a pressão da Liga das Nações (ELKIN, 1944: 23) – pressão inclusive verdadeira (WISE, 1985: 65). Porém, é sobre a conclusão da tutela que Elkin se distancia, a que podemos perceber desde de seu artigo dez anos antes da publicação de seu livro aqui em análise⁶⁵, e é ainda mais evidente quando elenca a redução do paternalismo como objetivo implicado dentro do de atribuir cidadania completa aos aborígenes:

65 Afirma, por exemplo, que o papel das missões é a de serem ativas em apoiar os aborígenes na gestão deles da instituição familiar, e não em atuação *in loco parentis* (ELKIN, 1934: 10-11)

iii. A decreasing degree of protection and paternalism, both as an incentive to, and as a recognition of, social and cultural advance towards, and in, citizenship⁶⁶.(ELKIN, 1944: 44)

Conforme podemos observar na Figura 4, Elkin desenvolve o papel dos benefícios de assistência social para os mestiços fora das reservas como um passo para a assimilação. Preocupando-se em deixar explícito que não se trata de uma benevolência, igualmente na introdução de *Australia's Coloured Minority* (NEVILLE, 1947: 17), recorre também ao dever de uma pretensa ideia de isonomia, mas o que chama atenção neste trabalho é sobre a construção dos benefícios da conquista de direitos.

Figura 4 – Discurso de Elkin sobre acessos a Serviços Sociais



Fonte: ELKIN, A. P. *Citizenship for the Aborigines*. pp. 38-39

A igualdade de direito de acessos a serviços sociais, para Elkin, é vantajosa tanto para a sociedade branca quanto para os mestiços. Primeiro sobre os mestiços, que ele menciona como “cidadãos ‘de cor’” (‘coloured’ citizens), diz que perderão seu senso de inferioridade e sua atitude de cobrar do governo.

Esta atitude que Elkin cita, porém, é mencionada sob o epíteto de “semi-desafiadora” e “desqualificada”⁶⁷ que, pela própria natureza de qualificação, possui uma intenção

66 “iii. Diminuição do grau de proteção e paternalismo, tanto como incentivo e reconhecimento do avanço social e cultural rumo à, e na, cidadania.” (tradução minha)

67 A tradução é feita sob uma expressão própria da Austrália e Nova Zelândia, e por esta razão se esvazia semanticamente do significado original. O termo original, “bush lawyer”, diz respeito a uma pessoa que, mesmo desqualificada para tratar de algum assunto, assume conhecê-lo e ter o direito de falar sobre (BUSH LAWYER, 2021).

argumentativa⁶⁸. Isto é, a atribuição da atitude a valores negativos torna com que o enunciado seguinte seja expressado em tom de deboche, sobretudo também porque desmerece atenção às demandas supostas ao resumi-las como “isso ou aquilo”. Vale observar que a postura crítica está sobre a conclusão para essas demandas não elencadas – haja vista que Elkin concorda, em sua obra, com a premissa de diminuição e subjugação – e dizem respeito, grosso modo, a uma forma de assistencialismo sem proposta assimilacionista, ou seja, que mantenha os aborígenes no atual status social e sem perspectiva para uma cidadania completa.

Em suma, Elkin opera sobre a lógica de que o dever da sociedade é tornar os aborígenes civilizados, ou seja, que deixem sua visão e modo de vida nativa e que possam aderir à economia e à visão da sociedade branca (ELKIN, 1935: 117). Para este propósito, ele realiza um afastamento da imagem infantil remetida aos aborígenes sobre a qual ele considera a causa para que eles se comportem de esperada maneira (ELKIN: 1944: 27), e consequentemente não se assimilem adequadamente à sociedade. Esta via de má assimilação, segundo Elkin, faz com que não entendam a visão do branco como “racional” (*idem*: 28) e se mantenham apegados às próprias racionalidades. Tendo inclusive dedicado um artigo, intitulado *Civilized Aborigines and Native Culture*, para explicar como que os aborígenes têm se civilizado ao passo que escondem dos brancos seus rituais secretos a fim de conservar alguns de seus ritos e mitos, a assimilação enviesada por Elkin busca enraizar o modelo normalizador da sociedade liberal nos aborígenes mesmo que com isso signifique suavizar a quebra de paradigmas durante o processo, de modo que eles tenham como apreendido os padrões sociais e morais ocidentais e não tenham os simplesmente imitado:

Unless such self-adaptation occur, the people will either cease to exist or else will be as slaves – perhaps slavish imitators of ways of life which have no roots in their own past⁶⁹.(ELKIN, 1937: 460)

De outra parte, quanto aos brancos, Elkin diz do benefício da perda do senso de superioridade. Assumindo que ainda haverá reconhecimento da diferença, em ponderação – ao

68 Na obra *Tratado da Argumentação*, escrita por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, os autores dedicam um subcapítulo a falar do papel das qualificações no discurso. Cf. PERELMAN, 1996: 143-147

69 “A menos que tal autoadaptação ocorra, as pessoas ou deixarão de existir ou serão como escravos – talvez escravos imitadores de modos de vida que não têm raízes em seu próprio passado” (tradução minha)

mesmo tempo como crítica e como aceitação – desta ser uma possibilidade, entra em conformismo desta ser mais de nível socioeconômico do que racial. O caminho da assimilação para Elkin não é estranho porque imagina uma humanidade universal para o qual o aborígene deve ser convertido, e cuja resposta para manifestação da subjetividade do Negro não é mais de um puro signo da diferença, contudo não o torna como um igual e sim um *alter ego* sobre o qual a diferença é reabsorvida (MBEMBE, 2014: 153-154) para outras dimensões de subjetividade.

Diferente de Neville, que parte da ideia essencialista de que os aborígenes são incapazes de sobreviverem sem a tutela do branco, Elkin oferece mais receio em afirmar as diferenças raciais, e seu discurso se opera mais pela sua posição de autoridade do que em desqualificação natural dos aborígenes. Quando evoca uma fala dos mestiços e as considera “desqualificada”, é difícil interpretar uma dimensão racial em vez da reafirmação de sua autoridade – uma vez que já se encontra no auge de sua carreira no momento de escrita de seu guia. Ademais, a biografia do antropólogo assume sua inflexibilidade às diferentes opiniões, mesmo as dos aborígenes porque, segundo ele, há um determinado tempo para que conquistem seus direitos à cidadania, voto e participação das políticas aborígenes (WISE, 1985: 99).

Resumidamente, enquanto o projeto de Neville é pensado a longo prazo, de administrar o embranquecimento dos mestiços até que não seja mais necessário, o projeto de Elkin aponta para o indivíduo, consoante ao liberalismo individualista em que somente após adesão aos valores ocidentais que o sujeito terá acesso aos direitos da cidadania (VAN KRIEKEN, 1999b). Nesta ótica, ainda que Elkin também se apoie na incapacidade dos nativos para a autodeterminação, ele pouco justifica pelos critérios raciais. Todavia, esta distinção entre essas duas autoridades seria incompleta uma vez que esta “fronteira” entre a política eugenista e a política liberal não é precisa, principalmente na voz de Neville. A seguir, aprofundaremos as práticas discursivas do aposentado Protetor-Chefe na relação entre a raça e seu projeto de assimilação.

3.3 NEVILLE ENTRE “FRONTEIRAS”: ABSORÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Escolhe-se esta sessão para retomar as discussões teórico-metodológicas deste trabalho pela importância que se faz em entender, mais uma vez, a relação de discurso com o sujeito e o seu contexto histórico. Nas últimas linhas da sessão anterior foi permitida uma breve provocação na abordagem das ideologias em pauta para os projetos de assimilação: a ideia de “fronteira”.

Conceito adequado para se referir a alguma espécie de transição de correntes ideológicas que sustentaram as políticas sobre os aborígenes e, em destaque neste trabalho, a remoção infantil. Inclusive, dentro do próprio Inquérito Nacional “Bringing Them Home” é feita esta clara delimitação entre os projetos políticos, que enquanto o projeto de absorção de Neville é de ordem biológica, o projeto de assimilação marcada a partir da Conferência de 1937 difere em ser de ordem sociocultural (HREOC, 1997: 27). Esta distinção, ainda que didática, se observa como apenas uma base de apresentação pois, como já pudemos observar principalmente em *Australia's Coloured Minority*, estas “fronteiras” estão embaraçadas para fundamentar os dispositivos de governamentalidade sobre os aborígenes. Tendo isso em consideração, o que significa estes manejos⁷⁰ ideológicos de Neville?

Podemos afirmar, em suma, que Neville, assim como outras autoridades australianas sobre a política aborígene, assume diversas contradições, sobretudo em seu livro de 1947. Estas contradições já foram observadas amplamente, a exemplo do trabalho de R. Dorgelo, que identifica a inconsistência do discurso de encaixar os mestiços dentro da categoria de humanidade ao passo que mantém a classificação e rotulagem dos mesmos (DORGEL, 2007: 22), ou o trabalho de Alan Charlton ao concluir, em sua análise de *Australia's Coloured Minority*, que a obra em questão possui diversas contradições (CHARLTON, 2002: 361). Certamente, estas observações possuem um valor significativo para o debate sobre a fraqueza lógico-discursiva da dominação colonial:

⁷⁰ Aqui quando consideramos a dimensão de liberdade do sujeito em suas enunciações dentro do seu espaço tenso de constituição (BRANDÃO, 2004: 80-81)

Neville's work is an example of what Homi Bhabha calls "uncertain writing"—ambivalent, contradictory writing which acknowledges "an aporia in the inscription of empire" ("Articulating the Archaic" 185)⁷¹. (DORGELLO, 2007: 22)

Contudo, a apresentação das contradições não é o suficiente, aqui, para o entendimento do discurso em sua visada argumentativa, inclusive "com" estas contradições em vez de "apesar" delas. Deste modo, faz-se necessário retomar o que se entende por contradição e, por conseguinte, trazer tanto o autor quanto a sua produção para o seu próprio tempo. É por este motivo que julgou-se importante trazer a aproximação historicista de Q. Skinner em sua crítica à História das Ideias.

Ainda que não compreenda em nosso interesse traçar uma história de algum pensamento particular, como poderia ser o que traz a ideia de assimilação, algumas das observações de Skinner sobre os métodos históricos podem nos ser úteis na reflexão sobre a pesquisa de uma obra, sobretudo sobre o comportamento do pesquisador diante da incoerência. Da sua crítica da forma como a História das Ideias tem estudado um cânone de textos clássicos através de absurdos históricos dos quais ele os nomeia de "mitologias" (SKINNER, 2002: 84), Skinner se posiciona contra o que ele define como "mitologia da coerência".

Consistindo em supor a coerência interna dos textos, esta mitologia convida o historiador para uma "resolução das antinomias" (*idem*: 100-101), ou seja, fazer com que desapareçam as contradições. Por este espectro, Skinner critica a maneira com que se ignora o processo de criação do autor, seu processo de formação e as mudanças pelas quais ele passou. Segundo ele, não há uma coerência em si, imanente na produção de conhecimento dos autores, e esta é algo que só se consegue realizar posteriormente. Decerto, o movimento dos estudos das ações discursivas de Neville se move em sentido contrário ao da História das Ideias, haja vista que não pretendem apagar as contradições mas deixá-las discriminadas, porém estes mesmos estudos ainda consideram a contradição como um ato de fala deslocado de uma ideia supostamente fechada a que se devia alcançar, quando na verdade a contradição faz parte da própria ideia pretendida pelo autor em uma forma particular.

71 "A obra de Neville é um exemplo do que Homi Bhabha chama de 'escrita incerta' - escrita ambivalente e contraditória que reconhece 'uma aporia na inscrição do império' ('Articulating the Archaic' 185)". (tradução minha)

(...) quando percebemos que não existe nenhuma ideia precisa para a qual os diferentes autores tenham contribuído, apenas diversas afirmações feitas por uma variedade de diferentes actores com intenções muito diferentes, é chegar à conclusão que não se justifica fazer a história da ideia. Existe apenas a história das suas diferentes utilizações e das diversas intenções que presidiram ao seu uso. (SKINNER, 2002: 121)

A discussão acerca do papel da contradição se abre ainda para outros campos de estudo, como com Foucault que, após também trazer críticas à História das Ideias porque percebia a contradição ou como ilusão a suprimir ou como lei fundadora que permite a historicidade do discurso (FOUCAULT, 2007: 170), propõe com a análise arqueológica o trabalho de determinar a medida e a forma da variação das contradições (*idem*: 172). A propósito, é sob contribuição dos trabalhos de Foucault, que a disciplina da Análise do Discurso busca nas formações discursivas não somente “o que deve e pode ser dito” como também a recuperação das contradições ideológicas “no interior mesmo da ‘unidade’ dos conjuntos de discurso” (BRANDÃO, 2004: 50), a fim de reintegrar o discurso na relação da língua com a história e, portanto, passível de historicidade.

Na sequência, podemos observar em um recorte do livro de Neville as contradições dentro de seu discurso. No primeiro instante, será mantido o trabalho de analisar suas performances discursivas, as ideologias com as quais ele opera e, concomitantemente, suas funções segundo o debate pós-colonial. Todavia, em seguida retomaremos às condições de produção do discurso para que, enfim, possamos compreender o papel das contradições enunciadas dentro da obra. Para este propósito, não coincidentemente foi selecionado um recorte do capítulo intitulado *Assimilation*, uma vez que este conceito é inerentemente ambíguo com Neville.

Figura 5 – Contradições aparentes em Neville

It would seem proper that like should mate with like – full-blood with full-blood, half-blood with half-blood or lighter – but because so many are near-white we must expect, and have experienced already, legal unions between us and them. It is to the benefit of our race that the full-blood should not any longer be encouraged to mate with other than full-blood ; on the contrary, he should be rigidly excluded from any association likely to lead to any other union. It would be contrary to our view of assimilation to do anything which might force our coloured black people back to the black, and moreover their continued mating with full-bloods is liable to prolong the process of absorption until after there are no more virile full-bloods remaining alive.

Racial mixture by marriage is surely preferable to miscegenation without it – not that when referring to absorption we mean marriage – that happens whatever we may think about it.

AUSTRALIA'S COLOURED MINORITY

57

It is not always wise for people of widely diverse races to intermarry, especially races having different cultures and temperaments. That, however, cannot be said of people already allied to us by association, consanguinity and ancestry. The young half-blood maiden is a pleasant, placid, complacent person as a rule, while the quadroon girl is often strikingly attractive, with oftentimes auburn hair, rosy freckled colouring, and good figure, or maybe blue eyes and fair hair. (See illustrations.) In both cases the lads who have been properly cared for are well set up and often good looking. As I see it, what we have to do is to elevate these people to our plane, and if intermarriage between them and ourselves becomes more popular, then we shall be none the worse for it. That will solve our problem itself.

Fonte: NEVILLE, A. O. *Assimilation*. In: Australia's Coloured Minority. pp. 56-57

Conforme anteriormente já introduzido na apresentação da obra, em *Assimilation* Neville busca falar sobre os conhecimentos e os caminhos a respeito de relações “inter-raciais”, além de reflexões sobre a restauração do aborígine na sociedade branca. Na análise do excerto na Figura 5, o ex-protetor continua com seu argumento a favor da miscigenação, buscando convencer principalmente o público eugenista que resiste a essa política em consideração a teoria da degeneração da raça. Nas páginas anteriores, Neville já dissolvia a ideia de humanidade universal enviesada pelo projeto assimilacionista social dentro do discurso fixista de sangue:

There is no marked difference between the blood of the native and of ours, all human blood being fundamentally alike. Differences between the “bluest” blood and the lowest in the land are due to tradition, environment and habit, not to blood variations. Even if there were some divergence, like the half-empty glass the coloured people are already half empty, and in more in many cases, of aboriginal blood⁷².(NEVILLE, 1947: 55)

O discurso escolhido para identificarmos as diferentes ideias com as quais Neville opera, porém, ganha destaque pelo fato dele apresentar seu modelo de absorção de maneira prática em sua obra. Neste recorte, ele apresenta ao leitor como ele gostaria que fosse o

72 “Não há diferença marcante entre o sangue do nativo e o nosso, sendo todo sangue humano fundamentalmente igual. As diferenças entre o sangue ‘mais azul’ e o mais baixo no território são devidas à tradição, ambiente e hábito, não às variações do sangue. Mesmo que houvesse alguma divergência, como o copo meio vazio os mestiços já estão meio vazios e, em muitos casos, de sangue indígena.” (tradução minha)

controle do casamento e das relações sexuais entre os diferentes níveis raciais aborígenes, bem como sugere a viabilidade da união inter-racial com brancos.

A proposta de Neville de que “igual” deveria se unir com “igual” surge da oportunidade com que a política de embranquecimento teve através da teoria cromossômica da herança. Ela parecia dar uma nova perspectiva para o projeto de embranquecimento porque, diferente da teoria fixista, o “cruzamento” entre dois mestiços daria probabilidade de nascer uma criança branca, o que serviria como resposta aos europeus-australianos que resistem a ideia de que brancos se misturem com nativos. Esta teoria chegou a ser explicada na Comissão de Moseley de 1934 por um dos membros, C. P. Bryan, através do exemplo de dois mestiços (*half-castes*) se relacionarem:

the result is invariably this: In a family of four children, two of them will be half-caste in colour and appearance just as their half-caste parents, and they will continue to breed in the very same way as if they were true half-castes; the third will be a black, reverting to his all-black grandparents, and will breed in the very same way as if he were a true black. The fourth will be a white, or rather in actuality he is a white splashed with black who, on the whole, breeds white children if mated either with another white, bred like himself from half-caste parents or, with a true white. The result of a half-caste with half-caste union is to perpetuate the half-caste strain in the proportion of one black and two half-castes to one white. That is, the white strain only has one-fourth chance of survival. Of course, it may happen that the first and only child born of the union is the white one, but it is a risky chance to take⁷³.(MRC evidence, 1: 1031 *apud* CHARLTON, 2002: 197)

O problema deste raciocínio de C. P. Bryan está na interpretação de que a razão 1:2:1 para o cruzamento de dois heterozigóticos⁷⁴ é um padrão, em que as quatro possíveis crianças seguiriam a regra de uma criança de pele clara, duas mestiças, e uma de pele escura. Em vez

73 “o resultado é invariavelmente o seguinte: em uma família de quatro filhos, dois deles serão mestiços em cor e aparência, assim como seus pais mestiços, e continuarão a ter filhos da mesma maneira como se fossem verdadeiros meia-casta; o terceiro será preto, revertendo aos avós totalmente pretos, e terá filhos da mesma maneira como se ele fosse um verdadeiro preto. O quarto será um branco, ou melhor, na prática ele é um branco salpicado de preto que, em geral, gera filhos brancos caso se una tanto com outro branco gerado por pais mestiços como ele quanto com um branco verdadeiro. O resultado da união de um mestiço com mestiço é perpetuar a linhagem mestiça na proporção de um preto e dois mestiços para um branco. Ou seja, a linhagem branca tem apenas um quarto de chance de sobrevivência. Certamente, pode acontecer que o primeiro e único filho nascido da união seja o branco, mas é uma chance arriscada a tomar.” (tradução minha)

74 Significa portar um par de genes em que um é dominante e o outro é recessivo. Para a relação aqui trabalhada, refiro-me a um casal que possui, cada um, um gene que caracterizaria baixa produção de melanina e outro que caracterizaria certa concentração de melanina.

de ser um padrão, esta razão é uma estatística, que significa que existe 50% de chance de nascer uma criança mestiça e 25% de chance de nascer uma criança de pele clara ou escura, repetindo esta probabilidade a cada tentativa. Apesar da confusão sobre a lei de Mendel, ela se apresentou nos debates da Comissão como uma oportunidade de engenharia social sem enfrentar resistência de quem se recusa a união de mestiços com brancos. Se Neville tem resolvido este engano teórico não se sabe, mas ele por sua vez reafirma uma política de regulação sexual que busque não aumentar a população negra no território. Contudo, como vemos a seguir, seu maior esforço se desloca pelo afrouxamento da resistência do público branco sobre o projeto de união de mestiços com eles.

O caráter eugenista, em “contradição” (como outrora discutido, apenas em nível discursivo) à noção de uma humanidade universal, transparece na escolha de Neville em enunciar uma política de controle sexual como em benefício de “nossa raça” (*our race*), em vez de sociedade, comunidade ou afins. Seja por opção ou deslize, se apresentou não mais como uma autoridade “protetora” dos aborígenes, mas de sua própria “raça” pela função de garantir o projeto de uma Austrália branca, sobretudo quando conclui em seu parágrafo que não é de interesse do projeto assimilacionista em “voltar a ser negro” (*back to the black*) e que o resultado esperado seja a extinção destes “sangue puro”. Não obstante a que “raça” respondeu como autoridade, Neville segue seu discurso assumindo sua imagem como tal, como quando observamos a forma com que instrui a regulação sexual dos negros de forma imperativa, a exemplo do uso do verbo modal “should” ou da expressão adverbial “be rigidly excluded” (ser rigidamente excluído), transcodificando, portanto, em seu *ethos* de autoridade.

Mais adiante, Neville elabora seu argumento a respeito da união “inter-racial” entre mestiços e brancos. Antecipando um possível contra-argumento de parte de seu auditório, Neville se apresenta de acordo com a ideia contra relações entre raças indiscriminadamente, para que em seguida aponte uma exceção desta regra em favor de sua política: a aproximação destes mestiços em questão tanto em nível social quanto biológico. O nível social está implicado em “associação”, o fato de os mestiços já estarem a par da sociedade ocidental ainda que às margens conforme ele vem desenvolvendo em sua obra, enquanto que o viés biológico se apresenta sobre a “ancestralidade”, baseada na teoria proto-caucasiana a que ele descreverá mais a frente no livro.

Como já vem sido trabalhado, Neville tem a intenção de convencer os australianos a deixar ideais segregacionistas e que não tenham resistência para as relações com os mestiços

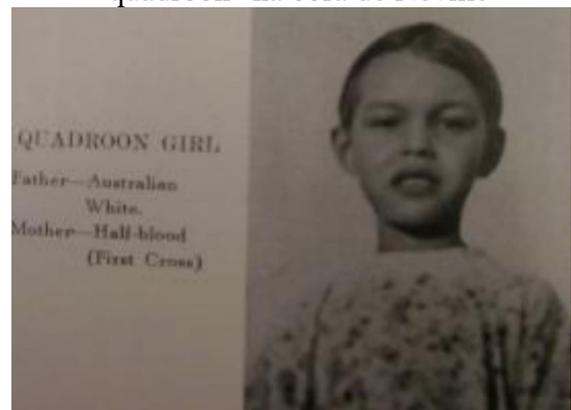
em fase de assimilação. Pat Jacobs aponta, ao longo da biografia, que a crítica de motivar que brancos se casem com aborígenes é uma das que o burocrata recebia durante a sua carreira. A estratégia discursiva que ele constrói no fim de seu enunciado, nesse caso, não se apoia em provocar uma adesão afetiva de solidariedade como foi feito no início de seu livro, mas em apresentar os mestiços de quem ele fala com características físico-comportamentais semelhantes das de um cidadão branco comum, com intenção de provocar um sentimento de identidade no leitor para com os mestiços.

Logo, são dadas diferentes ordens de caracterização. Com auxílio de fotografias, Neville atribui a uma moça (*maiden*) [Figura 7] caracteres comportamentais qualificados como bons de uma mulher comportada e obediente, a uma garota “quadroon” [Figura 6] características físicas consideradas superiores como a coloração, os olhos azuis e cabelos loiros. Levando em conta estas atribuições, comprovadas com as fotos, Neville conclui que o que resta é “elear estas pessoas” (*elevate these people*) para resolver “nosso” (*our*) problema.

Figura 7 – Fotografia de Neville como prova de sucesso da absorção



Figura 6 – A apresentação de uma “quadroon” na obra de Neville



Fonte: NEVILLE, A. O. *Australia's Coloured Minority*. p. 133, 131

Todo esta última parte do enunciado merece atenção. Começando com as fotografias, R. Dorgelo chama atenção para as legendas e de como elas são explicitamente limitadas (DORGELO, 2007: 63). Trabalhando em cima da obra de ficção *Benang: From The Heart* (1999) de Kim Scott, ela observa como o escritor, descendente dos povos Noongares, faz crítica a frieza com que Neville documenta estes personagens. Estas pessoas de quem ele tirou as fotos não tem nome ou identidade, e contraditório ao discurso de torná-las “verdadeiras cidadãs” australianas pela comunidade branca, elas são descritas somente por sintagmas nominais que respondem a sua classificação racial, como *quadroon girl*, *near-white girls*, etc.

Das descrições físicas, é esperado o caráter eugenista com que as características europeias sejam dadas como algo positivo. O que merece mais atenção, por outro lado, são os atributos comportamentais, pois assim como Neville quis demonstrar a impressão de qualidades físicas europeias nos mestiços como sinal de “evolução”, espera-se que as qualidades comportamentais também sejam para argumentar a impressão da “raça branca” nos mestiços. A descrição que ele fez a uma das pessoas opera com características comportamentais na ordem de habilidades de sociabilização, concluindo que a moça em questão tem a habilidade de ser uma figura agradável dentro da comunidade. E tendo em vista que estas características não são esperadas, pois é por isso que elas são recursos retóricos de exemplificação/demonstração para convencimento do projeto de assimilação, significa que há um conteúdo pressuposto⁷⁵ para a representação dos aborígenes como um todo. Este conteúdo é compreendido entre Neville e seus interlocutores através do que o filósofo Kwame Appiah chama de racismo extrínseco:

Os racistas extrínsecos fazem distinções morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. A base da discriminação que os racistas extrínsecos fazem entre os povos é sua crença em que os membros das diferentes raças diferem em aspectos que justificam o tratamento diferencial; aspectos – como a honestidade, a coragem ou a inteligência – incontrovertidamente considerados (ao menos na maioria das culturas contemporâneas) aceitáveis como base para o tratamento diferencial das pessoas. (APPIAH, 1997: 33)

O racismo extrínseco é, portanto, uma operação metafórica dos sujeitos, prendendo-os a uma imagem. Ao incorporar as qualidades comportamentais da moça mestiça como traços hereditários do branco, Neville nega estes valores aos aborígenes e automaticamente lhes confere características percebida pela falta dessas primeiras, tornando-os essencialmente incompatíveis para viver com a comunidade branca.

É pertinente observar sobre quais diferentes respostas à tese da não-semelhança do Negro com que Neville se apresenta. Quando Mbembe divide em três os tipos de respostas (MBEMBE, 2014: 150-154), ele as localiza em um contexto histórico determinado mas não significa que existem fronteiras entre cada uma delas. Naturalmente, elas podem coexistir em

⁷⁵ É necessário reiterar que se entende como pressuposto qualquer informação trazida pela formulação do enunciado sem que ela tenha sido abertamente posta, e cujo reconhecimento dele está inscrito na língua (OLIVEIRA, 2013: 194)

um contexto sócio-histórico, bem como em um único discurso como podemos ver em *Australia's Coloured Minority*.

Observando Neville, sua política de absorção parte das teorias do século XIX de renegação física e moral dos Negros, razão pela qual entende que somente extinguindo a cor negra de seus descendentes é possível que a futura geração se assimile à sociedade. Este posicionamento se aproxima à primeira resposta a respeito da não-semelhança do Negro: a da diferença fundamental.

Por outro lado, sua mesma política caminhava contra a direção da segregação dos mestiços; contra-argumentando que, ao contrário da ideia de que eles sejam produtos da degenerescência da raça como na teoria de Gobineau (HAEBICH, 2000: 134), a “raça” aborígene australiana tem maior relação caucasiana, de maneira que seria seguro do risco de atavismo a política de embranquecimento. Além disso, a política de assimilação proposta ainda prevê a prática de institucionalização dos mestiços como método de preparação dos indivíduos, a fim de extinguir a cultura herdada e de introjetar valores e costumes ocidentais. Por este espectro, aproxima-se da terceira resposta: a de assimilação, propriamente dita.

Em resumo, pudemos ver uma série de contradições dentro do discurso de Neville: humanidade universal *versus* diferença fundamental; teoria mendeliana *versus* fixista; viés social *versus* biológico. A forma com que o autor inscreve estas diferentes ideias mostra como que a década de 1940 em sua trajetória é atravessada por racionalidades que ora se inibem, ora se justapõem. Além do contexto, compreende-se também a importância atribuída ao gênero do discurso – um livro de ampla divulgação – e à cenografia – a postura que o locutor assume diante de seu público.

A respeito do contexto, lembremo-nos que o ano de 1940 marca a aposentadoria de Neville. Este decidiu escrever seu livro após o fim de seu serviço, cuja experiência é considerada, por Pat Jacobs, como cheia de frustrações pois, ainda que o ex-protetor fosse reconhecido pela sua competência no campo administrativo, não mudou o fato de que trabalhou em um subdepartamento com baixo orçamento. Soma-se a isto com o desvanecer do projeto de embranquecimento com o pós-guerra, e em seu lugar tem-se promovido o projeto de assimilação tal como propunha Elkin. Neste quadro, Neville defendia seu projeto de absorção diante de um auditório compósito: com ideais segregacionistas a que precisava convencer da convivência com mestiços; alheio a administração dos aborígenes a que gostaria de convencer sobre a importância de maior investimento e centralização das instituições; com

ideais humanitários a que interessa que vejam seu projeto de absorção como uma medida protetiva e benéfica aos aborígenes, etc.

A própria presença do auditório compósito para Neville certamente favoreceu sua escolha em articular ideias contraditórias entre si, mas cuja operação se realiza com algum equilíbrio. Ademais, a cenografia que Neville articula é a de uma autoridade experiente – mas cujo exercício em sua obra não ultrapassa ao da garantia de sua legitimidade no discurso através de um *ethos* prévio – enquanto também se propõe em posição horizontal com os seus leitores, de um cidadão branco que possui um dever moral em prestar assistência aos “coloured people”.

É sobretudo devido a esta cenografia que o livro de Neville se distingue do de Elkin, uma vez que este último se propõe como um antropólogo em exercício de sua função, razão pela qual não se encontra apelos emocionais, anedotas ou analogias como se permite Neville – ou pelo menos, não na mesma frequência. Mesmo sobre outra cenografia e sobre outro gênero discursivo – mais nichado, voltado a um público mais especializado em assuntos aborígenes, sobretudo aos administradores –, Elkin não deixa de buscar uma adesão de seu público a sua tese, porém a forma de guia com que seu livro foi construído faz com que as estratégias argumentativas mais presentes se dispersem pela modalidade injuntiva⁷⁶ que domina a obra. Na próxima sessão, portanto, conciliaremos o discurso de Elkin em seu livro com o de seu outro artigo, na condição de que se tratam do mesmo argumento.

3.4 “SABEMOS O QUE QUEREM/PRECISAM”

Em ambas as obras é possível perceber a necessidade da voz aborígene para garantir maior legitimidade de seus projetos. Esta voz, no entanto, é vaga e sem corpo, ou seja, está ausente de alguém – uma personalidade, um nome ou sequer uma atribuição genérica – que a assuma. O fato de ser evocada pelos próprios locutores, que conhecida sua autoridade de quem lida com os aborígenes, já garantiria para o leitor a indubitabilidade em ser verdadeira. A seguir, acompanharemos a maneira com a qual ambos locutores fizeram uso da voz aborígene como a favor dos projetos de absorção e assimilação.

⁷⁶ Expressa pelo imperativo, a modalidade injuntiva tem como função básica dar instrução a uma ação. Normalmente, ela é caracterizada por não ter força persuasiva (PERELMAN, 1996: 179)

No segundo capítulo de *Citizenship for the Aborigines*, onde apresenta os princípios com os quais se fundamenta o projeto de assimilação, Elkin se pronuncia sobre a segurança que se deve oferecer aos aborígenes durante a transição para a cidadania. A respeito das reservas indígenas como bases de preparação para esta transição, diz:

The preservation of Aboriginal culture in its pre-European form, even in the isolated regions, is impossible, and policies which emphasize segregation with this end in view are one hundred and fifty-six years out of date. The Aborigines will not be segregated, that is, insulated, from the white man and his culture. They are attracted to us, and curiosity leads to dependence on us, and to modification, often drastic, of their own culture.⁷⁷ (ELKIN, 1944: 37-38)

Assim como Neville, faz objeção à ideia de segregação, e a assertividade em colocar a assimilação como a única via para a relação com os aborígenes é presente em diversas formas. Desde a consideração evolucionista segundo a qual a cultura aborígine se apresenta como uma forma “atrasada” rumo ao modelo europeu, até a ideia de que eles já são interessados pela sociedade ocidental, Elkin se refere às condições dos aborígenes como em um caminho ininterrupto e irreversível. Diante deste enunciado, nos interessa sobretudo o que ele diz sobre a atração dos povos aborígenes pela sociedade ocidental, razão pela qual se cria uma relação de dependência e por consequência uma mudança drástica em sua cultura. Este fenômeno de atração é presente mesmo em outras produções do autor, a fim de explicar que, mesmo que se opte por deixá-los a sós em sua comunidade, os aborígenes ainda sustentarão o contato intercultural haja vista que são atraídos “como moscas ao mel” (ELKIN, 1937: 469. tradução minha).

A atração dos aborígenes ao mundo ocidental aparece como algo particular de sua natureza, como figuras ingênuas e invejosas. De fato, a presença do comportamento e ambição dos aborígenes nos enunciados do antropólogo pode mostrar como estes desempenham função para o discurso assimilacionista, ainda que a contragosto deles. Todavia, é preciso que façamos uma leitura extemporânea ao da de Elkin a fim de compreendermos do que de fato se trata essa inveja do colonizado.

⁷⁷ “A preservação da cultura aborígine em sua forma pré-europeia, mesmo em regiões isoladas, é impossível, e as políticas que enfatizam a segregação com esse fim em vista estão desatualizadas cento e cinquenta e seis anos. Os aborígenes não serão segregados, ou seja, isolados, do homem branco e de sua cultura. Eles são atraídos por nós, e a curiosidade leva à dependência em nós e à modificação, muitas vezes drástica, de sua própria cultura.” (tradução minha)

Há diversos tipos de espaços ocupados pelos diferentes povos nativos, segundo Elkin: isolados da sociedade branca, nômades ou não em uma região determinada; próximos de fazendas; dentro de reservas preparadas pelos governos ou missões; ou, por fim, às margens no meio urbano. Seja qual for este espaço, a relação dos aborígenes com a sociedade branca é a de um mundo colonizado cuja característica é a de um “mundo cindido em dois” (FANON, 1968: 28). A desproporção entre as duas zonas, a do colonizado e a do colonizador, é tamanha de modo que seria difícil não percebê-la. As condições materiais, a estrutura dos ambientes, a atribuição moral conferida a estes. Em qualquer aspecto a se comparar, o mundo do colonizado será apreendido como um espaço de anomia, enquanto que o do colonizador será sentido como melhor, não somente em razão das estruturas ali presentes, mas também pelo empreendimento do colonizador em promover a “ideologia da separação” (MBEMBE, 2014: 148) sobre ele:

E Tocqueville explica: “De maneira nenhuma lhe fechamos as portas do Céu; mas dificilmente, no entanto, a desigualdade acabará à beira do outro mundo. Quando o Negro morre, lançam-se os seus ossos para longe, e até na igualdade da morte observamos a diferença de condições” (TOCQUEVILLE, 1981: 427 *apud* MBEMBE, 2014: 148-149)

Esta cisão realizada pelo mundo colonial, portanto, não é ao acaso ou algo que somente satisfaça os caprichos do colonizador. A atribuição da diferença para com o colonizado expande o nível de mera abstração ou efabulação e atinge a materialidade no controle físico e geográfico, inscrição (territorialização) que seja a “matéria-prima da soberania e da violência”, que por sua vez relega “o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2016: 135). O colonizado, certamente, não está alheio a este vislumbre, mesmo porque é de interesse do colonizador que esse reconheça seu lugar. Neste modelo que simboliza sua perda de soberania e atribui ao seu valor como descartável, o sentimento do colonizado é claro:

O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Tôdas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher dêste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar,

constata amargamente mas sempre alerta: “Êles querem tomar o nosso lugar.” É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono. (FANON, 1968: 29)

Voltando ao discurso de Elkin, ele utiliza da ideia da ambição dos aborígenes aos bens do colono para significar que esta é a razão pela qual estes mesmos têm interesse na assimilação, em participar do proveito dos privilégios e recursos – ainda que estes tenham uma vez sido tirado deles. De outra forma, Neville também busca a ferramenta do desejo dos aborígenes em participar do projeto de absorção, contudo de maneira mais abstrata, sem recurso a um lugar-comum como fez Elkin, e mais radical – afinal, não são nativos com desejo em se juntar aos privilégios do homem branco, mas a favor do processo de remoção.

No fragmento textual apresentado na Figura 8, Neville elabora mais sobre a necessidade da separação das crianças de seus pais. Em resumo, a justificativa para que elas sejam separadas é para o maior sucesso do projeto assimilacionista, pois os pais desconstruiriam o trabalho realizado nas crianças, ensinando-lhes comportamentos e filosofias incompatíveis com a comunidade branca.

Figura 8 – Discurso de Neville para adesão ao projeto de remoção infantil

<p>Until children are taken from such indifferent environment and trained apart from their parents, no real progress towards assimilation is to be expected, because so many factors, including the character of the people themselves, make it impossible. You will have a struggle to get the children away, even though the parents will be on hand to see them daily if they wish, but believe me, they will thank you in the end, as I have been thanked by parents who resisted me almost to fighting point when I removed some lovely youngster</p>	<p style="text-align: center;">AUSTRALIA'S COLOURED MINORITY 177</p> <p>from their doubtful care to place it in the Kindergarten to commence its upwards journey through life. Once a child is removed it must never return to live with its parents within the settlement ; if it does, all the good work already accomplished will be undone. Later in life it will see the difference for itself. We have to bear in mind that the process does not need repeating ad infinitum ; the child removed to-day will be the parent of to-morrow, and will itself as a result of training and experience be better able to bring up its offspring than its parents were. You must for a generation or more pursue this course if you are to do any good.</p>
--	--

Fonte: NEVILLE, A. O. *Youth, Work and Wages*. In: *Australia's Coloured Minority*. pp. 176-177

No meio do primeiro parágrafo, Neville parece dialogar com o leitor, aconselhando-o para os desafios e recompensas que ele supostamente terá ao retirar as crianças de seus pais. Novamente através do recurso de enálage da pessoa, busca-se a comunhão com o auditório convidando-o a se colocar no papel ocupado por ele enquanto Protetor. Neste cenário, ele coloca o leitor dentro da ilustração sobre a tenacidade a que se deve ter para remover as crianças, buscando uma eficácia retórica tanto pelo papel mesmo da ilustração – de aumentar

a presença, de dar uma imagem à abstração e de provocar uma repercussão afetiva (PERELMAN, 1996: 410) – quanto pela estratégia de comunhão dentro da qual o leitor assume a função do ex-protetor, encarregado de tirá-las de “cuidados duvidosos” (*doubtful care*).

Neville simula um amparo ao leitor enquanto este está dentro do cenário em que ele assume a função de Protetor dos Aborígenes, trazendo sua própria experiência como prova de que o resultado é recompensador vez que, em via de regra, os aborígenes reconhecerão futuramente o propósito e o valor da remoção. Desta feita, tanto se busca uma afeição do leitor em uma lógica espelhada – ao amparar o leitor enquanto este é assumido como protetor, em reflexo a imagem de si é enaltecida – quanto reitera sua posição social para legitimar sua tese, usando de uma experiência particular que o empregue em seu *ethos* prévio de uma autoridade experiente nos assuntos aborígenes. Logo, Neville aposta na produção de sua *areté*, em “se apresentar como um homem simples e sincero” (AMOSSY, 2008: 32), como prova suficiente para a validade do testemunho dos fatos.

Em última análise, a defesa da prática de remoção, além de apoiada pelo pseudodiscurso⁷⁸ aborígene, se sustenta pelo lugar da ordem. Mais especificamente, pelo projeto de absorção de Neville se orientar pelo resultado a longo prazo, nas futuras gerações, se afirma pela superioridade do fim a se buscar em comparação com o meio a que se funda a prática. Por esta razão, as motivações do burocrata para a remoção se reduzem a uma especulação, porém em tom assertivo como “ela [a criança] verá a diferença por ela mesma” (it will see the difference for itself).

Ambos os autores, conforme podemos observar, sentiram necessidade de encontrar no aborígene a própria referência de legitimidade de suas respectivas políticas, mesmo se esta presença não seja de justa representação de suas opiniões. Não significa que a imagem dos aborígenes surgiram somente como validação, porque também surgem como adversas a proposta do colonizador, seja como Elkin observou das atitudes “semi-desafiadoras” e “desqualificadas” tratado anteriormente neste trabalho, ou seja por uma resistência não notada pelo próprio autor. Esta última foi bem identificada por R. Dorgelo, que observou que enquanto Neville entendia como uma simplicidade da mentalidade do nativo, ele mesmo

78 Significa atribuir ficticiamente palavras a alguém. Sua força argumentativa é discutida principalmente em sua forma de discurso direto, cujo efeito é de proporcionar a presença (PERELMAN, 1996: 200)

descrevia uma atitude de resistência às práticas religiosas impostas (DORGELO, 2007: 37-38):

I turned to my native companion and suggested that as it was the hour of evening prayer he might feel like stopping for a moment to continue the practice learned at the Mission. His answer was brief and to the point: “No damn fear, Boss; I’m not at the mission now.”⁷⁹.(NEVILLE, 1947: 117)

Por outro lado, maiores presenças de resistência dentro do discurso de ambos os autores não são encontradas comumente. De todo modo, considera-se importante, neste trabalho, encerrar com o papel de figuras contrárias a determinadas práticas defendidas pelos autores na configuração discursiva destes mesmos. Certamente não preenche a lacuna deste trabalho em narrar apropriadamente a história colonial australiana sob o olhar do colonizado, mas atende a mínima responsabilidade no exercício do historiador em narrar que nenhuma dominação colonial aconteceu sem conflito.

3.5 REPOSTA À RESISTÊNCIA

O último tópico trabalhado é em relação às resistências na trajetória dos autores de maneira que elas mesmas se tornaram importantes para eles a ponto de ter de responder em suas obras. Não me refiro às resistências do público comum esperado pelas respectivas obras, que já observamos possuir diferentes valores – indiferença à situação aborígine, segregacionismo e aversão à união inter-racial, por exemplo – com os quais cada um dos autores buscaram estratégias para que aderissem às teses deles. Em vez das deste público, é deslocada a atenção para resistências de quem ameaça os projetos de cada uma dessas autoridades.

A respeito de Elkin, já discutimos como que o próprio gênero do discurso trazia menor espaço para estratégias argumentativas, principalmente devido o maior recurso à modalidade

⁷⁹ “Eu me virei para meu companheiro nativo e sugeri que, como era a hora da oração da noite, ele pode sentir vontade de parar por um momento para continuar a prática aprendida na Missão. Sua resposta foi breve e direta: ‘Sem medo, chefe; Não estou na missão agora.’” (tradução minha)

injunta. A forma mais característica com que o antropólogo mencionou os aborígenes já foi vista aqui como uma breve alusão de suas demandas: de que o governo deveria dá-los “isso ou aquilo” (ELKIN, 1944: 39). E mesmo este enunciado atribuído aos aborígenes é de difícil verificabilidade, pois os estudos que baseiam este trabalho não documentam análoga manifestação dos aborígenes como a que pronuncia o locutor. Ao invés disto, a demanda conhecida aponta para o sentido contrário ao da proposta de maior intervenção do Estado sob a forma de assistencialismo.

Um bom exemplo é um personagem que questionava as políticas propostas por Elkin, a partir da segunda metade da década de 1930. Bill Ferguson⁸⁰ foi um ativista mestiço apoiado por setores da Associação para a Proteção de Raças Nativas⁸¹ e gerenciou um grupo de pressão para reclamar a favor da cidadania completa, direito ao voto e à participação dos aborígenes nas políticas que lhes dizem respeito (WISE, 1985: 99). Para Ferguson, o ideal seria a retirada do controle sobre os aborígenes:

‘Listen to the voice of the Aborigines themselves...’ ‘There is no need for anthropologists, clergymen and police to look after us specially’ ‘We have been for too long the victims of missionaries, anthropologists and comic cartoonists.’ (...) ‘we are not an inferior race, we have merely been refused the chance of education that whites receive’.⁸²(Abo Call, 1938 *apud* WISE, 1985: 127)

Elkin, por um lado, tem em seu projeto algumas das demandas de Ferguson: a autodeterminação, a cidadania completa, o direito ao voto, a participação dos aborígenes na política e educação. A divergência entre os dois se concentra no tempo, haja vista que Elkin considerava que os pedidos de Ferguson eram prematuros (WISE, 1985: 99), e futuramente em seu guia ele descreveu com rigor as etapas para se atingir estes objetivos.

80 A biografia de Ferguson, sem dúvida, inspira as narrativas de resistência. Porém, escaparia do propósito desta pesquisa se aprofundássemos sobre a agência deste personagem, portanto é deixado a seguir referências quanto as suas produções. Cf. PATTEN, John (ed.). *The Australian Abo Call*, no. 1. Sydney. April 1938; PATTEN, J.T.; FERGUSON, W. *Aborigines Claim Citizen Rights! A Statement of the Case for the Aborigines Progressive Association*. Sydney: The Publicist, 1938.

81 *Association for the Protection of Native Races* (APNR)

82 “‘Escute a voz dos próprios aborígenes ...’ ‘Não há necessidade de antropólogos, clérigos e policiais cuidarem de nós especialmente’ ‘Nós temos sido, por muito tempo, vítimas de missionários, antropólogos e cartunistas.’ (...) ‘não somos uma raça inferior, apenas nos foi recusada a oportunidade de educação que os brancos recebem’.” (tradução minha)

Apesar da figura de Ferguson, sabe-se que suas pautas não são categóricas a todos os povos aborígenes, da mesma forma com que também não é assumida a alusão de Elkin referida anteriormente. Em todo caso, não foi percebida uma interlocução do antropólogo com o ativista em *Citizenship for the Aborigines*, ao passo que outros sujeitos e associações pela causa aborígene também não foram identificados, a que se acredita ser pelo propósito mesmo do guia. Logo, não significa que não houve resistência, e por esta razão coube apresentar brevemente uma relação dela com o autor.

Neville, por sua vez, desempenha um trabalho argumentativo mais claro em relação aos seus opositores, tanto devido a cena genérica de seu livro quanto pela intenção mais incisiva não de instruir, mas de persuadir a favor de seu projeto de absorção. Na sequência, abordaremos sobre a resposta de Neville às críticas contra a remoção infantil, mas antes que o façamos, considera-se interessante conhecer melhor esta oposição. Por se tratar de entidades diversas, contudo, opta-se apresentar a oposição à remoção infantil através de uma figura sinédouca, assim como Neville o é para a prática de remoção: a rivalidade de Mary Montgomery Bennett.

A década de 1930 foi marcada por uma série de contestações sobre o tratamento dos aborígenes no debate público em comparação com os anos anteriores, conforme as condições dos nativos pioraram com a Depressão ao passo que também se acumulavam apoiadores para a sua causa, dentre eles a Sra. Bennett (HAEBICH, 2000: 274). Membro ativo da Liga da Comunidade Britânica⁸³ e da Sociedade Antiescravagista e de Proteção aos Aborígenes⁸⁴, ela contribuiu em estabelecer vínculos com as organizações australianas enquanto mantinha fluxo de informações com a Inglaterra (*idem*: 328), e cujo poder no campo da comunicação extrapolava o de Neville, sendo esta a razão pela qual se tornou um dos maiores obstáculos do Protetor-Chefe até o fim de sua carreira:

Her links with the British Commonwealth League and the Women's Movement put her in touch with the Women's Service Guild in Perth and the members, who numbered Perth's leading professional and socially prominent women, welcomed Mrs Bennett. (...) There was a dramatic edge to Mrs Bennett's rhetoric which

83 *British Commonwealth League* (BCL)

84 *Anti-Slavery and Aborigines Protection Society* (ASAPS)

captured the public's imagination in a way that Neville's more restrained approach had failed to do.⁸⁵ (JACOBS, 1990: 201)

Das denúncias feitas por Bennett, nas quais se incluem escravidão na indústria pastoral e tratamento abusivo, a remoção infantil fez parte de seu repertório em se posicionar contra a gestão de Neville. Representante da Associação de Serviço da Mulher⁸⁶ na Comissão de Moseley, seus ideais feministas a favor dos direitos da mulher aborígine basearam seu posicionamento contra a remoção, percebendo o sistema como desumano em sua “selvageria para com mulheres e crianças” (JACOBS, 1990: 234-235). Além da Comissão, Neville foi confrontado por Bennett constantemente durante os anos 30, provocando inquietações pelo que sentia ser uma tentativa de usurpação de sua autoridade (*idem*). A partir da compreensão sobre a forte presença da crítica à remoção no período final da carreira de Neville, podemos enfim analisar a forma com que ele a responde a seguir.

No recorte apresentado na Figura 9, Neville responde à crítica de separar crianças de seus pais. Ele localiza este discurso como um obstáculo através do uso figurado da expressão “stumbling blocks”, a que a tradução mais próxima, embora não literal, seria “pedra no caminho”. O caráter polifônico com que ele enuncia e dialoga com o ponto de vista em questão é de uma postura que não somente o distancia do enunciador que evoca, como a trata como enfadonha, tanto para si quanto para o que sugere ser para os locutores – vez que sustenta a comunhão pela enunciação em 1ª pessoa do plural.

85 “Seus vínculos com a Liga da Comunidade Britânica e o Movimento das Mulheres a colocaram em contato com a Associação de Serviço da Mulher em Perth e os membros, que incluíam as principais mulheres profissionais e socialmente proeminentes de Perth, deram as boas-vindas à Sra. Bennett. (...) Havia um tom dramático na retórica da Sra. Bennett que capturou a imaginação do público de uma forma que a abordagem mais contida de Neville falhou em fazer.” (tradução minha)

86 *Women's Service Guild*

Figura 9 – Discurso de Neville em defesa à crítica contra o projeto de remoção

One of our chief stumbling blocks is the view-point that children ought not to be taken from their parents. Our easy-going, oft-times sentimental attitude towards the semi-civilized natives has hitherto blinded us to the fitness of things, or maybe it is until recently we have never had to consider their future in the light of regarding them as humans like ourselves ; rather have most of us looked at them in the detached fashion of those who gaze at caged monkeys in a zoo.

If we find white families living under the deleterious conditions in which our coloured people mostly live we hasten to hail them before the Children's Courts charging the parents with neglect of their offspring and the children with being "neglected children", or take some other drastic steps to remedy matters. But it is not so often so in the case of our coloured friends – perhaps we feel that some cost would be attached to such a course, and that would be unwarranted in the case of people who are "just natives", so we mostly leave them alone, and the children become poor imitations of their parents. If, however, we cannot tolerate such conditions amongst our own folk, why should we tolerate them amongst our coloured kin?

Fonte: NEVILLE, A. O. *Youth, Work and Wages*. In: *Australia's Coloured Minority*. pp. 168

Seu primeiro rebate a este ponto de vista se configura através de uma atribuição de valor a ela, tratando-se de uma atitude sentimental e “relaxada/frouxa” (*easy-going*), que “cega” (*blinded us*), aleija e atrapalha na adequação administrativa ao problema. Neste primeiro raciocínio, Neville incorpora um *logos* pragmático, em que o valor prático e objetivo de uma ideia é maior do que a carga subjetiva sobre ela. Esta operação contribui com o propósito de ressignificação do *ethos* do orador, que no lugar de insensível aos aborígenes, Neville se coloca como um agente responsável e prático, coerente em sua posição de administrador, figura sobre a qual se espera atuar mais pela lógica do que pela emoção.

Em sequência, mais uma vez o locutor sustenta sua tese pelo seu valor no futuro, segundo a ideia de que tanto é válida uma ação se ela reflete em bons resultados no futuro. É sob esta mesma lógica que Neville busca utilizar da própria proposição dos adversários – em não praticar a remoção em respeito ao sentimento dos aborígenes – contra seu próprio ideal humanitário, estendendo o caso para algo que escapou à atenção deles, ação estratégica que coloca em evidência as incompatibilidades (PERELMAN, 1996: 230).

Neville elabora uma retorsão⁸⁷ complexa para contra-argumentar as críticas porque ela se realiza na disputa dos lugares-comuns em que se baseiam as duas teses, a que podemos

87 Entende-se como retorsão “um argumento que tende a mostrar que o ato empregado para atacar uma regra é incompatível com o princípio que sustenta esse ataque” (PERELMAN, 1996: 231).

perceber através da reconstrução do entimema⁸⁸ de ambas elas. A proposição dos adversários de Neville não é desenvolvida claramente em sua argumentação mas que é esperada ser conhecida pelos leitores, com que podemos fazer a seguinte aproximação lógica: “qualquer ação que provoque sofrimento humano é inválida” (premissa maior); “a remoção infantil provoca sofrimento aos aborígenes” (premissa menor); “logo, a remoção infantil é inválida” (conclusão). Neville, por sua vez, confronta este raciocínio ao adicionar o elemento do “futuro” à ética humanitarista com que se baseiam seus adversários, fundamento dentro da qual os contra-ataca, com a seguinte formulação: “são humanitárias filosofias que consideram o futuro das pessoas” (premissa maior); “as críticas à remoção não consideram o futuro dos aborígenes” (premissa menor); “logo, as críticas não são humanitárias” (conclusão).

A reformulação lógica de Neville disputa, portanto, pelo que se entende como humanitário, elemento basal para acusar seus críticos de incompatibilidade em seus discursos. Esta condenação traz possibilidade de atribuir a crítica na qualidade de absurdo⁸⁹, objetivo reforçado pelo apelo ao “ridículo”, associando o olhar dos adversários aos aborígenes como quem olha macacos no zoológico. Nesta comparação, o objetivo de Neville em deturpar seus críticos atinge um alto nível de força argumentativa se considerarmos o papel do “ridículo” como poderosa arma na argumentação:

O ridículo é a arma poderosa de que o orador dispõe contra os que podem, provavelmente, abalar-lhe a argumentação, recusando-se, sem razão, a aderir a uma ou outra premissa de seu discurso. É ela, também, que se deve utilizar contra os que se atreverem a aderir, ou a continuar a adesão, a duas teses julgadas incompatíveis, sem se esforçarem em remover essa incompatibilidade. (PERELMAN, 1996: 234)

Adiante em seu discurso, o recurso à ideia de isonomia dos aborígenes com a população branca, propondo uma simulação de inversão de condições, já foi suficientemente discutida neste trabalho. Em vez disso, concentremos nossa atenção a forma com que Neville dirige aos nativos com termos menos técnicos e mais amistosos. Os termos “amigos de cor” (*coloured friends*) e “parentes de cor” (*coloured kin*) dão uma mesma adesão afetiva de

⁸⁸ Tendo o silogismo como uma construção lógico-discursiva composta por duas premissas e uma conclusão, o entimema é a sua forma “truncada” (AMOSSY, 2020: 140). Sobre a reconstrução dos entimemas na análise argumentativa, Ruth Amossy dedica um capítulo para a discussão do método. Cf. AMOSSY, 2020, pp. 137-168.

⁸⁹ Possibilidade diante da incoerência posta em cena (PERELMAN, 1996: 221)

confraternidade, dispostos em um momento do discurso do orador no qual se tornam reforçadores da imagem que Neville disputa com os seus críticos: o *ethos* humanitário.

Nesta ocasião, torna-se oportuno nos deslocarmos do texto de análise para discutir sobre este emprego discursivo mais genérico em que tanto Neville quanto Elkin faz uso: os modalizadores apreciativos direcionados aos mestiços. Frequentemente, ambos os autores os representam por um adjunto adnominal formado, necessariamente, pelo adjetivo “de cor” (*coloured*), complementando com algum substantivo de carga afetiva ou neutra, a que temos, além de “amigos” (*friends*) e “parentes” (*kin*), outros como “minorias” (*minority*), “pessoas” (*people*), “irmãos” (*brethren*), “gente” (*folk*) e, em especial, “cidadãos” (*citizens*).

A denominação “de cor”, portanto, torna-se um estigma sob o qual o aborígene não se desvencilha, tornando-se mais um paradoxo do projeto de absorção e assimilação: diz-se que o mestiço pode ser absorvido/assimilado, ao passo que nunca poderá sê-lo completamente enquanto a sua cor o acompanha. Respondendo a leis diferentes das dos brancos, controlados por departamentos particulares, os mestiços não fogem à ordem da “lógica do recinto fechado”, em que divisões e hierarquias dentro da população se operam pelo signo da “raça” (MBEMBE, 2014: 71). Não importa qual status elevado se atribui ao mestiço, nele a lógica da raça se sustenta com o racista reconhecendo a humanidade “não naquilo que o faz a mesma coisa que os outros, mas naquilo que o distingue deles” (*idem*: 73).

Soma-se a isto a própria maneira como as autoridades tomam os aborígenes e/ou os mestiços como objeto de discussão. Com os aborígenes não participando do auditório esperado de ambos os autores, não somente em seus livros a que fizemos maior análise como também amplamente em suas demais publicações, esses também não são alvos de interlocução, e a sua forma principal dentro do discurso é a de objeto sobre o qual se discute as políticas que lhes dizem respeito. Desta forma, comumente os discursos são trabalhados com dois agentes como entidades únicas e distinguíveis: as figuras de “nós” e “eles”.

Numa outra perspectiva, esta dicotomização se opera dentro do discurso liberal de homogeneização da população. É como a filósofa Chantal Mouffe discute em seu livro *The Democratic Paradox*, onde retoma as discussões de Carl Schmitt para observar que a própria lógica democrática opera com a mesma distinção entre “nós” (quem pertence ao “demos”) e “eles” (quem está fora, os “outsiders”) (MOUFFE, 2000: 43-44), de modo a entender que o universalismo democrático envolve a exclusão do que está fora do “demos”.

Portanto, junto aos valores de aproximação dos aborígenes à sociedade branca para defender a tese de absorção/assimilação, encontram-se lógicas desrealizantes de distância e separação. Contudo, esta inadequação não é um deslize ou uma falha de raciocínio; pelo contrário, é uma estratégia sistemática para a garantia de controle dos sujeitos a serviço da engenharia social. É por esta razão que se torna adequado parafrasear Césaire:

E aí está a grande censura que dirijo ao pseudo-humanismo: o ter, por tempo excessivo, apoucado os direitos do homem, o ter tido e ainda ter deles uma concepção estreita e parcelar, parcial e facciosa e, bem feitas as contas, sordidamente racista. (CESAIRE, 1978: 18)

CONCLUSÃO

Este trabalho se tratou sobre a dominação de corpos dos povos indígenas na Austrália, colocando-os em instituições que os vigiassem, os treinassem e os segregassem, com propósito de lhes retirar de sua terra e de sua cultura. Esta dominação se baseou em assim consideradas políticas de proteção, realizadas uma vez que estes povos minguavam em números pelo território – fosse pelo extermínio direto ou sendo submetidos a condições de vida miseráveis. Ou seja, conferidos a um status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016: 146), as políticas sobre os aborígenes legitimaram seu poder em razão da própria e reconhecida culpa do colonizador, e que portanto deviam ser uma reparação na busca pelo “bem-estar” dos aborígenes.

No entanto, se por um lado os colonizadores se sentiam culpados pela sua história de usurpação, por outro atribuíram aos próprios povos indígenas a “inevitabilidade” dos males que lhe acometeram a partir do primeiro contato: eram povos atrasados, selvagens, incapazes de resistirem ao avanço europeu. Biologicamente determinados ou não, a filosofia do darwinismo social, segundo o qual os europeus acreditavam que a morte dos aborígenes se devia ao fato de serem inferiores à sociedade ocidental, baseou o resgate destes povos a partir dessa mesma diferença ao responder que esta deveria ser extinguida. Portanto, entendia-se que, para conter a violência que a civilização produzia contra o que se diferenciava dela, era necessário diluir essa diferença, “civilizando” os aborígenes.

Em nome da civilização, aplicaram da violência contra o colonizado; violência sobre a qual a ideia de civilização se propunha distinguir. A esta paradoxal agência nomeou-se por atuais estudos sociológicos de “ofensivas civilizatórias”, e neste trabalho se buscou observar a expressão máxima destas aplicações, na forma de sequestros infantis realizadas pelo Estado nas famílias indígenas. Ainda que as demais tecnologias de dominação sobre os aborígenes não sejam de menor importância, o destaque à prática de remoção se deve a sua forte função diante das duas faces do biopoder: ao mesmo tempo em que se opera sobre a vida dos sujeitos – das crianças e das famílias de quem foram tiradas – também se opera sobre a morte dos aborígenes quando entendemos que o objetivo é afastar as crianças de seus laços culturais e, mais radicalmente, sujeitá-las a uma engenharia social de embranquecimento das futuras gerações.

Sob a ordem das políticas de absorção e assimilação, a prática de remoção infantil se tornou sistêmica ao longo do século XX, porém é importante nos perguntarmos sobre o funcionamento dessas práticas para além da compreensão que temos deste período sobre os projetos eugenistas e civilizatórios. Saindo de uma leitura relativamente teleológica, estes ideais se configuraram em uma materialidade, o discurso, cujo espaço de manifestação é essencialmente dialógico e por vezes conflitante. Concentramos, portanto, nas permanências e transformações com que se legitimou este poder na primeira metade do século, haja vista que narrativas sempre foram necessárias para dar sentido à dominação (SAID, 1995), e não poderia ser diferente frente a uma prática de tamanha manifestação do poder do Estado liberal sobre os indivíduos.

Em uma maior delimitação do objeto de pesquisa, foram concentradas análises para as principais obras de duas autoridades que, em alguma medida, protagonizaram a política de absorção/assimilação dos aborígenes na Austrália. No campo burocrático, foi estudada a figura de A. O. Neville, o principal Protetor-Chefe para a configuração da prática de remoção forçada, razão pela qual é um dos primeiros personagens a saber nos estudos sobre as Gerações Roubadas⁹⁰. Em posição distinta, foi estudado também o antropólogo A. P. Elkin, cuja autoridade foi sendo progressivamente reconhecida na opinião pública e atualmente é conhecido como um dos principais arquitetos do projeto de assimilação. As duas obras, da autoria de cada autoridade, foram escritas no início da década de 1940, marcada pela transformação de políticas e consciência coletiva mais indiferentes devido a crise nos anos 30 para um mais amplo e forte interesse pelos aborígenes desde a entrada australiana na Segunda Guerra.

Sob o método da análise do discurso, buscou-se compreender a materialidade das ideologias presentes nas obras estudadas, a forma com que os autores apresentaram seus projetos e o interdiscurso com que operaram. No primeiro capítulo deste trabalho, foram provocadas algumas perguntas sobre as quais se propôs responder através deste método, e desta vez é oportuno que as revisemos como forma de resumir o que foi apresentado ao longo da dissertação.

Não seguindo a uma ordem com que as perguntas foram formuladas, a primeira que se interessa responder é sobre quais formações ideológicas e suas diferentes materialidades se ancorou o projeto de remoção forçada. As ideologias mais consideradas neste trabalho se

90 Termo que se refere às pessoas que foram levadas de seus lares quando crianças neste contexto.

resumem ao humanismo universal, ao liberalismo, ao darwinismo social e ao racismo; contudo, quando diz respeito à materialidade (o discurso), estas não se encontram em um sistema fechado mas em relação mútua.

O iluminismo empregado responde à temática hegeliana da identidade e da diferença, de modo a pensar que há uma identidade genérica e universal da humanidade sobre a qual o Negro devia ser comparado: em primeiro momento fez dele uma diferença fundamental, mas por último como passível de elevação do espírito através da assimilação. Desta forma, o ideal do humanismo universal esteve imbricado ao racismo, “tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘aquele velho direito soberano de morte’” (MBEMBE, 2016: 128), que divide a população em grupos e cria diferentes mecanismos de governamentalidade. Funde-se, também, o liberalismo segundo o qual a cidadania só é adquirida quando se assujeita para uma equivalência universal, e antes de terem direito a cidadania estas existências consideradas abjetas estão condenadas à morte desde o contato com o colonizador, conforme a regra do darwinismo social de sobrevivência dos mais aptos.

Nos discursos, fica aparente a forma filantrópica com que os projetos de absorção/assimilação se assumem. Em um mundo colonial cindido, a precariedade e anomia em que foram deixados os aborígenes é instrumentalizada como justificativa para as políticas vigentes, nas quais ambos as autoridades concordam ser o preconceito o maior empecilho para que estes povos vivam tal qual a população branca. Tendo isto em vista, os dois autores argumentam seus projetos como forma de superação do preconceito, em que para Neville seria o embranquecimento gradual da população mestiça enquanto que para Elkin seria o gradual abandono da cultura e costumes pelos aborígenes ao passo que aderem à tradição ocidental.

Observando esta relação dos autores diante do tema do preconceito, pode-se direcionar a outra questão proposta no segundo capítulo deste trabalho, sobre como dialogavam estes dois personagens enquanto que defendem políticas relativamente distintas aos aborígenes. O capítulo de introdução de *Australia's Coloured Minority* é pertinente para a resposta desta questão, porque Elkin é convidado a apresentar a obra de Neville, e portanto a enaltecer o trabalho do ex-protetor apesar de diferenças fundamentais entre eles: nas ideias de inevitabilidade da morte dos “sangue puro”, da política de “smooth the dying pillow”, do grau de inferioridade dos aborígenes, e principalmente da prática de remoção forçada; todas sobre as quais Elkin discorda em certo nível.

Ainda que se saiba da colaboração simpática entre as duas autoridades desde o início da carreira de Elkin, justificada principalmente pela necessidade do antropólogo em sustentar uma boa relação entre a Academia de Ciências e o Departamento dos Aborígenes no Estado da Austrália Ocidental, a virada hierárquica dele com Neville pouco mudou o modelo desta relação. Mais influente e em pleno exercício de sua carreira, Elkin optou por não comentar sobre os problemas na gestão de Neville mesmo em seu próprio livro. Em vez disso, na introdução do livro de Neville, Elkin o enalteceu uma vez que a política do burocrata estaria de acordo com a proposta de sua própria política de assimilação, a que aproveita para divulgar seu livro *Citizenship for the Aborigines*.

Todavia, é com Neville que percebemos maior adaptabilidade de seus discursos, uma vez que, assim como Elkin, a preocupação com o bem-estar dos aborígenes – ou ao menos com o dos mestiços – é representada pela mesma imagem humanitária com a qual seus críticos lhe voltavam. A propósito, é devido aos interlocutores, mais fortemente presentes no livro do burocrata, que percebemos a necessidade de adaptação. Neste instante, podemos nos redirecionar às questões feitas sobre o interlocutor: da imagem prévia que os autores têm de seu auditório, bem como a que eles pensam que seu auditório teriam deles e do objeto de argumentação (as políticas sobre os aborígenes).

Enquanto que com o livro de Elkin foi pensado um público mais especializado aos assuntos sobre os aborígenes, em *Australia's Coloured Minority* sua composição foi mais ampla. Neville operou com diferentes interdiscursos em sua obra, de maneira que sua própria política era apresentada por ele como algo sóbrio – digno de uma autoridade – que mediasse paixões contrárias entre si. Afinal, se por um lado se posicionava contra ideais segregacionistas ou de defesa de uma política *laissez-faire*, por outro havia pressões humanitárias contra a gestão vigente às quais precisava responder.

Em razão deste auditório compósito, é possível fazer uma outra leitura sobre algumas contradições de Neville, que vacilava entre ser defensor dos aborígenes ou de sua própria “raça”. O burocrata se manteve adepto à noções fixistas de “raça” e a projetos de eugenia, ao passo que aderiu a novas teorias na área da genética como relativa transformação do alarde da degenerescência racial. Ainda mais, seus discursos eram regados de valores filantrópicos, propondo uma isonomia dos aborígenes à sociedade branca como objetivo final de sua política, ignorando o fato de que até então – até se tornarem efetivamente brancos nas próximas gerações – os aborígenes permanecerão assujeitados.

Por tratar de políticas de bem-estar para os aborígenes, a imagem deles em alguns momentos dos discursos foram utilizadas como fundamento legitimador de suas políticas. Contudo, as representações sobre o posicionamento dos aborígenes escapam de alguma autoria destes. Em vez disso, ambos autores utilizam da figura do aborígene para justificar os projetos de absorção/assimilação devido ao complexo de dependência, à incapacidade de autodeterminação e, em relação à necessidade da prática de remoção, à negligência infantil. A necessidade por tais políticas é objetiva, segundo os autores, e mesmo os aborígenes são capazes de reconhecê-las mais cedo ou mais tarde; razão pela qual são agregados valores paternalistas que, se não com o objetivo de ter total controle do cotidiano, ao menos permite ignorar as resistências das famílias indígenas porque é sabido o que lhes é melhor.

Por fim, este trabalho buscou apresentar para além de uma representação simples das autoridades de A. O. Neville e A. P. Elkin. Os discursos humanitários em valorização à vida aborígene, por exemplo, ainda que postos em análise como relativamente ambíguos, não podem ser vistos apenas como uma estratégia argumentativa, uma retórica que escapa às verdadeiras intenções dos autores. Afinal, em ambas carreiras é observado plena dedicação na administração e formulação sobre o bem-estar aborígene. Com Elkin, sua biografia revela mais facilmente seu perfil de dedicação pelos povos indígenas, também devido à adaptabilidade de suas políticas ao longo da carreira que, em anos posteriores aos estudados aqui, podem sustentar a complexidade deste antropólogo. Após a escrita de *Citizenship for the Aborigines*, a continuidade do trabalho de Elkin passa por uma série de enfrentamentos; como a exemplo das críticas, a partir da década de 1950, em considerá-lo um atraso no ramo da antropologia na Austrália (WISE, 1985: 149), o que apresenta novas urgências teóricas e ideológicas as quais precisou lidar⁹¹. A este outro período, portanto, novas análises sobre as permanências e transformações em seu discursos podem ser bem-vindas.

A representação de Neville, por sua vez, é ainda mais complexa. Assumindo um departamento negligenciado pelo Estado, é reconhecido seus esforços em cumprir uma administração menos indiferente aos aborígenes, ao passo que também se entende como uma figura incontestável e ditadora. Neste espectro, seria possível compreender a “boa e má” imagem do burocrata (HAEBICH, 2000: 257). Todavia, vale ressaltar em não deslocarmos suas motivações das formações ideológicas de seu tempo:

91 A biógrafa de Elkin fez uma breve relação dessa mudança teórica nas ciências sociais com a vida de Elkin nesta fase: enquanto ele era próximo ao funcionalismo, difusionismo e a uma teoria derivada da de Darwin; Levi-Strauss já articulava o estruturalismo. Cf. WISE, 1985: 148.

Neville was unaware that in recording his own experience he had revealed the paradoxes at the heart of imperial idealism. In the arena of civil service bureaucracy, he had committed himself to the ideal of getting civilisation for Western Australia's Aborigines; that they may not want the gift was outside the perception of imperial idealism. The *civilising mission* incorporated the belief of an inherent right to impose the *superior civilisation* because it was *unquestionably better*.⁹² (JACOBS, 1990: 280, grifos do autor)

De outra maneira, este trabalho buscou contribuir para o entendimento da execução mesma desses paradoxos, contradições e embates ideológicos, partindo do interior dos discursos destes dois personagens fundamentais na elaboração de políticas e práticas sobre os aborígenes. Desta forma, além de identificarmos e denunciarmos as contradições com que se fundamentaram as políticas de dominação, nos cabe entender também a legitimidade com que elas se propuseram “apesar” ou “a partir” dessas contradições.

92 “Neville não sabia que, ao registrar sua própria experiência, havia revelado os paradoxos no coração do idealismo imperial. Na arena burocrática do serviço público, ele se comprometeu com o ideal de trazer civilização aos aborígenes da Austrália Ocidental; que eles pudessem não querer o presente estava fora da percepção do idealismo imperial. A missão civilizadora incorporou a crença de um direito inerente de impor a civilização superior porque era indiscutivelmente melhor.” (tradução minha)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHRC (Australian Human Rights Commission). *Track the history timeline: The stolen generations*. S.d. Disponível em: <<www.humanrights.gov.au/track-history-timeline-stolen-generations>>. Último acesso em: 14 Dez. 2021

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução: Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, Ruth (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008

APPIAH, Kuame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

BUSH LAWYER. In: Lexico.com. Oxford University Press, 2021. Disponível em: <<https://www.lexico.com/definition/bush_lawyer>>. Acesso em: 23 Abr. 2021

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHARLTON, Alan David. *A.O. Neville, the 'destiny of the race', and race thinking in the 1930s*. Australia: Murdoch University, 2002.

Commonwealth of Australia. *Aboriginal Welfare, Initial Conference of Commonwealth and State Aboriginal Authorities*. Canberra: ACT, 1937. Disponível em: <<https://aiatsis.gov.au/sites/default/files/catalogue_resources/20663.pdf>>. Acesso em 12 Out. 2018

DOMINION. In: Britannica.com. The Editors of Encyclopaedia, 2011. Disponível em: <<<https://www.britannica.com/topic/dominion-British-Commonwealth>>>.

DORGELO, R. *The Chief Protector returns: textual representations of A. O. Neville*. Dissertação (mestrado). Australia: University of Tasmania, 2007.

DPC (Department of the Premier and Cabinet). *Noongar History*. 2020. Disponível em: <<<https://www.wa.gov.au/organisation/departement-of-the-premier-and-cabinet/noongar-history>>>. Acesso em 01 Jul. 2021

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELKIN, A.P. *Anthropology and the Future of the Australian Aborigines*. *Oceania*, 5, 1934: 1-18. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1002/j.1834-4461.1934.tb00128.x>>>. Acesso em 03 Fev. 2020

_____. *Citizenship for the Aborigines: A National Aboriginal Policy*. Sydney: Australasian, 1944. Disponível em: <<https://aiatsis.gov.au/sites/default/files/catalogue_resources/20144.pdf>>. Acesso em 03 Fev. 2020.

_____. *Civilized Aborigines and Native Culture*. *Oceania*, 6, 1935: 117-146. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1002/j.1834-4461.1935.tb00176.x>>>. Acesso em 03 Fev. 2020

_____. *Native Education, with Especial Reference to the Australian Aborigines*. *Oceania*, 7, 1937: 459-500. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1002/j.1834-4461.1937.tb00398.x>>>. Acesso em 03 Fev. 2020

_____. *The Social Life and Intelligence of the Australian Aborigine*. *Oceania*, 3, 1932: 101-113. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1002/j.1834-4461.1932.tb00054.x>>>. Acesso em 03 Fev. 2020

FANON. Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIRPO, Christina & JACOBS, Margaret. *Taking children, ruling colonies: child removal and colonial subjugation in Australia, Canada, French Indochina, and the United States, 1870–1950s*. *Journal of World History*, vol. 29 no.4, pp. 529–562, 2018. <https://doi.org/10.1353/jwh.2018.0054>.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____. *A arqueologia do saber*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GRAY, G. 'Mr Neville did all in [his] power to assist me': AP Elkin, AO Neville and Anthropological Research in Northwest Western Australia, 1927-1928. *Oceania*, vol. 68, no. 1, pp. 27-46, 1997. Disponível em:

<< <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/j.1834-4461.1997.tb02640.x> >>

HAEBICH, Anna. *Broken circles: fragmenting indigenous families, 1800-2000*. Fremantle, W.A.: Fremantle Press, 2000.

_____. *Neoliberalism, Settler Colonialism and the History of Indigenous Child Removal in Australia*. *Australian Indigenous Law Review*, vol. 19, no. 1, 2015, pp. 20–31. Disponível em:

<< <http://classic.austlii.edu.au/au/journals/AUIndigLawRw/2016/3.pdf> >>

HREOC (Human Rights and Equal Opportunity Commission). *Bringing Them Home: The 'Stolen Children' Report*. 1ª ed. Sydney: Commonwealth of Australia, 1997.

JACOBS, Pat. *Mister Neville: A Biography*. 1ª ed. North Fremantle: Fremantle Press, 1990.

MACINTYRE, S. *A Concise History of Australia*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2009.

MBEMBE, A. *A crítica a razão negra*. Antígona, Portugal, 2014

_____. *As formas africanas de auto-inscrição*. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 23, n.1, 2001

_____. *Necropolítica*. *Arte & Ensaios*, PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, dez. 2016.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977[1947].

MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. London: Verso. 2000.

NETO, Leon F. *Biopolítica em Foucault*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. 2007. Disponível em: << <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90412> >>

NEVILLE, A. O. *Australia's Coloured Minority: Its Place in the Community*. Sydney: Currawong Publishing, 1947.

_____. *Contributory Causes of Aboriginal Depopulation in Western Australia*. *Mankind*, vol.9(1), September 1948, pp.3-13. Disponível em: << <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1835-9310.1948.tb00190.x> >>. Acesso em 12 de Out. 2018

OLIVEIRA, Luciano A. (org.) *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PATTEN, John (ed.). *The Australian Abo Call*, no. 1. Sydney. April 1938. Disponível em: << <https://trove.nla.gov.au/newspaper/page/4536065> >>. Acesso em: 01 Jul. 2021

PATTEN, J.T.; FERGUSON, W. *Aborigines Claim Citizen Rights! A Statement of the Case for the Aborigines Progressive Association*. Sydney: The Publicist, 1938. Disponível em: << <https://nla.gov.au/nla.obj-241787110/view?partId=nla.obj-241788701#page/n0/mode/1up> >>. Acesso em: 01 Jul. 2021

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação – A nova Retórica*. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996

ROWLEY, C.D. *Outcasts in White Australia: Aboriginal Policy and Practice*. Vol. 11. Canberra: A.N.U. Press, 1971

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Felipe Domingos dos; SILVA, Antonio Fernando Gouvea; FRANCO, Fernando Faria. *110 anos após a hipótese de Sutton-Boveri: a teoria cromossômica da herança é compreendida pelos estudantes brasileiros?*. *Ciênc. educ.* (Bauru), Bauru, v. 21, n. 4, p. 977-989, dez. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400012&lng=pt&nrm=iso>>. Acessos em 14 Abr. 2020.

- SETH, Sanjay. *Humanidades, universalismo e diferença histórica*. Vitória: Milfontes, 2021.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- SKINNER, Quentin. *Visões da Política: Sobre os Métodos Históricos*. Lisboa: Difel, 2002.
- TOMLINSON, D. *Too white to be regarded as Aborigines: An historical analysis of policies for the protection of Aborigines and the assimilation of Aborigines of mixed descent, and the role of Chief Protectors of Aborigines in the formulation and implementation of those policies, in Western Australia from 1898 to 1940*. Tese (doutorado). Australia: University of Notre Dame Australia, 2008. Disponível em: << <https://researchonline.nd.edu.au/theses/7/> >>. Acesso em 12. Out. 2018
- TRENGOVE, ANNA. *Territory of Central Australia (1927 – 1931)*. Find & Connect: Find & Connect Web Resource Project for the Commonwealth of Australia, 2011. Disponível em: << <https://www.findandconnect.gov.au/ref/nt/biogs/YE00085b.htm> >>. Acesso em: 01 Jul. 2021
- VAN KRIEKEN, R. *Assimilation and liberal government*. In: T. Rowse (Ed.) *Contesting Assimilation* (pp. 39-47). Perth: Australian Public Intellectual Network, 2005. Acesso em: << <http://hdl.handle.net/2123/903> >>
- _____. *The barbarism of civilization: cultural genocide and the 'stolen generations'*. *The British Journal of Sociology*, vol. 50, No.2, 1999a: 297-315. doi: 10.1111/j.1468-4446.1999.00297.x
- _____. *The 'Stolen Generations' and Cultural Genocide*. *Childhood*, vol. 6, No.3, 1999b: 297–311. doi: 10.1177/0907568299006003002
- WALLER, Lisa. *Singular Influence: Mapping the ascent of Daisy M. Bates in popular understanding and Indigenous policy*. *Australian journal of communication*, vol. 37, no. 2, pp. 1-14, 2010. Disponível em: << <http://dro.deakin.edu.au/view/DU:30033774> >>
- WARNER, W. L. *American Caste and Class*. *American Journal of Sociology*, vol. 42, no. 2, pp. 234-237, 1936
- WESTERN AUSTRALIA. *Aborigines Act 1905*, no. 14, 1905. Disponível em: << <https://nla.gov.au/nla.obj-55208686/view?partId=nla.obj-55211002#page/n10/mode/1up> >>
- WISE, Tigger. *The self-made anthropologist: a life of AP Elkin*. Allen & Unwin, 1985.